



*Anais do II Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas do Campus de Campo Mourão da
Universidade Estadual do Paraná, Campo Mourão - PR, 25-27 de outubro de 2016. v. 1.*

COMPARAÇÃO DO PERFIL DOS TURISTAS DOS CAIS DA LAPA E SANTA LUZIA COM DESTINO À ILHA GRANDE, ANGRA DOS REIS - RJ

WILSON MARTINS LOPES JÚNIOR

Geógrafo, Doutor em Geografia
Universidade Federal Fluminense – UFF
wmlopesjunior@id.uff.br

ROBERTO VIEIRA ARRUDA

Políticas Públicas, Bacharelado
Universidade Federal Fluminense – UFF
robertoarruda@id.uff.br

RESUMO - Realizou-se uma análise do perfil dos turistas que se deslocaram para a Ilha Grande por meio dos principais terminais portuários do município de Angra dos Reis. As informações coletadas continha o seu local de origem, o perfil socioeconômico, além do tipo de hospedagem utilizado. Esses dados possibilitaram uma análise comparativa entre os turistas que utilizaram os dois diferentes cais: Santa Luzia e Lapa. Teoricamente a pesquisa foi sustentada por temas relacionados ao Turismo e a contextualização histórico-geográfica do município de Angra dos Reis. A metodologia utilizou de entrevistas estruturadas e fechadas realizadas nos dois Cais durante o período de Baixa e Alta estação do ano de 2015. Dentre os resultados, identificou-se que maioria dos turistas de ambos os Cais, optam por se hospedar em pousadas na Vila do Abraão na Ilha Grande. No caso dos turistas brasileiros, os estados de São Paulo e o Rio de Janeiro foram os mais expressivos. Os turistas estrangeiros, em sua maioria, utilizaram o cais da Lapa.

Palavras-chave: Perfil turistas; Angra dos Reis; Ilha Grande.

ABSTRACT - We performed a profile analysis of tourists who traveled to Ilha Grande through the main port terminals in the city of Angra dos Reis. The information collected contained their place of origin, socioeconomic status, and the type of hosting used. These data allowed a comparative analysis between the tourists who used the two different piers: Santa Luzia and Lapa. Theoretically, there search was supported by topics related to tourism and the historical and geographical context of the city of Angra dos Reis. The methodology used structured and closed interviews in both Pier during the periods of low and high seasons of 2015. Among the results, it was found that most tourists from both piers choose to stay in hostels in Vila do Abraão on the Ilha Grande. In the case of Brazilian tourists, the states of São Paulo and Rio de Janeiro were the most expressive. Foreign tourists mostly used the pier of Lapa.

Key-words: Tourist profile; Angra dos Reis; Ilha Grande

1. ENTENDENDO A PESQUISA

Angra dos Reis localiza-se na região da Costa Verde, no Litoral Sul - Fluminense, sendo o turismo uma das principais atividades econômicas da região. No município de Angra dos Reis, é a Ilha Grande a maior receptora de turistas, isso em decorrência de suas belezas naturais, mata atlântica e praias, sendo ainda favorecida pela proximidade com grandes centros urbanos como São Paulo e o Rio de Janeiro.

Diante da relevância da atividade econômica do turismo para o município, o objetivo dessa pesquisa foi de analisar o perfil do fluxo dos turistas que se deslocaram para a Ilha Grande por meio dos principais terminais portuários do município de Angra dos Reis, sendo estes, o Cais Santa Luzia e o Cais da Lapa. Ao que se refere a metodologia realizou-se entrevistas com os turistas presentes nos referidos Cais e que, por sua vez, destinavam-se à Ilha Grande. Nas entrevistas levantou-se informações como, origem, escolaridade, renda e tipo de hospedagem utilizada no destino turístico: Ilha Grande. Acredita-se na relevância desta pesquisa como potencial colaborador no planejamento e formulação de políticas públicas de turismo do município de Angra dos Reis – RJ.

Entender o turismo e expressá-lo em uma única definição, é uma tarefa árdua. Existem inúmeras definições sobre esse fenômeno complexo que envolve diferentes variáveis como sociais, econômicas, ambientais e culturais. Segundo Beni (2008, p.18) “O turismo é uma atividade que resulta do somatório de recursos naturais do meio ambiente, culturais, sociais e econômicos e, assim, o campo de seu estudo é abrangente, complexo e multicausal.”

A prática turística exprime o fluxo de pessoas que se deslocam espacialmente, ou seja, viajam para locais diferentes de suas residências, sendo que esse deslocamento, por sua vez, exige a instalação de infraestruturas e equipamentos específicos no território, compreendendo desde o espaço emissor, de deslocamento e o receptor, logo provocando alterações espaciais e impactos de diferentes ordens. Soma-se ao exposto a peculiaridade do turismo constituir-se em um produto intangível, ou seja, o que se consome são os serviços como, alimentação, hospedagem, entretenimento, e outros. Portanto, evidencia-se a amplitude e complexidade do turismo.

Neste sentido, pode-se mencionar uma das definições de turismo da Organização Mundial do Turismo – OMT que considera que “[...] o turismo é o deslocamento para fora do

lugar de residência habitual, por um período mínimo de 24 horas e um máximo de 90 dias, motivado por razões de caráter não lucrativo” (MOLINA, 2001, p. 12). A referida definição favorece o levantamento de informações estatísticas do turismo, mas não conseguiu compreender a amplitude dessa atividade. Diante disto, outras definições surgiram na tentativa de exprimir o tal fenômeno multissetorial e complexo que se mostra o turismo.

Uma combinação complexa de inter-relacionamentos entre produção e serviços, em cuja composição integram-se uma prática social com base cultural, com herança histórica, a um meio ambiente diverso, cartografia natural, relações sociais de hospitalidade, troca de informações interculturais. O somatório desta dimensão sociocultural gera fenômeno, recheado de objetividade/subjetividade, consumido por milhões de pessoas, como síntese: O produto turístico. (MOESH, 2002, p.7)

O produto turístico, enquanto conjunto de bens e serviços relacionados a atividade do turismo, tem no turista o seu personagem principal, o consumidor. O turista compra um produto intangível, "um sonho" que exige o seu deslocamento, ou seja, viajar desde a sua residência até um local específico a ser apreciado, o que expressa a dinâmica espacial do turismo. Esses consumidores, os turistas, desejam consumir o lugar com as suas particularidades, assim como serem atendidos em suas expectativas em relação aos produtos e serviços que compõem o sistema turístico. Portanto, é de grande importância a satisfação do cliente - turista para o sistema turístico.

Para Petrocchi (1998, p. 87) "A sobrevivência do sistema turístico se prende a um atendimento ao cliente no mínimo satisfatório, pois cliente significa mercado. E, se tudo depende do mercado há necessidade de estudá-lo, conhecê-lo, saber de seus desejos e movimentos e estimar suas dimensões". Neste sentido pesquisar o perfil dos turistas que visitam uma localidade turística pode colaborar no planejamento do turismo, assim como no marketing do destino turístico.

Diante do exposto, faz-se necessário apresentar a área de estudo, Angra dos Reis, e a sua contextualização histórico-geográfica.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICO-GEOGRÁFICA DE ANGRA DOS REIS

Esta pesquisa teve como área de estudo, o município de Angra dos Reis, localizado no Litoral Sul Fluminense, sendo o turismo uma das principais atividades econômicas da região.

Anais do II Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas do Campus de Campo Mourão da Universidade Estadual do Paraná, Campo Mourão - PR, 25-27 de outubro de 2016. v. 1.

A sua natureza, especialmente a mata atlântica, ilhas e praias, configuram-se entre as paisagens naturais mais famosas do turismo brasileiro. Angra dos Reis possui inúmeras ilhas, mais de trezentas e cinquenta, sendo a Ilha Grande a maior delas em extensão territorial, destacando-se por polarizar o fluxo de turistas do município de Angra dos Reis.



FIGURA 1- Localiza o do município de Angra dos Reis - RJ
 Fonte: LOPES JÚNIOR, (2016)

A história de Angra dos Reis aponta a sua participa o em diferentes fases do desenvolvimento econômico nacional, como cana de a u ar, minera o e cafeicultura. Em parte, a sua localiza o geográfica, assim como de seu porto, foram elementos significativos para sua participa o no processo de coloniza o e crescimento econômico, especialmente da região sudeste.

Seu porto foi importante no escoamento da cana-de-a u ar produzida na região no século XVII, depois no tr fico de escravos no século XVIII, juntamente com o escoamento de ouro da região das Gerais. No século XIX foi responsável pelo escoamento do café do Vale do Paraíba. Portanto trata-se de um município de importância incontestável para a economia colonial do Brasil. (SANTOS, 2007, p.4)

A participa o nessas diferentes fases, favoreceu economicamente o próprio município de Angra dos Reis, todavia, segundo Corrêa (2008), essa prosperidade passou por um momento de estagna o nas últimas décadas do século XIX, decorrente da crise do café e do fim do tr fico de escravos. Inclusive, o referido autor, destaca que durante esse período de

estagnação econômica, a principal fonte de renda da população residente do município foi a bananicultura e a pesca.

O difícil período econômico ao desenvolvimento de Angra dos Reis e aos seus moradores, durou até a década de 1930, momento histórico em que, de acordo com Santos (2007), houve a reconstrução do seu porto e a sua respectiva reativação no ano de 1932. Além disto, a construção da estrada de ferro entre Angra dos Reis e a cidade de Barra Mansa (Vale do Paraíba), também foi essencial para a retomada da dinâmica econômica do município.

Mas, somente na década de 1950, iniciaram-se as obras significativas por parte do Estado que causaram impacto na produção do espaço urbano de Angra dos Reis. Segundo Santos (2007, p. 45) “[...] já em 1958 terá início a construção do estaleiro Verolme. Na década de 70 será a vez do Terminal Petrolífero da Ilha Grande (TEBIG), da Usina Nuclear Angra I e da BR-101”.

No caso da construção da BR101, merece ênfase que entre as justificativas para a sua construção, destacava-se a sua importância para ocupação e o desenvolvimento do turismo litorâneo. Nesta perspectiva, a sua implantação esteve associada ao Plano Nacional de Desenvolvimento do Setor Turístico, o que direcionou Angra dos Reis para o circuito turístico nacional, como desejava o poder público.

A valorização turística de Angra dos Reis ganha destaque na década de 1970, quando então é inserida no plano da política nacional de desenvolvimento do setor turístico. A EMBRATUR, hoje Instituto Brasileiro do Turismo, criada como órgão executor do Conselho Nacional de Turismo (CNTur), solicita a uma consultora internacional a elaboração do Projeto Turis, cujo objetivo é o levantamento do potencial turístico do litoral Rio-Santos e a classificação dos seus diferentes usos e ocupações turísticos. (CORRÊA, 2008, p.254)

A implantação do turismo na região angrense por parte do Estado e da iniciativa privada, privilegiou uma população de alto poder aquisitivo, gerando impactos negativos e problemas sociais aos moradores locais, como a especulação imobiliária. Segundo Moruzzi (2004, p. 8) "Dominado pelos interesses do capital imobiliário, o aparato administrativo do Estado estabeleceu um ambiente favorável para a instalação de marinas, condomínios horizontais, campos de golfe, hotéis cinco estrelas destinados ao lazer dos grupos mais abastados".

Desta forma, o turismo favorece o capital privado em detrimento a população local e as suas necessidades legítimas. Assim, a segregação social e a falta de investimento em setores econômicos locais, como a pesca e a agricultura aprofundaram a desigualdade social no município.

Em decorrência deste contexto, torna-se evidente a necessidade de conhecer o turismo praticado em Angra dos Reis através de pesquisas que favoreçam a produção de diferentes tipos de dados significativos ao planejamento turístico. Vislumbra-se, mitigar os impactos socioambientais, de modo à contribuir com um turismo sustentável, ou seja, voltado ao desenvolvimento da própria população local e a preservação do meio ambiental.

3. METODOLOGIA

O presente artigo resulta da pesquisa que teve como objetivo realizar uma análise do perfil dos turistas que se dirigiram para a Ilha Grande, no município de Angra dos Reis – RJ, durante o período da Baixa e Alta estação, através dos Cais da Lapa e de Santa Luzia. Também realizou-se uma comparação entre o perfil dos turistas que utilizam destes diferentes terminais portuários de acesso à Ilha Grande.



Figura 2 - Cais Santa Luzia
Fonte: Próprio Autor



Figura 3 - Cais da Lapa
Fonte: Próprio Autor

Enquanto procedimentos metodológicos recorreu-se a pesquisa bibliográfica e ao método de entrevistas estruturadas. O levantamento bibliográfico de periódicos, livros e trabalhos acadêmicos como dissertações e teses, a respeito do temas relacionados ao Turismo, Planejamento do Turismo e sobre a formação Histórico-Geográfica do município de Angra dos Reis – RJ.

A outra etapa metodológica foram as entrevistas, realizou-se 134 na baixa estação e 200 na alta estação, durante o ano de 2015. Essas entrevistas foram estruturadas e fechadas, sendo divididas numericamente entre o Cais Santa Luzia e o Cais da Lapa, ambos localizados na porção continental do município de Angra dos Reis – RJ. Na baixa e alta estação as entrevistas foram realizadas em cinco datas e dias semanais distintos. O objetivo dessa flexibilidade de dias de coleta durante a semana, está relacionado à busca de uma distinção em relação ao perfil dos turistas que realizaram turismo na Ilha Grande.

O número de entrevistas esperadas na sua totalidade eram de 40 por dia, divididas entre 20 no Cais da Lapa e 20 no Cais Santa Luzia. Esses números não foram atingidos durante a baixa estação, isso devido o menor número de turistas durante a realização dos trabalhos de campo. As entrevistas eram compostas por perguntas que tinham como objetivo coletar informações básicas dos turistas, como o seu local de origem, o perfil socioeconômico e local de hospedagem no destino. Por fim, após a coleta de dados, estes foram tabulados utilizando-se do software Excel e, posteriormente foram feitos os gráficos para ilustrar os resultados obtidos com as entrevistas.

4. RESULTADOS E ANÁLISE

Neste momento apresentam-se os resultados e as suas análises, estes foram expressos na forma de gráficos para permitir melhor compreensão.

Ao que se refere a idade dos turistas, nas duas estações em ambos os cais, identificou-se que, a idade média dos turistas é muito próxima, sendo majoritariamente entre 30 a 39 anos, seguido por 20 a 29 anos.

Em relação ao local de origem dos turistas durante o período de baixa estação, é possível analisar nos dois cais que a maior parte dos visitantes, se origina da região sudeste, especificamente dos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, chegando aos 94% dos turistas brasileiros. O número de estrangeiros de países como, EUA, França, Uruguai, Inglaterra, Austrália, Argentina, Espanha, que embarcaram pelo Cais da Lapa em comparação ao Cais Santa Luzia, também é muito maior conforme observa-se na Fig. 4. Já no período da Alta estação, a quantidade de turistas brasileiros continua sendo majoritariamente da região sudeste, mas o que se destaca neste período, é o aumento expressivo de turistas de outros países como, EUA, Argentina, França, Austrália, Inglaterra, Espanha, Uruguai, Chile, Alemanha, Holanda, Canadá, conforme as Fig. 4 e 5. Esse fato é notado nos dois Cais, entretanto, o cais da Lapa continua concentrando maior quantidade de turistas estrangeiros, um pouco mais que o dobro de turistas do que o cais Santa Luzia. O maior fluxo de turistas estrangeiros concentra-se na alta estação devido ao verão.

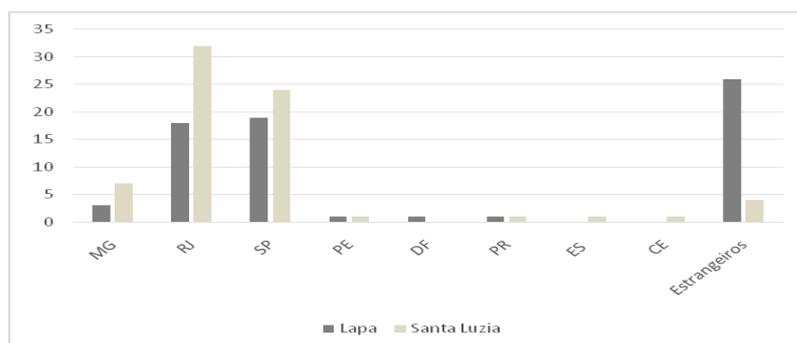


Figura 4 - Origem dos turistas baixa estação
Fonte: Próprio Autor

Anais do II Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas do Campus de Campo Mourão da Universidade Estadual do Paraná, Campo Mourão - PR, 25-27 de outubro de 2016. v. 1.

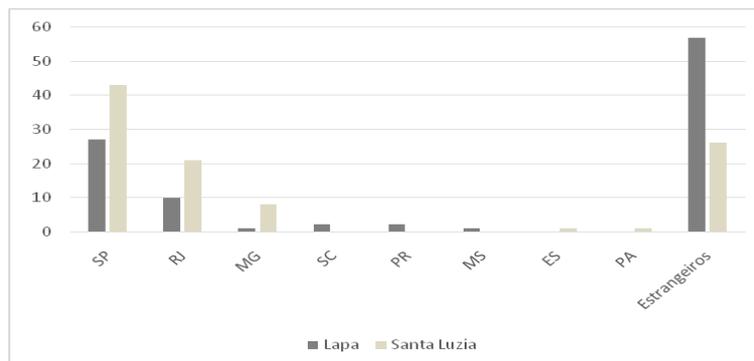
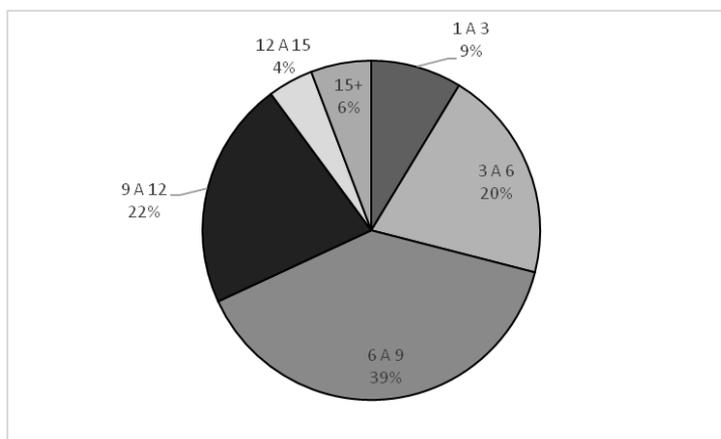


Figura 5 - Origem dos turistas alta estação
 Fonte: Próprio Autor

Sobre a renda é possível observar conforme as Fig. 6 e 7 que, no período da baixa estação, em média aproximadamente 40% dos turistas que utilizam ambos os Cais possuem a renda de 6 a 9 salários. As diferenças se acentuam no que se refere as rendas acima de 9 salários e abaixo de 6 salários. No Cais da Lapa, cerca de 32% dos turistas recebem acima de 9 salários, enquanto no Cais Santa Luzia esse número apresenta-se em torno dos 19% dos turistas. Já no que se refere a renda abaixo de 6 salários, no Cais da Lapa são cerca de 29% dos turistas, enquanto no outro Cais esse número chega aos 43%. Portanto, na baixa estação é no cais da Lapa que embarcam turistas com maior poder aquisitivo.

No período da alta estação conforme as Fig. 8 e 9 ocorreram diferenças significativas em relação a renda dos turistas da baixa estação. A quantidade de turistas que declararam receber de 1 a 3 salários em ambos os cais, aumentou mais de 10%. No Cais da Lapa, 42% dos turistas declararam possuírem uma renda acima de 9 salários, já no Cais Santa Luzia esse número ficou na casa dos 25%. Repetiu-se portanto, o padrão de que o maior percentual de turistas com maior renda, ocorreu no cais da Lapa.



Anais do II Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas do Campus de Campo Mourão da Universidade Estadual do Paraná, Campo Mourão - PR, 25-27 de outubro de 2016. v. 1.

Figura 6 - Renda dos turistas no Cais da Lapa na baixa estação
 Fonte: Próprio Autor

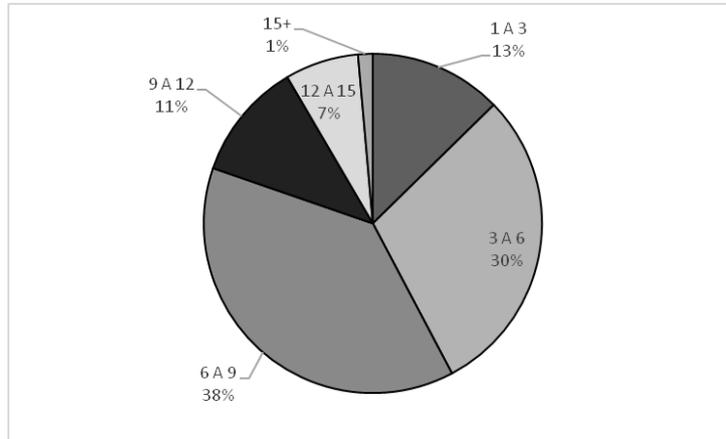


Figura 7 - Renda dos turistas no Cais da Santa Luzia na baixa estação
 Fonte: Próprio Autor

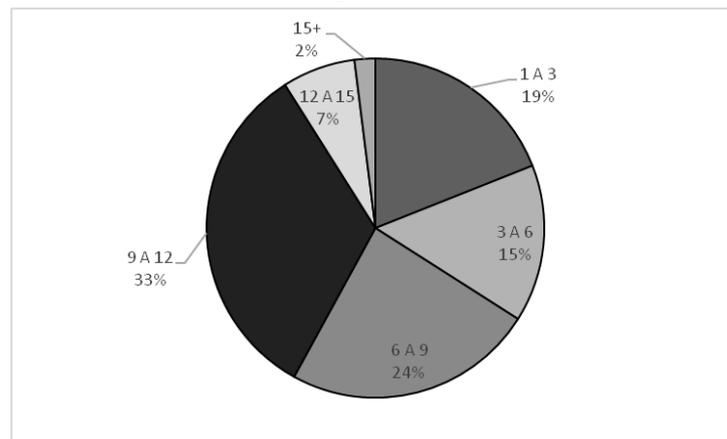


Figura 8 - Renda dos turistas no Cais da Lapa na alta estação
 Fonte: Próprio Autor

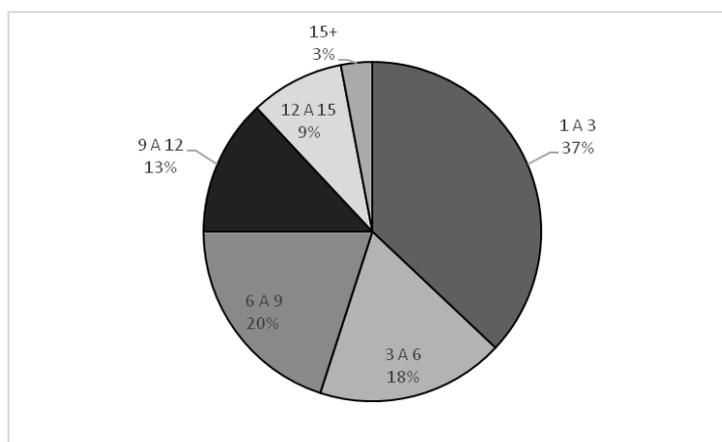


Figura 9 - Renda dos turistas no Cais da Santa Luzia na alta estação
 Fonte: Próprio Autor

Anais do II Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas do Campus de Campo Mourão da Universidade Estadual do Paraná, Campo Mourão - PR, 25-27 de outubro de 2016. v. 1.

Em relação à escolaridade dos turistas no período de baixa estação, é possível observar conforme as Fig. 10 e 11, que a maioria dos turistas que utilizam do Cais da Lapa para embarcarem possui Ensino Superior ou Pós-Graduação, somando um total de 85% dos turistas, já no caso do Cais Santa Luzia, essa mesma informação é menor, 68%. Ainda na baixa estação, os turistas com ensino médio são 32% no Cais Santa Luzia, o dobro dos que embarcam no Cais da Lapa com o mesmo grau de instrução, 15%. Já na alta estação, conforme as Fig. 12 e 13, exatamente 80% dos turistas de ambos os cais possuem Ensino Superior e Pós-Graduação somados. Isso mostra que neste período, alta estação, em ambos os cais prevaleceram os turistas com maior grau de instrução. Em todos os casos o ensino superior foi o grau de escolaridade mais citado.

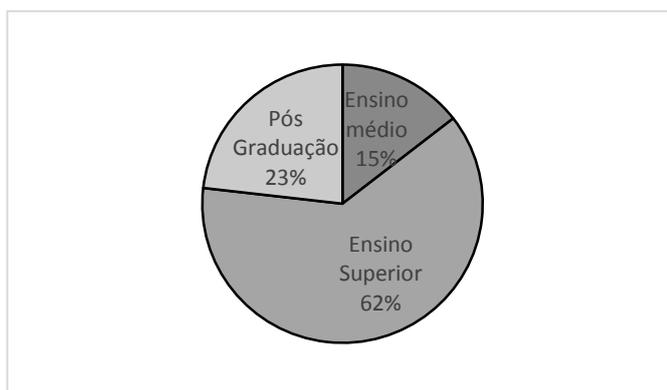


Figura 10 - Escolaridade no Cais da Lapa baixa estação
 Fonte: Próprio Autor

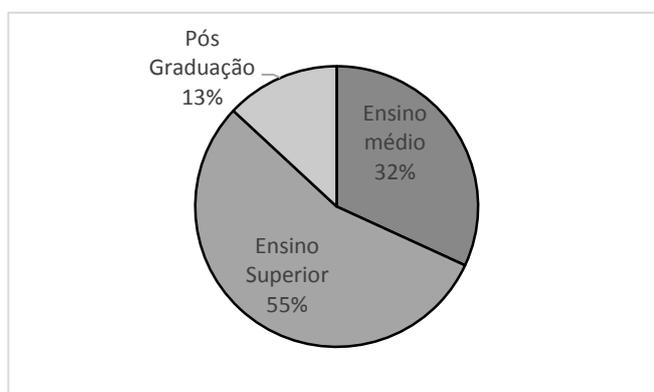


Figura 11 - Escolaridade no Cais da Santa Luzia na baixa estação
 Fonte: Próprio Autor

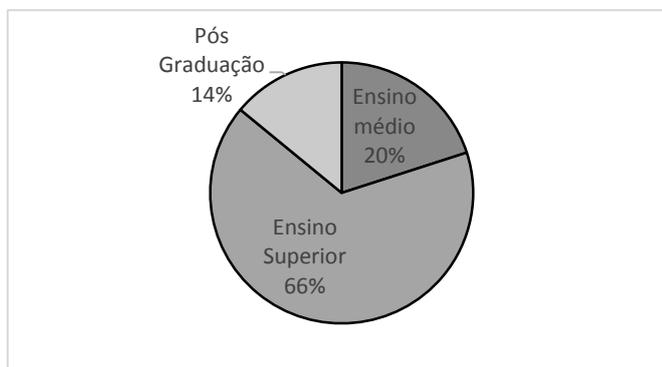


Figura 12 - da Lapa alta estação

Fonte: Próprio Autor

Escolaridade no Cais

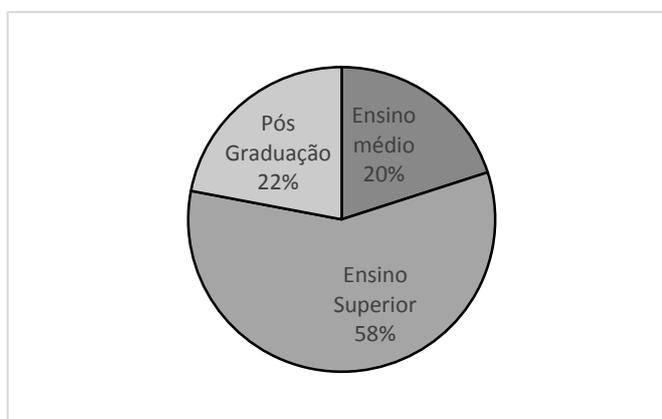


Figura 13 - Escolaridade no Cais da Santa Luzia alta estação

Fonte: Próprio Autor

Conforme as Fig. 14 e 15, baixa e alta estação, identificou-se que a maioria dos turistas que vão para a Ilha Grande de ambos os Cais, optam por se hospedar em pousadas na Vila do Abraão. Em segundo lugar apresenta-se Camping, seguido por Casa de Amigos. A escolha por pousadas é maioria absoluta em ambos os cais nas duas estações.

Em relação à estadia, também deve ser levado em consideração os dias em que foram realizadas as entrevistas, isso porque grande parte dos turistas deseja viajar durante um final de semana prolongado por algum feriado. Fora este contexto, a sua estadia geralmente dura menos dias, ou seja, somente um final de semana. O ponto que deve ser explicitado é o fato de que na alta estação, uma maior quantidade de turistas tem a sua estadia aumentada para mais de cinco dias, uma das razões é a quantidade de feriados, além de constituir-se em período de férias escolares.

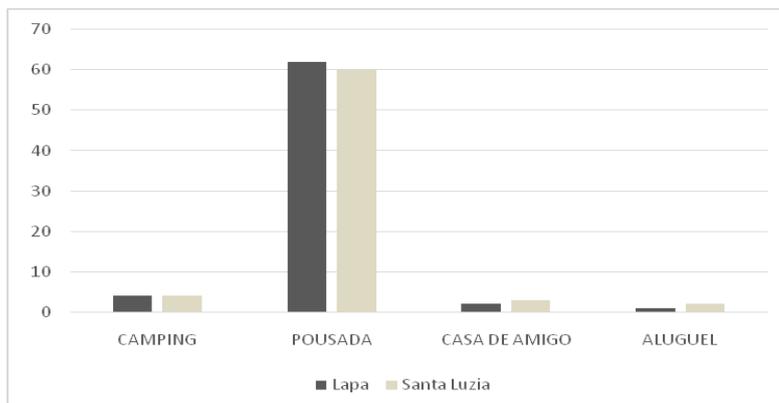


Figura 14 - Tipo de hospedagem baixa estação ambos os Cais
Fonte: Próprio Autor

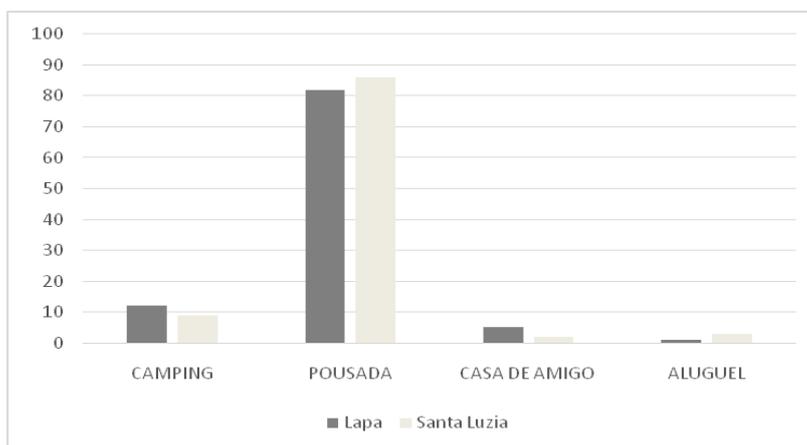


Figura 15 - Tipo de hospedagem alta estação ambos os Cais
Fonte: Próprio Autor

5. CONCLUSÕES

A partir dos aspectos teóricos estudados, o turismo uma das principais atividades econômicas do século XXI, também é de grande importância para a economia do município de Angra dos Reis. Neste sentido, os seus impactos, sejam positivos como negativos, são presentes no município desde a sua implantação por parte do Estado e a iniciativa privada nas décadas de 1970 e 1980.

A Ilha Grande é o maior destino de turistas de Angra dos Reis, nela destinam-se turistas de diferentes níveis de renda, realiza-se tanto o turismo de padrão mais elevado, como também de menor padrão. Neste sentido, a Ilha Grande, e em especial a Vila do Abraão,

contribui por possuir diferentes padrões de hospedagens desde campings a pousadas de diferentes níveis, assim como segundas residências para locação. A centralização do turismo na Vila do Abraão é algo característico na própria Ilha Grande, isso porque concentra as infraestruturas e equipamentos turísticos, assim como é ponto de partida para outras praias.

Entre os turistas pesquisados, aproximadamente 80% corresponderam a faixa etária de 20 a 39 anos. Em relação a origem do total do fluxo de turistas, os estados brasileiros de São Paulo e o Rio de Janeiro, constituem-se majoritariamente nos maiores emissores do país. No caso dos turistas internacionais, destacaram-se diferentes países do mundo como: EUA, Argentina, França, Inglaterra, Uruguai, Austrália, Espanha, Chile, Alemanha, Holanda, Canadá.

Merece destacar a importância do planejamento do turismo de Angra dos Reis, considerando a informação sobre o fluxo de turistas para o município ser constituído por percentual expressivo de turistas estrangeiros, assim como de paulistas e fluminenses. A partir dessas informações, diferentes ações podem ser direcionadas. No caso dos turistas estrangeiros, sendo este um dos principais vetores do fluxo turístico para a região, sabe-se que há necessidade de sinalização em diferentes línguas, guias turísticos em diferentes pontos do município, além de um sistema de transporte integrando a rodoviária com ambos os Cais. No caso dos turistas nacionais, pode se projetar ações tanto nos estados mais emissores, assim como junto dos menos expressivos.

REFERÊNCIAS

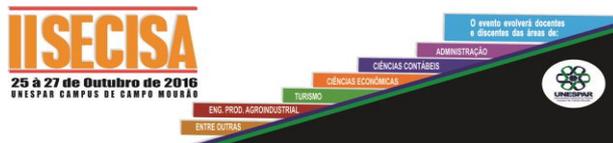
BENI, M. C. **Análise estrutural do turismo**. 13 ed. São Paulo: Editora Senac, 2008.

CORRÊA, R. S. Angra dos Reis: Contribuição ao entendimento de uma pretensa vocação turística - pensando o turismo a partir do território; São Paulo; **4º Encontro Nacional de Grupos de Pesquisa – ENGRUP**; 2008; p. 252-278.

LOPES JÚNIOR W. M. Fluxo de Automóveis nos Estacionamentos Públicos e Privados da Cidade Turística de Angra dos Reis, RJ. **Revista Turismo em Análise**. v.27, n.2, Ago.2016; p.429-453.

MOESH, M. **A Produção do Saber Turístico**. São Paulo, Contexto, 2002.

MOLINA, E. S. **Planejamento integral do turismo: um enfoque para a América Latina**. Edusc: Bauru, 2001.



Anais do II Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas do Campus de Campo Mourão da Universidade Estadual do Paraná, Campo Mourão - PR, 25-27 de outubro de 2016. v. 1.

MORUZZI M. P. E. ; LACERDA, T. F. N. Representações sobre a vocação turística de Angra dos Reis: um estudo dos conflitos em torno do conselho de desenvolvimento rural e pesqueiro local. *In: II Encontro da ANPPAS*, 2004, Indaiatuba, 2004.

PETROCCHI, M. **Turismo**: planejamento e gestão. São Paulo: Editora Futura, 1998.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGRA DOS REIS. Disponível em: <http://www.angra.rj.gov.br/imprensa_noticias_release.asp?vid_noticia=4866&IndexSigla=imp#.UyBqYz1dX1Y>. Acessado em: 28/01/2014.

SANTOS, L. A. F. Angra dos Reis: transformações socioeconômicas e mudanças demográficas, Campinas, **V Encontro Nacional Sobre Imigração**, 2007.

TRIGO, L. G. G. TURISMO BÁSICO. SÃO PAULO: SENAC, 1995.

VALORAÇÃO ECONÔMICA DO TURISMO NAS ÁREAS PROTEGIDAS DO BRASIL: UMA ANÁLISE QUANTITATIVA NA BASE DE DADOS REDALYC

FAGNO TAVARES DE OLIVEIRA

Turismólogo, Doutor em Ciências Florestais
Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR
fagnotavares@hotmail.com

15

RESUMO – Esta pesquisa apresenta os diferentes métodos de análise de valoração econômica do turismo nas unidades de conservação no Brasil. Para isto foi realizada uma revisão bibliométrica da literatura na base de dados Redalyc nos últimos 10 anos (2006 a 2016), analisando os métodos e técnicas utilizados para valoração econômica do turismo. Foram analisados 151 estudos que continham os termos “valoração econômica”, “custo de viagem”, “disposição a pagar” e “turismo”, deste total, apenas quatro estudos utilizaram métodos de valoração. O Método de Valoração Contingente (MVC) e o Método Custo de Viagem (MCV) foram os mais utilizados. Para aumentar a confiabilidade dos resultados obtidos nos métodos de valoração são utilizados a Análise de Regressão Linear Múltipla, Regressão Logística e Análise de Covariância. O número reduzido de publicações na base de dados Redalyc no período analisado indica que os métodos ou são poucos difundidos ou são de difícil compreensão sua aplicação e análise.

Palavras-chave: Economia ambiental, Unidades de Conservação, Valoração, Turismo.

ABSTRACT – This paper present the different methods of analysis economic valuation tourism in conservation units Brazil. The bibliometric review of the Redalyc data base in the last 10 years (2006 – 2016) was utilized. The techniques and methods for the economic valuation tourism were analyzed. Were analyzed 151 studies contained the terms “economic valuation”, “travel cost”, “willingness to pay” and “tourism”, this total, only four studies utilized the valuation methods. The Method of Contingent Valuation (MCV) and Method Travel Cost (MTC) were most utilized. The Linear Regression Analysis and Covariance Analysis are utilized for to enhance the reliable of results obtained in the valuation methods. The few publications in Redalyc data base indicates that the methods or few disseminate or are difficult to understand our analysis and applications.

Keywords: Environment economy, Conservation units, Valuation, Tourism.

1. INTRODUÇÃO

A preocupação com a forma de exploração dos recursos naturais tem sido emblemática. Isto tem gerado várias discussões acerca da problemática ambiental, com o objetivo maior de utilizar os recursos ainda existentes causando o mínimo de danos no presente e no futuro. Dentre os trabalhos realizados em busca de soluções para a utilização e preservação de ambientes vitais para a qualidade de vida do ser humano, estão os relatórios do Clube de Roma (1970) e Nosso futuro comum (1988), as Conferências das Nações Unidas para o Meio Ambiente e de Estocolmo, que de certa forma contribuíram para o avanço no debate sobre os modelos de desenvolvimento em vigor.

A maioria das nações do mundo, preocupadas com a conservação e manejo de seus ecossistemas nativos e das espécies que neles habitam, vêm a muito tempo implementando medidas para proteger ou regular o uso da terra em seus territórios (FONSECA, et al., 1997). Entre os principais instrumentos regulatórios para a proteção da biodiversidade, estão as Unidades de Conservação (UC). Que se constituem uma demanda e um desafio provenientes de uma sociedade em crise (SANTOS, 2008).

Para o tratamento específico sobre as UC e suas sobreposições, foi criada a Lei nº 9.985 de 2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) no Brasil. O SNUC por sua vez, efetivou o art. 225, §1º, incisos I, II e III da Constituição Federal de 1988.

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§1º - Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público: I – preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas; II – preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético; III – definir em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção (BRASIL, 1988)

O SNUC além de regulamentar o que foi chamado de espaços territoriais especialmente protegidos, também foi o primeiro instrumento legal que elencou e definiu as diferentes categorias de UC existentes no território nacional, sistematizando classificações que anteriormente se sobrepunham ou se confundiam (MILARÉ, 2007).

Os incentivos financeiros para a manutenção das UC em países em desenvolvimento tem sido precário. Geralmente, as alocações de verbas para as áreas protegidas são provenientes do orçamento do Governo, taxas pagas por usuários e taxas ambientais, verbas e doações de ONGs, Agências Internacionais, Fundações, etc. (SPERGEL, 2002). Entretanto, a maior parte das UC na América Latina é mantida por orçamento público e muitas dessas áreas dependem exclusivamente desses recursos (CASULARI DA MOTTA, 2005).

O desenvolvimento de pesquisas que contribuam para o processo de gestão de áreas protegidas e que visem minimizar os problemas sociais nestas áreas é de grande relevância. Justificando a necessidade de desenvolver estudos acerca deste tema, com fins de dar melhores condições para o desenvolvimento do turismo nestas áreas. O Brasil apresenta um vasto conjunto de áreas naturais com grande potencial para fortalecer segmentos do turismo no país como o ecoturismo. Como muitas dessas áreas estão em UC o ecoturismo possibilita o uso público e visitação concomitantemente à conservação do patrimônio natural (IKEMOTO et al., 2009). Mas, encontra-se em pauta, o grande desafio como ordenar a utilização e dar destinação econômica a essas áreas.

2. VALORAÇÃO AMBIENTAL E TURISMO

A utilização intensiva dos recursos naturais renováveis e não renováveis trouxeram à sociedade a preocupação com a inter-relação existente entre crescimento e desenvolvimento econômico com o meio ambiente (SILVA e LIMA, 2004). Surge à necessidade de conciliar o crescimento econômico com as questões ambientais, buscando equilibrar as necessidades do ser humano e a disponibilidade de recursos naturais.

A interação entre o meio ambiente e o sistema econômico deve-se a impactos que a economia provoca no ambiente e vice-versa. Conhecer o valor dos recursos naturais e incluir esses valores na análise econômica é uma tentativa de corrigir as tendências negativas do mercado (FREITAS et al., 2010).

Os estudos de valoração econômica dos recursos naturais vêm recebendo bastante atenção na literatura sobre economia do meio ambiente. O processo de valoração requer o uso dados precisos e confiáveis que contenham informações sobre os recursos naturais, como também, sobre elementos socioeconômicos da região avaliada (SANT'ANNA e NOGUEIRA, 2010). Contudo, conflitos surgem no processo de valoração em decorrência do fato de que certos bens e serviços não possuem valor de mercado (SANT'ANNA e NOGUEIRA, 2010; BARBISAN et al., 2009; ADAMS et al., 2003; MACEDO, 2002; YOUNG e FAUSTO, 1997), além de observar divergências nos valores obtidos por estudos de valoração para o mesmo patrimônio (SANT'ANNA e NOGUEIRA, 2010).

O esforço em atribuir valores econômicos para os benefícios ambientais não valorados no mercado deve ser entendido como a busca de parâmetros monetários que expressem o desejo das pessoas pelo usufruto de um benefício ou pela eliminação de um mal associado a modificações no ambiente (YOUNG e FAUSTO, 1997).

O valor econômico de um recurso ambiental pode ser desagregado em valores, ou seja, a estimação de valores para os diversos usos de uma área protegida, que por sua vez são itens da expressão do Valor Econômico Total (VET) (SANT'ANNA e NOGUEIRA, 2010; ADAMS et al., 2003; MOTTA, 2002), isto é, a soma dos valores de uso a valores de não uso de um determinado bem ou serviço ambiental, onde se insere o turismo. O VET tanto para Motta (1997) e Nogueira e Medeiros (1999) apresenta uma taxonomia geral (Figura 1).

Valor Econômico do Recurso Ambiental			
Valor de Uso			Valor de Não-Uso
Valor de Uso Direto	Valor de Uso Indireto	Valor de Opção	Valor de Existência
bens e serviços ambientais apropriados diretamente da exploração do recurso e consumidos hoje	bens e serviços ambientais que são gerados de funções ecossistêmicas e apropriados e consumidos indiretamente hoje	bens e serviços ambientais de usos diretos e indiretos a serem apropriados e consumidos no futuro	valor não associado ao uso atual ou futuro e que reflete questões morais, culturais, éticas ou altruísticas

Figura 1. Taxonomia geral do valor econômico do recurso ambiental.

De acordo com Nogueira et al. (2000, p. 87) “fica claro que a valoração econômica do meio ambiente passa pelo cálculo do VET para o bem ou serviço ambiental sob análise”. Além disso, a “tarefa de valorar economicamente um recurso ambiental, consiste em determinar quanto melhor ou pior estará o bem estar das pessoas devido a mudanças na quantidade de bens e serviços ambientais, seja na apropriação por uso ou não” (MOTTA, 1997, p. 13). Deixando evidente a dificuldade em se obter integralmente o valor econômico total do meio ambiente, quando se trata de bens que não são comercializados no mercado e os preços dos mesmos não revelam seu verdadeiro valor. Para Maia e Romeiro (2008, p. 105) “ainda não há um consenso quanto à eficiência de um método em relação a outro, mesmo porque não há como precisar o real preço de um bem ou serviço ambiental”. No entanto, a valoração ambiental mostra-se fundamental para a definição de políticas de preservação.

Ao revelar o valor de um ativo ambiental, a valoração permite que gestores de recursos com orçamento limitado, identifiquem prioridades ambientais, além de melhorar o controle e gestão da demanda (SILVA e LIMA, 2004; ORTIZ et al., 2000). A relevância natural e a dinâmica das problemáticas locais demonstram a importância da realização de trabalhos que incluam a vertente econômica como ferramenta fundamental ao planejamento e à gestão regional (ADAMS et al., 2003). Estudos sobre valoração do uso direto pelo turismo em áreas protegidas configuram-se como estratégias e alternativas para a ausência de recursos financeiros e humanos na efetividade de gestão, manutenção e fiscalização destes espaços, além de contribuir para o conhecimento dos métodos/técnicas e sua aplicabilidade no desenvolvimento de atividades de turismo.

A valoração ambiental é uma ferramenta importante para determinação de valores de bens que não possuem preço definidos pelo mercado, para bens de uso público. Os bens e serviços incluem recreação e turismo, fauna e flora, recursos genéticos, abastecimento de água, pesquisa e educação, etc. (SALGADO, 2000). Identificar bens e serviços proporcionados por uma área protegida, determinar e medir

seu valor não é um processo simples. Este é o caso dos serviços de turismo, necessitando serem medidos e expressos em termos monetários, de forma que possam ser comparados na mesma escala de bens e serviços comercializados tradicionalmente.

Turistas estão visitando cada vez mais parques e reservas naturais buscando experiências junto à natureza (RAMSAR e OMT, 2012; DRUMM et al., 2011). O crescimento da visitação nestas áreas vem sendo expressivo no Brasil, principalmente nos Parques Nacionais. A tendência de aumento pela procura por atividades recreativas em ambientes naturais e a estruturação dos Parques Nacionais possibilitam prever um incremento dos benefícios decorrentes do turismo, tanto para as economias locais quanto para atender as necessidades financeiras de manutenção destas áreas (MEDEIROS et al., 2011). Tal necessidade é reconhecidamente deficiente (MEDEIROS e PEREIRA, 2011; VEDOVETO et al., 2011; BOVARNICK et al., 2010; DRUMM, 2008; GODOY, 2006).

O turismo é uma das formas de desenvolvimento sustentável que mais se alinham às questões relacionadas com a preservação ambiental (GORINI et al., 2006). A atividade de ecoturismo (segmento do turismo) tem se destacado em relação às demais atividades turísticas, por buscar promover o bem-estar de populações locais, com vistas a preservar o meio ambiente. Isto ocorreu devido à insatisfação com as formas convencionais de turismo que, num sentido geral, ignoraram as questões sociais e ecológicas de regiões em países estrangeiros (FENELL, 2002). Desta forma o ecoturismo passou a ser considerada uma atividade turística que utiliza, de forma sustentável o patrimônio natural e cultural; incentiva sua conservação e cria uma consciência ambientalista (SANCHES et al., 2011).

O objetivo desta pesquisa foi conhecer as teorias, compreender e ressaltar os diferentes métodos de análises de valoração econômica utilizados no desenvolvimento do turismo em áreas naturais protegidas no Brasil e suas limitações.

3. METODOLOGIA

A metodologia empregada nesta pesquisa consistiu na revisão bibliométrica com o levantamento de publicações científicas na base de dados Redalyc (Red de Revistas

Científicas de América Latina y el Caribe, España y Portugal) por artigos publicados nos últimos 10 anos (2006 – 2016) no Brasil. A escolha da base de dados Redalyc justifica-se por a mesma possuir elevado número de periódicos indexados do Brasil.

Os artigos selecionados foram pesquisados pela modalidade busca por palavras-chaves contendo os termos “valoração econômica”, “custo de viagem”, “disposição a pagar” e “turismo”. A análise temática foi utilizada, pois “permite maior compreensão do texto, fazendo emergir a ideia central e as secundárias, as unidades e subunidades de pensamento, sua correlação e a forma pela qual esta se dá” (LAKATOS e MARCONI, 2003, p. 32), conjuntamente com a técnica *scanning*, isto é, a procura de certos tópicos com os termos mencionados.

A análise foi baseada em pesquisa exploratória e de aprofundamento interpretativo (LAKATOS e MARCONI, 2010; GIL, 2002), por meio do levantamento de produção científica na área de valoração econômica dos recursos naturais e do turismo. Assim, possibilitando o aprofundamento do conhecimento teórico sobre os modelos e estratégias utilizados na análise econômica das atividades de turismo nas áreas naturais protegidas.

Foram analisados somente estudos que utilizaram técnicas de valoração do turismo para áreas protegidas, verificando similaridades, diferenças existentes e limitações. Promovendo a discussão sobre a multiplicidade do valor, isto é, dos diferentes exercícios de valoração que podem levar a resultados distintos pelo modelo selecionado.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O total de 151 estudos de valoração foi levantado na base de dados Redalyc. Contudo, na análise dos mesmos foi encontrado um número reduzido de publicações que tratam do tema, apenas quatro (04) artigos desenvolveram estudos sobre a valoração econômica do turismo em espaços naturais protegidos no período de 2006 a 2016. Tal resultado reforça o que afirma Nogueira et al. (2000) de que o limitado uso de métodos de valoração econômica ambiental no Brasil tem impedido avanços na exploração de oportunidades e de avaliar a relevância de suas vantagens e deficiências.

O Método de Valoração Contingente (MVC) em conjunto com o Método Custo de Viagem (MCV) foram os mais utilizados nos estudos para a valoração de espaços naturais visando medir direta ou indiretamente o valor dado pelas pessoas (sociedade, população local, turistas) a um bem ou serviço ecossistêmico. Ambos os métodos podem ser utilizados conjunta ou separadamente dependendo do objetivo da pesquisa, e revelam parte do valor total do bem natural. No MVC foi utilizada a técnica de Disposição a Pagar (DAP) para assegurar o uso para a prática do turismo e/ou a conservação do espaço. Tal uso deve-se por ser um instrumento amplamente usado devido sua flexibilidade e sua capacidade de estimar o VET (NOGUEIRA et al., 2000; MOTTA, 1997).

O MCV foi utilizado para valorar atividades realizadas em um espaço natural, que consiste em estimar mediante os custos efetivados pelos indivíduos durante o deslocamento até o local e os gastos realizados no local durante a prática do lazer, recreação e turismo. De acordo com Adams et al. (2003) este método permite estimar o valor de uso recreativo de um sítio natural, mediante a análise dos gastos incorridos pelos visitantes. Além de valorar bens ambientais que não têm mercado explícito (NOGUEIRA et al., 2000) como é o caso do turismo em espaço naturais.

A análise descritiva foi utilizada em dois estudos, nos demais estudos foram aplicadas outras técnicas de análise que complementam os métodos de valoração, dando-os maior confiabilidade nos resultados, sendo elas a Análise de Regressão Linear Múltipla para o MCV em um estudo e a Regressão Logística em conjunto com a Análise de Covariância (ANCOVA) para analisar o MVC no outro estudo. Porém, tais métodos e técnicas possuem limitações e vantagens.

As limitações em se realizar a análise descritiva tanto do MVC quanto do MCV está no fato da mesma não verificar as relações entre as variáveis e o poder de influência de cada variável nos resultados de ambos os métodos de valoração, o que torna a análise superficial e simplista.

A análise regressão linear múltipla permite analisar a influência das variáveis independentes (idade, escolaridade, renda, etc.) sobre uma variável dependente (DAP ou MCV), além de mostrar qual o melhor modelo (função) representa a DAP ou MCV, isto é, seu grau de associação e de variação (coeficiente de determinação R^2), dado em

percentuais, quanto mais próximo de 1 (um) melhor é a representação. O mesmo é postulado por Gujarati (2000) e Hair et al. (2009) que consideram a regressão linear múltipla uma técnica estatística para analisar a relação entre uma única variável dependente e múltiplas variáveis independentes. Porém, analisar o maior número possível de variáveis é sua limitação, e existem várias razões que a explicam (GUJARATI, 2000), dentre elas a imprecisão da teoria, a indisponibilidade de dados, seleção de variáveis essenciais versus variáveis periféricas e entre outras que assumem papel crucial na análise de regressão.

A Regressão Logística ou Modelo Logit possibilita determinar a verdadeira disposição a pagar, isto é, estabelece a correlação entre a(s) variável(is) independente(s) (Disposição A Pagar) e a(s) variável(is) dependente(s), que se refere a probabilidade do indivíduo aceitar o valor estipulado para usufruir o espaço natural para realizar atividades de lazer, recreação e turismo. De acordo com Motta (1997) a regressão logística é adotada quando são utilizadas perguntas com escolhas dicotômicas, isto é, relacionando a probabilidade de uma resposta “sim” para cada quantia sugerida com variáveis explicativas. Enquanto para Gujarati (2000) é a probabilidade de um dado evento ocorrer mediante uma condição, neste caso de resposta “sim ou não”. Tal análise permite selecionar as variáveis que são estatisticamente significativas e que melhor representam a DAP. A utilização da ANCOVA consiste em proceder a análise da variância e de regressão simultaneamente para duas ou mais variáveis independentes (quantitativas e qualitativas) (MISSIO e JACOBI, 2007; GUJARATI, 2000), verificando se as variáveis possuem significância relevante com a variável dependente, no caso a DAP. Contudo, requer experiência na sua aplicação e seleção das variáveis que melhor compõe o modelo de análise.

Dentre as limitações ou *vieses* observados na utilização do MVC estão: a) Aceitabilidade, a pessoa aceita o valor proposto sabendo que se trata de uma situação hipotética; b) Votos de protesto, isto é, baixa renda, pagamento de impostos, descrédito do governo, desvio do uso do recurso são fatores que favorecem a baixa ou a não disposição a pagar; c) Estratégico, as pessoas sabendo que terão que pagar um valor hipotético oferecem valores menores ao proposto; d) Indução/Influência do entrevistador no entrevistado, a informação sobre o objeto da pesquisa, suas implicações

ou mudanças podem afetar as ofertas dos indivíduos; e) Parte-todo, dificuldade de distinguir o bem ambiental específico de um conjunto mais amplo de bens, isto é, os diversos serviços prestados ao usufruir o bem. Tais limitações também são observadas em outros estudos (ROMEIRO e ANDRADE, 2009; MÚNERA e RESTREPO, 2009; ADAMS et al., 2003; NOGUEIRA et al., 2000; MOTTA, 1997). Para evitar estes problemas é necessário cuidado na especificação do cenário e de uma criteriosa aplicação do MVC, de forma a não interferir no resultado final da DAP ou mesmo superestimá-la.

No MCV os problemas se resumem: a) identificar e separar na análise o residente do turista, isto é, fazer a diferenciação entre os visitantes; b) locais turísticos concorrentes; c) cálculo dos custos da distância percorrida; d) real propósito da viagem, pois os turistas tendem a visitar outros atrativos durante a viagem. Essas limitações são observadas em vários estudos (ROMEIRO e ANDRADE, 2009; ORTIZ et al., 2000; NOGUEIRA et al., 2000; MOTTA, 1997).

5. CONCLUSÕES

O número reduzido de publicações sobre valoração do turismo na base de dados Redalyc no período de 2006 a 2016 indica que os métodos ou são poucos difundidos ou são de difícil compreensão sua aplicação envolvendo análise econométrica e estatísticas no país.

Ampliar a discussão e aumentar o maior número de aplicações práticas dos métodos de valoração é necessário, pois é premente o conhecimento sobre tais instrumentos em função da pouca importância dada aos recursos naturais.

Os métodos de valoração econômica MVC e MCV apresentam vantagens e limitações. A partir do conhecimento de suas limitações e na sua aplicação cuidadosa, permitem obter resultados confiáveis na valoração de bens e serviços como o turismo. Além de revelar o valor de um ativo ambiental, favorecendo a instrumentalização de políticas públicas para o desenvolvimento do turismo e para a conservação das áreas protegidas no Brasil.



Anais do II Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas do Campus de Campo Mourão da Universidade Estadual do Paraná, Campo Mourão - PR, 25-27 de outubro de 2016. v. 1.

REFERÊNCIAS

ADAMS, C; AZNAR, C. E; MOTTA, R. S; ORTIZ, R. A; REID, J. *Valoração econômica do Parque Estadual Morro do Diabo (SP)*. Conservation Strategy Fund. Páginas & Letras Editora e Gráfica: São Paulo, 2003.

BARBISAN, A. O; PANDOLFO, A; REINEHR, R; MARTINS, M. S; PANDOLFO, L. M; GUIMARÃES, J; ROJAS, J. W. J. Técnica de valoração econômica de ações de requalificação do meio ambiente: aplicação em área degradada. *Eng. Sanit. Ambiental*, 14(1), pp.119–128. 2009.

BOVARNICK, A. et al. Financial Sustainability of Protected Areas in Latin America and the Caribbean: Investment Policy Guidance. United Nations Development Programme (UNDP) and The Nature Conservancy (TNC) 2010.

CASULARI DA MOTTA, A. C. D. Alternativas Financeiras para a Conservação dos Recursos Naturais em Unidades de Conservação. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília, Programa de Pós-Graduação em Economia. 2005.

DRUMM, A. The Threshold of Sustainability for Protected Areas. *BioScience*, 782, v. 58, n. 9. 2008.

DRUMM, A; MCCOOL, S; RIEGER, J. The Threshold of Sustainability for Tourism within Protected Areas: a Quick Guide for Protected Area Practitioners. Protected Area Quick Guide Series Editor, J. Ervin. Arlington, VA: The Nature Conservancy, 2011.

FREITAS, K. A. A; FILHO, J. B; PIO, N. S; SILVA, F. F; MORAES, L. S. Valoração econômica dos benefícios ambientais percebidos pela população da bacia do Educandos provenientes do PROSAMIM. *Acta Amazonica*, 40(3), pp.509–514. 2010.

FONSECA, G. A. B; PINTO, L. P. S; RYLANDS, A. B. Biodiversidade e Unidades de Conservação. Anais do Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação, Vol. I – Conferências e Palestras. pp. 189-209. Curitiba, 15 a 23 de novembro de 1997. Universidade Livre do Meio Ambiente, Rede Pró-Unidades de Conservação & Instituto Ambiental do Paraná, Curitiba.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GODOY, A. M. G. A gestão sustentável e a concessão das florestas públicas. *Revista de Economia Contemporânea*, v. 10, n. 3, p. 631–654. 2006.

GUJARATI, D. N. *Econometria básica*. 3. Ed. São Paulo: Pearson Makron Books, 2000.



Anais do II Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas do Campus de Campo Mourão da Universidade Estadual do Paraná, Campo Mourão - PR, 25-27 de outubro de 2016. v. 1.

GORINI, A. P. F; MENDES, E. F; CARVALHO, D. M. P. Concessão de Serviços e Atrativos Turísticos em Áreas Naturais Protegidas: O Caso do Parque Nacional do Iguaçu. *BNDES Setorial*, (24), pp.171–210. 2006.

HAIR, J; ANDERSON, R; TATHAM, R; BLACK, W. *Multivariate data analysis*. 17ª Edição. PrenticeHall, 2009.

IKEMOTO, S. M; MORAES, M. G; COSTA, V. C. Avaliação do potencial interpretativo da trilha do jequitibá, parque estadual dos três picos, rio de janeiro. *Sociedade & Natureza*, 21(3), pp.271–287. 2009.

LAKATOS, E. M; MARCONI, M. A. *Fundamentos da metodologia científica*. 7. Ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MACEDO, Z. L. Os limites da economia na gestão ambiental. *Margem*, (15), pp.203–222. 2002.

MAIA, A. G; ROMEIRO, A. R. Validade e confiabilidade do método custo de viagem: um estudo aplicado ao Parque Nacional da Serra Geral. *Econ. Aplic.*, São Paulo, v. 12, p. 103-123, jan/mar. 2008.

MEDEIROS, R; PEREIRA, G. S. Evolução e Implementação dos Planos de Manejo em Parques Nacionais no Estado do Rio de Janeiro. *Revista Árvore*, v. 35, n. 2, p. 279–288. 2011.

MEDEIROS, R; YOUNG, C. E. F; PAVESE, H. B; ARAÚJO, F. F. S. *Contribuição das Unidades de Conservação para a Economia Nacional*. UNEP-WCMC, 44p. 2011.

MILARÉ, E. *Direito do Ambiente: A Gestão Ambiental em foco*. doutrina, jurisprudência, glossário. 5. ed. ref., atual. e ampl. – São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2007.

MISSIO, F; FLORES, L. F. Variáveis dummy: especificações de modelos com parâmetros variáveis. *Ciência e Natura*, UFSM, 29 (1): 111-135, 2007.

MOTTA, R. S. *Manual para Valoração Econômica de Recursos Ambientais*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal – MMA, 1997.

MOTTA, R. S. *Estimativa do Custo Econômico do Desmatamento da Amazônia*. IPEA, Rio de Janeiro, RJ. 2002.

MÚNERA, J. D. O; RESTREPO, F. J. C. Un análisis de la aplicación empírica del método de valoración contingente. *Semestre Económico*, v. 12, n. 25, pp. 11-30.



Anais do II Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas do Campus de Campo Mourão da Universidade Estadual do Paraná, Campo Mourão - PR, 25-27 de outubro de 2016. v. 1.

NOGUEIRA, J. M; MEDEIROS, M. A. A. Quanto vale aquilo que não tem valor? Valor de existência, economia e meio ambiente. *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, Brasília, v. 16, n. 3, p. 59-83, set/dez. 1999.

NOGUEIRA, J. M; MEDEIROS, M. A. A; ARRUDA, F. S. T. Valoração econômica do meio ambiente: ciência ou empirismo?. *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, Brasília, v. 17, n. 2, p. 81-115, mai/ago. 2000.

ORTIZ, R. A; MOTTA, R. S; FERRAZ, C. A estimacão do valor ambiental do Parque Nacional do Iguacu através do método de custo de viagem. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, 30(3), pp.355–382. 2000.

RAMSAR; OMT. Destino humedales: promoviendo el turismo sostenible. Gland, Suiza & Madrid, España: Secretaría de la Convención de Ramsar sobre los Humedales & Organización Mundial del Turismo. v. 9, p. 80. 2012.

SÁ-SILVA, J. R.; ALMEIDA, C. D. DE; GUINDANI, J. F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, n. 1, p. 1–15, 2009.

SALGADO, G. S. M. *Economia e Gestão de Áreas Protegidas: o caso do Parque Nacional de Brasília*. Dissertação em Gestão Econômica do Meio Ambiente, Universidade de Brasília. 2000.

SANCHES, K. L; SOUZA, A. N; OLIVEIRA, A. D; CAMELO, A. P. S. Avaliação Econômica das Atividades de Uso Indireto em uma Reserva Particular do Patrimônio Natural. *Cerne*, 17(2), pp.223–229. 2011.

SANT’ANNA, A. C; NOGUEIRA, J. M. Valoração Econômica dos Serviços Ambientais de Florestas Nacionais. *Revista de Administração e Negócios da Amazônia*, 2(1), pp.82–108. 2010.

SANTOS, A. Á. B. Conselhos Gestores de Unidades de Conservação. Tese de Doutorado em Ciências Florestais, Publicação, Programa de Pós-Graduação em Ciências Florestais 2Sem/08, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2008. 186 p.

SILVA, R. G; LIMA, J. E. Valoração contingente do parque “Chico Mendes”: uma aplicação probabilística do método Referendum com bidding games. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 42(4). 2004.

SPERGEL, B. Financiamento de Áreas Protegidas. In: JOHN TERBORGH [et al.] (Organizadores). *Tornando os parques eficientes: estratégias para conservação da natureza nos trópicos*. Curitiba: Ed. da UFPR / Fundação O Boticário, 2002.



Anais do II Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas do Campus de Campo Mourão da Universidade Estadual do Paraná, Campo Mourão - PR, 25-27 de outubro de 2016. v. 1.

VEDOVETO, M; FUTADA, S. M; RIBEIRO, M. B. Gestão das Unidades de Conservação na Amazônia Legal. In: *Áreas Protegidas da Amazônia brasileira: avanços e desafios*. Belém & São Paulo: Imazon & Instituto Socioambiental. 2011.

YOUNG, C. E. F; FAUSTO, J. R. B. Valoração de Recursos Naturais como Instrumento de Análise da Expansão da Fronteira Agrícola na Amazônia. *IPEA*, (I), pp.1–32. 1997.

O BOSQUE MUNICIPAL ANDRÉ RICARDO DA SILVA EM TERRA BOA/PR COMO INSTRUMENTO PARA TRABALHAR A EDUCAÇÃO AMBIENTAL COM CRIANÇAS EM PROCESSO DE FORMAÇÃO ESCOLAR

ANA PAULA MARTARELI DE OLIVEIRA
Estudante do curso de Turismo e Meio Ambiente
Universidade Estadual do Paraná - UNESPAR
ana_mrt@hotmail.com

29

CARLA CAROLINE HOLM
Bacharel em Turismo e Mestre em Desenvolvimento Comunitário
Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR
karol_holm@hotmail.com

RESUMO – Este trabalho tem como objetivo discorrer sobre a importância da sensibilização ambiental de crianças em processo de formação escolar, tomando como objeto o Bosque Municipal André Ricardo da Silva de Terra Boa/PR. A pesquisa foi aplicada com os alunos da escola pública terrabonense e para o seu desenvolvimento foi utilizado como procedimento metodológico: revisão bibliográfica sobre educação ambiental e formação escolar e cidadã; levantamento documental sobre a criação do Bosque e a legislação que norteia as atividades escolares no Brasil; e intervenções junto ao grupo buscando compreender a ideia formada do Bosque e que responsabilidades possuem para o cuidado do espaço. Com isso concluiu-se que as crianças em processo de formação escolar têm facilidade para assimilar informações relacionadas à educação ambiental e faz-se necessário incluir tal discussão no cotidiano escolar para que isto contribua na formação de uma sociedade cada vez mais preocupada com a conservação do meio.

Palavras-Chave: Educação Ambiental, Formação Escolar, Formação Cidadã, Bosque Municipal André Ricardo da Silva.

ABSTRACT - This paper aims to discuss the importance of environmental awareness of children in school education process, taking as object the Bosque Municipal André Ricardo Silva at Terra Boa/PR. The survey was conducted with the students of the public school terrabonense and its development was used as a methodological procedure: literature review on environmental education and school and civic education; documental survey on the creation of the Bosque and the legislation that guides school activities in Brazil; and interventions with the group seeking to understand the idea formed Bosque and responsibilities have to care space. It was concluded that children in school education process are easier to assimilate information related to environmental education and it is necessary to include such a discussion in the school everyday so this will contribute in the formation of an increasingly caring society with conservation medium.

Keywords: Environmental Education, School Education, Citizenship Education, Bosque Municipal André Ricardo da Silva

1. INTRODUÇÃO

Devido ao fato das cidades apresentarem um cenário caótico causado pela poluição, alto consumo e excessiva geração de resíduos nota-se a importância de discutir o termo Educação Ambiental que, segundo o autor Mauro Guimarães (2005), surgiu a partir de uma necessidade de resgatar os bens naturais que estavam sendo degradados pelo ser humano. Para o autor, a Educação Ambiental é uma ferramenta que pode ser utilizada para suavizar os problemas da ação antrópica no meio e, assim sendo, compreende-se a necessidade de fomentar a discussão sobre a temática não só no ambiente escolar, mas também na vida comunitária de modo geral. No ambiente escolar tal discussão é relevante para as crianças, pois se acredita que estas podem obter informações mais profundas sobre os valores da vida e atitudes mais responsáveis em relação ao meio ambiente, aumentando a qualidade de vida que têm nas suas localidades (GUIMARÃES, 2005). Dito isto, é importante discutir a Educação Ambiental neste contexto, pois trabalhar com este público estabelece chances maiores dos mesmos tornarem-se cidadãos com visão conceituada e crítica em relação ao meio ambiente.

Sabendo disso, este trabalho apresenta os resultados obtidos em uma intervenção escolar, cujo **objetivo geral** foi buscar sensibilizar alunos em processo de formação escolar sobre a importância da Educação Ambiental na formação cidadã, utilizando-se como referência o (des)caso do Bosque Municipal André Ricardo da Silva no município de Terra Boa/PR; para o desenvolvimento da pesquisa e intervenção, este objetivo ora apresentado dividiu-se em outros três **objetivos específicos**, sendo eles: a) compreender o que é Educação Ambiental e como ela pode ser trabalhada com alunos em fase inicial de aprendizado; b) promover reflexões sobre o exemplo negativo que o Bosque Municipal André Ricardo da Silva é para a população de Terra Boa; e c) estimular nos alunos práticas cotidianas responsáveis que contribuam para a conservação e qualidade de vida no município.

O instrumento de discussão, a saber, Bosque Municipal André Ricardo da Silva, é considerado um dos cartões postais do Município de Terra Boa, mas encontra-se interditado por problemas estruturais e em decorrência de um crime ocorrido no local no ano de 2009 (PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA BOA, 2016) e sabendo da importância que o Bosque deveria ter para a cidade julgou-se pertinente o levantamento de discussões sobre Educação Ambiental tomando como base o descaso local. Para a realização da pesquisa delimitou-se um grupo de estudantes em específico da rede pública de ensino municipal, acreditando que por estarem no início do processo de educação e formação há maiores possibilidades de sensibilizá-los quanto à necessidade de conservar o meio e contribuir para a sua manutenção e cuidado; o grupo em questão foi da Escola Profissionalizante Antonio e Jaime Mantovan, cuja localização está aproximada de uma área verde, justamente para fomentar estas discussões com os alunos matriculados.

A falta de recursos municipais para a revitalização da área e o descaso da população local fazem do bosque atualmente um ambiente para descarte de lixo, ficando ele inapropriado para a prática de atividades de lazer, como era sua função principal antes de 2009. Feita esta exposição e levando-se em consideração o cenário anteriormente relatado este estudo surgiu da intenção de fazer uma investigação sobre o atual conhecimento das crianças em relação à temática da educação ambiental, assim como desvendar a forma com que esta temática vem sendo trabalhada em sala de aula; deste modo, esta pesquisa buscou contribuir para uma sensibilização da comunidade local pela valorização do meio ambiente, proporcionando oportunidade de reflexão que mude o hábito da população no que diz respeito ao cuidado com o espaço da cidade e ainda almeja-se que esta discussão preliminar junto aos alunos da referida escola reflita em ações conscientes das crianças, de modo que estas possam contribuir para o futuro da sociedade terrabonense.

2. METODOLOGIA

Esta pesquisa visa abordar o Bosque Municipal André Ricardo da Silva em Terra Boa/PR como instrumento para trabalhar a Educação Ambiental junto de crianças em

processo de formação escolar. Do ponto de vista de seu objetivo, o estudo se caracterizou como uma pesquisa qualitativa que, segundo Parasuraman (1986, p.10) envolve a coleta, a análise e a interpretação de dados que não podem ter significados quantificados. Reforça ainda a idéia de que, para alguns pesquisadores, a pesquisa qualitativa pode ser utilizada para verificar os resultados de uma pesquisa quantitativa e a correta interpretação deles. Entende-se que a pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, mas sim com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc., sobre determinados assuntos. Assim, de caráter qualitativo esta pesquisa é do tipo estudo de caso, pois foi desenvolvida tomando como base um grupo de estudantes em específico e abordando um objeto de análise previamente determinado. Conforme já exposto, o trabalho foi desenvolvido com os alunos da Escola Profissionalizante Antonio e Jaime Mantovan e observando o (des)caso do Bosque Municipal André Ricardo da Silva, ambos localizados em Terra Boa/PR. Segundo Araújo *et al.* (2008) o estudo de caso trata-se de uma abordagem metodológica de investigação especialmente adequada quando procura-se compreender, explorar ou descrever acontecimentos e contextos complexos, nos quais estão simultaneamente envolvidos diversos fatores.

Para conseguir obter respostas para os objetivos já apresentados, o estudo esteve dividido em dois momentos, sendo o primeiro momento as revisões bibliográficas e documentais e o segundo momento as práticas no campo de pesquisa. A revisão bibliográfica foi feita tomando como temas centrais de discussão a educação ambiental e formação cidadã, em autores tais como Fabiana Senger Specalski (2006), Mauro Guimarães (2005) e Áurea Siqueira de Castro Azevêdo (2014); já a pesquisa documental ocorreu no levantamento de informações sobre a criação e gestão do referido Bosque junto da Prefeitura Municipal de Terra Boa/PR e documentos do Ministério da Educação sobre a legislação vigente que norteia as atividades escolares no país. Por sua vez, a parte prática do estudo foi desenvolvida na escola já apresentada a partir de observações junto ao grupo delimitado, bem como a proposição e execução de atividades lúdicas buscando uma melhor compreensão do assunto central abordado, tais atividades foram transmitidas por meio de leituras e reflexões sobre a Educação

Ambiental, visita ao entorno do Bosque Municipal e peça teatral retratando informações relacionadas ao Meio Ambiente.

Os resultados obtidos a partir de revisão bibliográfica e documental, bem como nas atividades empíricas foram sistematizadas e com esta sistematização julga-se que o objetivo geral inicialmente proposto foi atingido, servindo esta experiência como uma primeira tentativa para fomentar os diálogos sobre a importância da inserção das discussões sobre Educação Ambiental no processo de educação de crianças em idade escolar, bem como a sua continuidade no cotidiano da sociedade.

3. CONTEXTUALIZAÇÃO TEÓRICA

3.1 Meio ambiente e Educação Ambiental

A sobrevivência humana mantém uma relação de dependência com o meio ambiente e desta maneira faz-se importante trabalhar com Educação Ambiental devido à necessidade de preservar este vínculo e também aperfeiçoar a vida do ambiente em que se vive, de modo que este se mantenha funcional para as gerações futuras. Considera-se aqui, o meio ambiente como algo não somente ligado ao ambiente natural, mais sim com todo ambiente em que há vida. A globalização, bem como o crescimento urbano desenfreado, vinculada ao sistema capitalista de produção ocasiona uma crise ambiental por haver um consumo inconsciente dos recursos naturais; diante disso pode-se afirmar, segundo Specalski (2006. p. 8), que esta crise acontece devido ao fato de o meio ambiente sempre ter sido considerado um recurso, abundante e classificado na categoria de bens livres, ou seja, daqueles bens para o qual não há necessidade de trabalho para sua obtenção, [e isso] dificultou a necessidade de estabelecimento de critério em sua utilização e tornou-se disseminada a degradação ambiental, passando a afetar a totalidade da população, através de uma apropriação indevida do ar, da água ou do solo. Isto vem de encontro com o cenário de degradação ambiental que o planeta vivencia, podendo se observar as catástrofes ambientais ocorridas e que são cada vez mais frequentes. Dito isto se afirma que é preciso agir para minimizar os impactos da sociedade atual e fomentar as reflexões sobre o Meio Ambiente, ressaltando o papel que pessoas e empresas devem adotar e desenvolver para diminuir impactos, como a

redução de gases poluentes e a ponderação no consumo de água e também de energia (PORTAL DA EDUCAÇÃO, 2013). Todas estas discussões podem ser atreladas aos cuidados ambientais na sua pluralidade e devem ser tratadas de maneira urgente e contínua, de modo a sensibilizar toda a sociedade sobre as transformações necessárias para a recuperação de um ambiente já fortemente degradado. Portanto, tratar de educar ambientalmente a população apresenta-se como uma estratégia positiva e que pode apresentar reflexos a médio e longo prazos.

Tendo compreendido a importância da atuação da sociedade para a conservação do ambiente e as crises que podem se agravar a partir da sua degradação, é possível afirmar que a educação ambiental é um caminho alternativo e que pode frear o consumo inadequado do meio; ela é uma ferramenta importante para a sensibilização da sociedade em relação ao meio em que habita pois é capaz de chamar atenção para assuntos presentes no cotidiano e que dependem exclusivamente das pessoas para manterem-se conservados para uso presente e apropriação das gerações futuras. Neste sentido, afirma-se ser importante trabalhar esta temática com a população de maneira geral, incentivando-a a tomar cuidados relacionados à qualidade de vida, bem como a preservação dos recursos naturais para que as gerações futuras tenham acesso aos mesmos.

De acordo com Cascino, Jacobi e Oliveira (1998, p.11) a questão ambiental “está cada vez mais presente no cotidiano da população das nossas cidades, principalmente no que se refere ao desafio da preservação da qualidade de vida” e por isto faz-se necessária a aplicação de leis que assegurem um ambiente agradável à população local. Para os autores os problemas ambientais não são novos e destacam-se a contaminação das fontes de água, o aumento desmesurado das enchentes, a exigüidade da rede de esgotos, as dificuldades na gestão dos resíduos sólidos e a interferência crescente do despejo inadequado de lixo em áreas potencialmente degradáveis em termos ambientais e, naturalmente, os problemas da poluição do ar (CASCINO, JACOBI e OLIVEIRA, 1998, p.11) e sabendo disso, quanto mais acesso a informação e mudanças neste aspecto acontecerem em curto prazo, melhor será a condição de vida da população, fomentando nela o desejo de conservar o meio em que habita.

No Brasil bem antes de se falar em Educação Ambiental, segundo o autor Dostoievski (1998, p.35) ela já era praticada “pelo menos parcialmente, através de alguma iniciativa de professores criativos em vários pontos do país”, neste caso, nota-se que ações voltadas para uma qualidade de vida melhor sempre estiveram presentes, principalmente oriundas das salas de aula. Sendo assim, é relevante salientar a importância do professor para esta prática e também a importância de se trabalhar focado nesta temática com alunos no início do processo de formação escolar, pois o público concentra grupo de crianças também em início de formação cidadã e isto os torna mais propensos a absorver tais conhecimentos desde a infância, podendo isto ser aplicado ao longo da vida em sociedade.

Para Branco (2007, p.05) “a batalha da formação do homem pode ser já definida como vencida ou vencedora na Educação Infantil e, também, no Ensino Fundamental”, mas para que isso ocorra são necessários educadores e professores que promovam a motivação de mudança de comportamento dos alunos. Para o Ministério da Educação (2007, p. 07).

Vivemos em um momento bastante propício para a educação ambiental atuar na transformação de valores nocivos que contribuem para o uso degradante dos bens comuns da humanidade. Precisa ser uma educação permanente, continuada, para todos e todas, ao longo da vida. Neste sentido, a escola é um espaço conveniente para que isso ocorra, sendo este local um elo que propicia reflexões e amplia o debate político sem, contudo, perder a dimensão das práticas cotidianas; para Rosa (2007), atualmente torna-se necessária à transformação buscando superar injustiças ambientais, sociais e neste sentido a apropriação da natureza pode se dar tanto no contexto familiar quanto escolar.

A sociedade atual é caracterizada como uma sociedade de riscos, que provoca todos os dias a poluição ambiental, colocando em risco desta forma não só os seres humanos como também outras espécies, ou seja, animais, vegetais, e especialmente as gerações futuras. Neste sentido, a educação ambiental mostra-se importante porque assume sua parte reafirmando seu compromisso com mudanças de comportamento, sentimentos e atitudes, porém estes afazeres devem ser adotados por todos os indivíduos de cada território, de forma permanente e continuada por todos.

A Lei nº 6.938/1981 que trata da Política Nacional do Meio Ambiente deixa clara a função pedagógica da educação ambiental no Brasil, exprimindo em seu artigo 2º e inciso X, a necessidade de promover esta sensibilização em todos os níveis do ensino, com vistas a capacitar todo e qualquer cidadão para agir ativamente na defesa do meio em que habita (BRASIL, 1981)

Para operacionalizar este processo de conscientização incorporando-o ao projeto pedagógico e adequando-o a realidade local da comunidade escolar é preciso extrair algumas diretrizes comuns como a visão da complexidade da questão ambiental; as interações entre ambiente, cultura e sociedade; e o caráter crítico, político, interdisciplinar, contínuo e permanente da discussão desta temática, por exemplo, tornando aspectos da educação e dimensão ambiental passíveis de serem trabalhados no cotidiano escolar de diferentes formas, adequando-se estas estratégias aos distintos níveis de formação dos discentes (LIPAI, LAYRARGUES e PEDRO, 2007).

Diante do exposto é possível afirmar que o meio ambiente é algo presente na vida de todo e qualquer cidadão, sendo cada um responsável por colaborar na sua preservação, por meio do aprendizado de cuidado e conservação deste espaço. Portanto, a compreende-se que a educação ambiental quando trabalhada desde o início da formação cidadã do indivíduo possibilita uma melhor compreensão, pois tendo estes ensinamentos presentes no cotidiano desde a infância a prática deste conhecimento torna-se um hábito que pode refletir numa melhora qualitativa da qualidade de vida da sociedade futura.

3.2 Importância da formação cidadã e consciência ambiental e o papel da escola neste processo

Conforme exposto anteriormente, a educação ambiental mostra-se como um tema pertinente de ser abordado desde o início da formação do indivíduo, seja na sociedade em que este vive, ou na escola em que este sujeito terá os primeiros ensinamentos formais. Para Sápiras (2011) o processo de formação do ser humano e de sua personalidade tem início a partir do nascimento e desta forma os primeiros anos de vida são decisivos para a gênese de sua futura personalidade, assim entende-se que quando

mais cedo a pessoa tiver contato com a discussão e reflexão acerca da educação ambiental é mais provável que sua prática torne-se um hábito cotidiano devido ao seu rápido aprendizado. Neste sentido, é possível afirmar que a escola tem papel fundamental na formação cidadã desde a educação infantil e início no ensino fundamental, pois de acordo com os autores Lipai, Layargues e Pedro (2007) estas fases de aprendizado atuam na sensibilização e estímulo à percepção, interação, cuidado e respeito das crianças para com a natureza e cultura destacando a diversidade dessa relação.

Assim, atesta-se que escola é o meio em que se exercita a memória das crianças e segundo os autores Deboni e Mello (2007), é nesta etapa do processo de formação do indivíduo que há um interesse maior pelo meio ambiente, ou seja, a escola pode exercer um papel decisivo neste período, por conta das aulas que incitam a tal discussão.

Sabendo disso, atualmente há preocupação para que a educação chegue para todos e para Pires (2007) esta forma de educar deve preparar os indivíduos para as transformações que estão ocorrendo na sociedade, contribuindo assim para uma atuação cidadã efetiva na sociedade como um todo. Assim, Guimarães (2005) salienta a importância da inserção da discussão sobre educação ambiental na escola com crianças em início de formação escolar e cidadã, pois se acredita que estas podem obter informações mais profundas sobre os valores da vida e atitudes mais responsáveis em relação ao meio ambiente, aumentando a qualidade de vida no meio em que habitam.

3.3 Turismo e Educação Ambiental, como instigar tal relação durante a formação cidadã?

As assertivas anteriores revelam que os ambientes familiares e escolares exercem importância ímpar na formação da personalidade de um indivíduo, portanto, inserir discussões pertinentes ao zelo com o meio ambiente é uma estratégia para a sensibilização do sujeito desde a sua infância; mas é também possível fazer esta sensibilização atrelada às questões de interesse público como o turismo, por exemplo, tomando por base que um ambiente conservado pode gerar interesse de visitação não apenas da população local, mas também se pessoas advindas de outras localidades.

Dutra (2003) afirma que o turismo é um fenômeno social, econômico e cultural que envolve pessoas e é um ramo das ciências sociais que transcende a mera relação da balança comercial, pois se preocupa com o ambiente como um todo já que este se configura como a matéria-prima da atividade. Sabendo disso, faz-se importante relacionar as preocupações ambientais com as preocupações turísticas, pois elas possuem uma relação simbiótica por natureza.

Para que haja uma exploração turística adequada do meio faz-se necessário um planejamento eficiente da atividade, planejamento este que contemple as preocupações ambientais de impacto e minimização das transformações negativas do meio, pensando na sua manutenção para as gerações futuras. Desta maneira entende-se que o planejamento é um processo que se destina a produzir um ou mais futuros desejados; conforme apontado por Oliveira (2004), planejar é uma ação que objetiva a definição de políticas e processos de implementação de equipamentos e atividades em seu respectivo prazo e um planejamento turístico deve estar voltado para o alcance de benefícios sociais, econômicos e ambientais, minimizando assim custos e impactos e visando primordialmente o bem-estar dos moradores e visitantes.

Sabendo disso, percebe-se que o turismo pode fortalecer as discussões sobre o cuidado com o meio ambiente e vice-versa, tornando ambos os assuntos fundamentais de serem abordados por todos os sujeitos sociais. Compreendendo que a temática da educação ambiental é ampla, conforme já descrito, e o turismo pode somar tal aprendizado, tornando o morador consciente do patrimônio natural e cultural que detém e sensibilizando-o para a conservação destes.

A proposta de discussão da educação ambiental e atrelada a ela a prática do turismo tem como finalidade fazer com que o indivíduo priorize a busca para a construção de valores, estimule a adoção de postura correta e solidária para com o meio ambiente e ressalte a resolução dos problemas que afetam o meio ambiente e diante disso é inegável e estreita a relação entre ambas as temáticas, elas formam uma parceria necessária, haja vista que o turismo depende do papel estimulador da educação ambiental para a utilização de forma racional dos recursos naturais, assim como a educação ambiental encontra no turismo uma forma de transmissão de conhecimentos adquiridos (AZÊVEDO, 2014, p.08). Com isto a educação ambiental juntamente do

turismo busca oferecer um novo olhar sobre a proteção do meio ambiente e a valorização dos espaços coletivos e para que isso ocorra torna-se necessária a colaboração da sociedade, gestores da localidade e comunidade escolar, para que assim os espaços de lazer sejam vistos como um meio para estimular e difundir o conhecimento acerca da responsabilidade ambiental e social que a sociedade deve ter em mente, além de tornar estes espaços instrumentos de discussão e fomento à consciência cidadã.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Terra Boa tornou-se município em 13 de Julho de 1955, diante da Lei 2.411, desvinculando-se desta maneira de Engenheiro Beltrão e o município está localizado na região sul do Brasil, mais precisamente no noroeste do Paraná (PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA BOA, 2016); possui uma área de 296,76 km², com uma população estimada de 16.674 habitantes (IPARDES, 2016) e suas atividades econômicas predominantes são agricultura, avicultura, sericicultura, pecuária e indústria, conforme destaca a Prefeitura Municipal (2016).

A rede de educação terrabonense contempla os ensinos infantil, fundamental e médio, sendo apenas o primeiro nível de educação de responsabilidade da gestão municipal; fazem parte desta rede as escolas Pré-Escola Tia Maria, Escola Municipal Monteiro Lobato, Escola Municipal Princesa Isabel, Escola Municipal Adriano Franco, Escola Municipal Therezinha Aparecida Bagatin e Escola Municipal Manoel Marques Rosa, e também a Escola Profissionalizante Antonio e Jaime Mantovan, que é uma unidade assistencial mantida pela Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Terra Boa (APMI) em parceria com a Prefeitura Municipal de Terra Boa. Esta escola foi escolhida para a investigação do presente estudo.

Segundo informações obtidas em documentos fornecidos pela Sra. Maria de Lourdes Jacinto Brandão, responsável pela Secretaria de Assistência Social da Prefeitura Municipal de Terra Boa, o principal objetivo da escola em questão é oferecer o serviço de convivência para crianças e adolescentes e também a população de jovens



Anais do II Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas do Campus de Campo Mourão da Universidade Estadual do Paraná, Campo Mourão - PR, 25-27 de outubro de 2016. v. 1.

residentes no município, além de oferecer também cursos de iniciação e formação profissional que oportunizem sua inserção social e profissional, garantindo-lhes capacidade produtiva e de gestão para a melhoria da qualidade de vida. A escola em questão foi inaugurada no ano de 2009 e de acordo com a Lei Nº 979/2009 e trabalha com intuito de garantir a interação de crianças e adolescentes nas políticas públicas, tendo como foco a constituição de espaço de convivência, formação para participação e cidadania e desenvolvimento do protagonismo e da autonomia das crianças e adolescentes (PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA BOA, 2016).

A referida escola atende cerca de 200 alunos em parceria com os programas Jovem Aprendiz (que atende jovens entre 16 e 18 anos de idade) e Pró-Jovem (que atende jovens entre 15 e 17 anos de idade), assim como Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e a empresa Dudalina; para além deste serviço prestado pela unidade educacional, são desenvolvidas atividades em contra turno escolar para os alunos da rede municipal de ensino terrabonense, grupo este definido para a prática das intervenções do presente estudo, uma vez que é composto por crianças no início do processo de formação escolar e cidadã.

Sabendo da importância da discussão sobre o meio ambiente e a conservação dos espaços para assegurar uma melhor qualidade de vida dos munícipes, já apresentada nesta pesquisa, as intervenções relacionadas à educação ambiental ocorreram da seguinte forma: foi feita uma observação do grupo de crianças no cotidiano da Escola Profissionalizante e uma rodada de discussões com os alunos buscando compreender qual era a ideia inicial sobre educação ambiental. Constatou-se que, em razão da escola estar localizada em uma extensa área verde do município e contar com espaços pré-definidos para plantio de árvores frutíferas, estufas convencionais para a produção de verduras, estufa de sombrite para a produção de flores e mudas ornamentais e viveiro para a produção de mudas para a manutenção das florestas municipais, os alunos desde cedo estão em contato com a natureza e são estimulados pelos professores a cuidar da área sob a alegação de que ela é pública e, portanto, é de responsabilidade de todos os cidadãos terrabonenses a sua manutenção; ou seja, esta primeira etapa do trabalho prático teve um resultado positivo a partir do momento em que os diálogos traçados com as crianças demonstraram que estas se julgavam responsáveis pela conservação não

apenas do ambiente escolar, mas de todas as demais áreas do município porque este é um dever cidadão.

Sabendo disso, o primeiro objetivo específico, que era compreender o que é educação ambiental e como ela pode ser trabalhada com alunos no início da formação escolar, foi atingido a partir da revisão bibliográfica e documental e observação de que as práticas mais efetivas são aquelas presentes no cotidiano das crianças. A inclusão dos alunos em uma área verde e a constante demonstração prática dos benefícios de um ambiente bem cuidado gerou neste público uma sensibilização sobre a sua responsabilidade conservacionista e isto faz com que este dever cidadão esteja sendo estimulado desde os primeiros anos da educação formal deste público.

Posterior a este momento, e já sabido como os alunos em início de formação escolar atendidos pela Escola Profissionalizante encara a educação ambiental, foram realizados diálogos sobre a percepção dessas crianças no que diz respeito ao Bosque Municipal André Ricardo da Silva, uma vez que tal espaço deveria ser destinado para a prática do lazer dos moradores e visitantes de Terra Boa.

Nota-se que a população terrabonense necessita deslocar-se do município para realizar a prática de lazer, em virtude da carência de opções locais; entretanto, observa-se o referido Bosque poderia ser utilizado para tal, não fosse o visível descaso da sua manutenção. O Bosque está localizado no Município de Terra Boa e antes de sua criação na cidade, consta informação que era uma área totalmente coberta pela floresta e que pertencia à Companhia de Melhoramentos Norte do Paraná; na atualidade o local está desativado por falta de recursos e por virtude de um crime cometido no local no ano de 2009 (PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA BOA, 2016). Isto torna o espaço uma área ociosa no meio da cidade que vem sofrendo com a degradação do tempo e da sociedade local, que utiliza inadequadamente o Bosque para o descarte de lixo e resíduos múltiplos. O espaço que antes era de lazer teve sua inauguração no ano de 2003 e a escolha do seu nome foi uma decisão tomada pela equipe de vereadores da época para homenagear o filho de um grande empresário do município (PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA BOA, 2016), contudo o acesso a ele e às atividades que antes eram desenvolvidas foram suspensas no ano de 2009, como já citado, e mesmo assim e

a área mostra-se com potencial para a prática de atividades de lazer da população e para tal faz-se necessária sua recuperação.

Ao descrever sobre o assunto é importante salientar que os gestores do Município vêm buscando recursos governamentais há anos para o processo de revitalização, pois de acordo com o diretor da Secretaria do Meio Ambiente da cidade de Terra Boa, esta revitalização prevê a preservação do patrimônio municipal, histórico e ambiental, além de oferecer a população uma área de lazer, que ao mesmo tempo também gera benefícios ao desenvolvimento da atividade turística, fazendo com que se proliferem novas alternativas para economia local. O espaço tem potencial como atrativo turístico, possuindo importância para a dinamização econômica e socioambiental municipal, porém este necessita de cuidados, o que torna relevante a prática de atividades desenvolvidas relacionadas à Educação Ambiental, sobretudo no que tange ao incentivo de dinâmicas com alunos da escola do município (PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA BOA, 2016).

Feita esta exposição, entende-se que é justificada a necessidade de reflexão sobre a importância do Bosque para a comunidade terrabonense e daí a prática de diálogos com os alunos da Escola Profissionalizante Antonio Jaime Mantovan, buscando saber como eles enxergam esta área presente no município. Durante as exposições feitas pelo grupo de crianças, elas expressaram que já possuíam uma sensibilização sobre a Educação Ambiental incentivada pelos professores na referida escola, porém o grupo afirmou que o assunto não era tratado com tanta frequência e tampouco se utilizando um exemplo do próprio município para a abordagem da temática. Quando os alunos foram incentivados pela pesquisadora a refletirem sobre a atual conjuntura ambiental, sobretudo no que diz respeito ao cuidado com o bosque, percebeu-se que na percepção deles o Bosque tem sido visto como um mau exemplo de gestão pública e sensibilização ambiental por parte dos munícipes, pois o grupo compreende que a comunidade local é corresponsável pela degradação da área. Depois desses diálogos, foram feitas visitas no entorno do Bosque e foi possível mostrar na prática como o descarte inadequado do lixo por parte da população afeta negativamente a manutenção do espaço.



Imagem 01: Entorno do Bosque Municipal.

Fonte: Oliveira, 2015.

Sendo assim, entende-se que o segundo objetivo específico, a saber, promover reflexões sobre o exemplo negativo que o Bosque Municipal André Ricardo da Silva é para a população de Terra Boa, foi atingido, pois por meio dos diálogos realizados em sala de aula e visitas ao entorno do Bosque foi possível entender que as crianças percebem como o espaço poderia ser de importância para a comunidade caso houvesse o cuidado e manutenção adequados e ainda, elas estão conscientes de que a área está nesta situação degradante em razão de um combinado de fatores como a própria ação do tempo, mas também a carência de cuidado da gestão pública e comunidade local.

O terceiro objetivo específico era estimular nos alunos práticas cotidianas responsáveis que contribuam para a conservação e qualidade de vida na cidade e para o seu cumprimento foram promovidas peças teatrais que abordaram os temas: conservação dos lagos, rios e mares e uso consciente da água; e descarte adequado de resíduos. Estas intervenções tiveram como objetivo principal sensibilizar as crianças de forma lúdica para a importância de gestos cotidianos que interferem diretamente no meio ambiente e na qualidade de vida da população; após a apresentação das peças foi possível dialogar sobre a compreensão que eles tiveram sobre as temáticas e foi solicitado que os alunos manifestassem suas opiniões por meio da criação de desenhos e pequenos textos que expressassem suas percepções. Os resultados de tal prática

mostraram-se satisfatórios porque se percebeu que mesmo ainda jovens, o grupo mostra-se preocupado com as questões ambientais e demonstra preocupação com a degradação que vem ocorrendo cotidianamente no mundo e em específico na cidade de Terra Boa.



Imagem 02: Teatro sobre conservação ambiental

Fonte: Oliveira, 2015.



Imagem 03: Oficina de produção textual

Fonte: Oliveira, 2015.

De posse dos resultados obtidos na revisão bibliográfica e intervenções de campo, atesta-se que Terra Boa dispõe de uma legislação municipal voltada para o meio ambiente, contudo estas informações não são repassadas para a comunidade local fomentando nela o desejo de participação ativa no cuidado e manutenção dos espaços; estas discussões e reflexões só são levantadas no ambiente escolar e suas práticas só são encabeçadas pelos professores desses grupos de alunos. Com base nisso, é possível afirmar que a sensibilização ambiental da população terrabonense infelizmente só é obtida durante os anos de formação escolar e somente por parte de um agente transformador: a escola. Isto pode ser o principal influenciador dos descasos ambientais que acometem a população local, cujo reflexo é facilmente percebido no (des)cuidado com as áreas públicas municipais.

Caso o processo de educação ambiental fosse contínuo e estimulado no ambiente escolar e ambiente familiar, bem como incentivado pelo poder público local, talvez a manutenção das áreas públicas ocorresse de modo diferente. Isto não quer dizer que a escola deva deixar de fazer o seu papel, somente reafirma a necessidade dela receber apoio dos demais organismos sociais para que o fomento à educação e responsabilidade ambiental torne-se uma prática cotidiana entre todos os municípios de Terra Boa.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme exposto ao longo do trabalho, tratar da Educação Ambiental é de suma importância para a sensibilização das pessoas, pois mostra suas responsabilidades para com o meio que habitam; a sobrevivência humana mantém uma relação de dependência do meio e daí a necessidade de conservá-lo para assegurar uma qualidade de vida a todos e para conseguir atingir este objetivo, a discussão e intervenção é a estratégia que mostra-se mais adequada.

O turismo pode ser uma ferramenta para estimular os diálogos sobre o assunto, pois por meio dele é possível instigar as pessoas a cuidarem das áreas, pois elas conseguem vivenciar na prática os benefícios que os espaços conservados podem ter para o próprio lazer; com isto, entende-se que utilizar-se dos diálogos sobre educação ambiental abordando locais que podem ser apropriados pelo turismo pode ser uma estratégia de sucesso e isto deve ser iniciado desde a infância, fazendo esta sensibilização ambiental parte da formação cidadã.

No caso do presente trabalho, abordou-se a discussão acerca da educação ambiental com um grupo de alunos do contra turno escolar da Escola Antonio e Jaime Mantovan, utilizando-se o (des)caso do Bosque Municipal André Ricardo da Silva, um local que poderia ser um ponto de lazer para a comunidade de Terra Boa e visitantes. Os diálogos traçados com os alunos permitiram concluir que as crianças possuem uma visão bastante crítica em relação a importância da educação ambiental para a conservação do meio, mas mais que isto, elas compreendem que a situação de degradação da área é causada justamente pela falta de consciência da própria população terrabonense, a qual por vezes reclama da carência de espaços municipais para a prática do lazer.

Os autores abordados mostraram que este tipo de trabalho de sensibilização deve ser iniciado desde a infância, pois é neste momento que a criança apresenta mais capacidade de absorção do conhecimento e formação da sua personalidade conservacionista e que vai gerar um comportamento ambientalmente responsável ao longo de toda a sua vida, contudo, não deve ser este um trabalho feito apenas no

ambiente escolar, pois é a prática cotidiana que fará do sujeito um praticante de ações responsáveis na sociedade de que faz parte. Ou seja, os estímulos para a prática de um comportamento responsável devem ser na família, escola e vida social de todo o cidadão.

O trabalho de produção textual com o grupo escolhido para a pesquisa e intervenção mostrou exatamente a importância de tornar este um assunto mais que passível de diálogos, mais sim de práticas cotidianas que devem vir desde a infância; uma das alunas participantes da pesquisa descreveu “Eu cuido do meio ambiente, porque se eu não cuidar um dia tudo o que preciso vai faltar” (B. M. S., 7 anos) e com isto as assertivas acima se confirmam, pois a partir do momento em que toda a sociedade estiver sensibilizada e consciente da importância do cuidado com o meio, haverá uma população mais beneficiada com a qualidade do ambiente e, por consequência, a sua própria qualidade de vida.

Com isso entende-se que este trabalho foi uma primeira estratégia para outrora se tornar uma ferramenta de sensibilização para além da escola, mas também do poder público, demonstrando o quão essencial é o fomento a diálogos e práticas positivas em relação ao meio ambiente. O (des)caso do Bosque, objeto dos exemplos desta intervenção, de acordo com o próprio grupo de crianças é reflexo da carência de consciência da população terrabonense e mostra que apenas a escola engajada na missão de sensibilização não basta; há que se ter um trabalho integrado e contínuo também entre a iniciativa pública e privada, assim como o compromisso da sociedade local. Espera-se que os demais atores que devem estar envolvidos nesse processo tornem-se tão conscientes quanto as crianças da escola abordada, pois assim haverá uma cidade mais conservada e que ofereça mais espaços de lazer para a população local e visitantes, assim como uma população consciente dos seus deveres e/ou responsabilidades de cidadão.

6. REFERÊNCIAS

ARAÚJO, C. *et al.* Estudo de Caso. Métodos de Investigação em Educação. **Revista do Instituto de Educação e Psicologia** (online). Data de publicação: 2008. Disponível em: http://grupo4te.com.sapo.pt/estudo_caso.pdf. Último acesso em 01/09/2016.



Anais do II Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas do Campus de Campo Mourão da Universidade Estadual do Paraná, Campo Mourão - PR, 25-27 de outubro de 2016. v. 1.

AZEVÊDO, A. S. C.. A Educação Ambiental no Turismo como Ferramenta para a Conservação Ambiental. **Revista Amazônia, Organização e Sustentabilidade**. v. 3 , n.1, jan./jun. 2014 , p. 77-86. Disponível em <http://www.unama.br/seer/index.php/aos/article/view/81/pdf>. Último acesso em 01/09/2016.

BRANCO, S. **Meio ambiente** – educação ambiental na educação infantil e no ensino fundamental: oficinas aprender fazendo. São Paulo: Cortez, 2007.

BRASIL. Política Nacional do Meio Ambiente. Lei nº 6.938/1981. Brasília, 1981. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6938.htm. Último acesso em 01/09/2016.

CASCINO, F., JACOBI, P., & OLIVEIRA, J. F.. **Educação, Meio Ambiente e Cidadania**. São Paulo: Estado de São Paulo, 1998.

DUTRA, W. A. V. **O turismo**. Revista Turismo (online). Disponível em <http://www.revistaturismo.com.br/materiasespeciais/turismoe.html>. Data da publicação: 2003. Último acesso em 01/09/2016.

DEBONI, F.; MELLO, S. S.. Vamos Cuidar do Brasil. **Pensando sobre a "geração do futuro" no presente: jovem educa jovem**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/publicacao3.pdf>. Data da publicação: 2007. Último acesso em 01/09/2016.

DOSTOIEVSKI. F. **A Implantação da Educação Ambiental no Brasil**. Brasília: Coordenação de Educação Ambiental do Ministério da Educação e do Desporto, 1998.

GUIMARÃES. Mauro. **A dimensão Ambiental na Educação**. São Paulo. Papyrus Editora, 2005.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (IPARDES). Caderno Estatístico de Terra Boa. Disponível em <http://www.ipardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1.php?Municipio=87240>. Último acesso em 01/09/2016.

LIPAI, E. M.; LAYRARGUES, P. P; PEDRO, V. V.. **Educação Ambiental na escola: tá na lei**. Ministério da Educação. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/publicacao3.pdf> Data da publicação: 2007. Último acesso em 01/09/2016.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Vamos cuidar do Brasil: conceitos e práticas em educação ambiental na escola**. Brasília, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/publicacao3.pdf>. Último acesso em 01/09/2016.



Anais do II Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas do Campus de Campo Mourão da Universidade Estadual do Paraná, Campo Mourão - PR, 25-27 de outubro de 2016. v. 1.

OLIVEIRA, D. B.. **A importância do planejamento turístico.** Revista Turismo (online). Disponível em: <http://www.revistaturismo.com.br/artigos/planturistico.html>. Data da publicação: 2004. Último acesso em 01/09/2016.

PIRES, P. A. G.. Linguagem e Cultura: Múltiplos Olhares. **Anais do VI Congresso de Letras**, 2007.

PORTAL DA EDUCAÇÃO. **Preocupação com o Meio Ambiente.** Disponível em: <http://www.portaleducacao.com.br/biologia/artigos/49511/preocupacao-com-o-meio-ambiente>. Acesso em: 03 de Out. de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA. **Município de Terra Boa.** Disponível em: <http://terraboia.pr.gov.br/>. Último acesso em: 01/09/2016.

ROSA, G. **Mestre é aquele que, de repente, aprende.** Ministério da Educação. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/publicacao3.pdf>. Data da publicação: 2007. Último acesso em 05/09/2016.

SÁPIRAS, R. P. **A formação da personalidade da Criança.** Disponível em: <http://www.psicobh.com.br/index.php/psicoterapia-infantil/a-formacao-da-personalidade-da-crianca/>. Data da publicação 2011. Último acesso em 01/09/2016.

SPECALSKI, F. S.. **A Educação Ambiental Como Proposta de Sensibilização na Hotelaria.** Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão, 2006.

O TURISMO E A QUALIFICAÇÃO DA PAISAGEM RURAL: UMA ANÁLISE DOS INDICADORES DA PAISAGEM DA ESTRADA DO BARREIRO DAS FRUTAS E DA COMUNIDADE BOA ESPERANÇA EM CAMPO MOURÃO – PR.

JULIANA CAROLINA TEIXEIRA
Bacharel em Turismo, Mestre em Geografia
Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR
julianatma@gmail.com

49

RESUMO - As características da paisagem natural e cultural da região do município de Campo Mourão desde o final da década de 1990 comumente vem sendo citadas como de grande potencial para o turismo como alternativa de desenvolvimento. Nesse sentido o objetivo desta pesquisa é analisar a qualidade visual da paisagem da estrada do Barreiros das Frutas até a comunidade Boa Esperança onde ocorrem anualmente as Caminhadas na Natureza na perspectiva de sua qualificação turística. Os procedimentos metodológicos estão divididos entre a etapa de levantamento da literatura disponível sobre os temas centrais paisagem e turismo e a etapa de pesquisa de campo com base no levantamento e na análise dos indicadores como: diversidade, naturalidade, singularidade e detratores da paisagem. Considerou-se como resultado que a paisagem da região foi qualificada como médio-superior em que a diversidade foi a responsável por essa classificação sendo a singularidade um dos pontos fracos da paisagem analisada.

Palavras-chave: Paisagem, Atrativos naturais e culturais, Indicadores.

ABSTRACT - The characteristics of the natural and cultural landscape of the city of Campo Mourão region since the late 1990s has been commonly cited as a great potential for tourism as a development alternative. In this sense the objective of this research is to analyze the visual quality of Estrada do Barreiro das Frutas to the Boa Esperança community where every year take place the event “Caminhadas na Natureza” in view of its tourist qualification. The methodological procedures are divided between literature survey stage available on the central themes of landscape and tourism and field research stage based on the survey and analysis of indicators such as diversity, naturalness, uniqueness and detractors of the landscape. It was considered as a result that the landscape of the region was classified as upper middle where diversity was responsible for this classification is the uniqueness of the weaknesses of the analyzed landscape.

Keywords: Landscape, Natural and cultural attractive, Indicators.

1. Introdução

A paisagem se coloca como objeto fundamental para a atividade do turismo. É nela que os usuários exprimem seus anseios e concretizam seus desejos de consumo do produto turístico. Em contraposição, em se tratando da perspectiva do próprio atrativo e da comunidade que a ele pertence e, que o define e redefine, a paisagem representa seus valores histórico-culturais sendo parte significativa de seu patrimônio. A paisagem do campo atrai atualmente uma demanda específica de cidadãos que, por meio de um imaginário bucólico desse espaço buscam cada vez mais o retorno e contato com ambientes naturais pouco ou não alterados pela atividade humana e, ainda, por ambientes com características rurais que remetam a um passado idealizado. A revalorização das ruralidades imprime na paisagem, portanto, uma carga de sentidos que representem o retorno a uma vida tranquila e saudável.

Nesse sentido, a atividade do turismo tem na paisagem importante ferramenta para divulgar, atrair, valorizar e proporcionar experiências em determinados destinos junto as demandas existentes. Desde o final da década de 1990 o discurso relacionado a riqueza das características da paisagem da região de Campo Mourão se faz presente, principalmente, no setor público. O processo homogeneizante do avanço da urbanização e da modernização da agricultura avançou de forma limitada nesses municípios. Isso ocorreu, para além de outros fatores, pois, com áreas de relevo acentuado a mecanização da produção não chegou em todas as localidades. Para essas áreas os pequenos agricultores se deslocaram desenvolvendo atividades que correspondiam as características do terreno. Nessas áreas, portanto, houve maior preservação de mata nativa e da cultura regional que não sucumbiu ao processo homogêneo de modernização (TEIXEIRA, 2011).

A paisagem dessas áreas somado a um quadro de baixo desenvolvimento trouxeram para a região discursos para a implementação do turismo como atividade alternativa. Desde então apontamentos sobre a relevância paisagística da região e seu potencial para o turismo são disseminados, muito embora, estudos sobre a análise da paisagem regional voltados para o turismo sejam escassos. Nesse sentido, o presente estudo busca compreender qual o nível de qualidade visual da paisagem regional em

uma perspectiva turística utilizando como recorte espacial a estrada do Barreiro das Frutas que segue para a comunidade Boa Esperança onde ocorrem anualmente as Caminhadas na Natureza.

Recentemente a região dos municípios de Campo Mourão tornou-se a região turística do Paraná denominada atualmente como Ecoaventuras, Histórias e Sabores. A gestão pública, portanto, se debruça no levantamento de dados e atividades que consolidem a região no planejamento e organização de produtos turísticos. Para tanto é de fundamental importância o desenvolvimento de estudos científicos que colaborem no planejamento dos destinos regionais que buscam se fortalecer como destinos turísticos. O estudo da paisagem regional, torna-se relevante, portanto, na medida que com levantamentos de dados pertinentes auxiliará na compreensão da paisagem, no seu significado regional e em seu ordenamento para o turismo, pois a ausência de relação entre as paisagens e o turismo sem planejamento está fadada a degradação (YÁGIZI, 2002) e ao desenvolvimento limitado de seu potencial.

A pesquisa, portanto, busca somar discussões relacionadas a paisagem; turismo; patrimônio; ordenamento do território turístico; planejamento dentre outras questões que compreendem os estudos do turismo na região. Observar e analisar a paisagem regional torna-se significativo na medida que essa é uma ferramenta para o entendimento da própria comunidade local sobre seus atributos potenciais e seu fortalecimento via turismo. O município possui responsabilidade na preservação da paisagem e no diagnóstico dos problemas (YÁGIZI, 2002), assim, pesquisas que tornem-se basilares para o planejamento da atividade devem ser desenvolvidas para colaborar nesse percurso. As Caminhadas na Natureza que ocorrem anualmente na região, são exemplo marcante de que há potencial turístico, porém, muito ainda precisa ser desenvolvido para que comunidade e turistas compreendam cada vez mais e vivenciem o patrimônio natural e cultural local.

Nesse sentido, observou-se que a paisagem da região do município de Campo Mourão constatemente entra na pauta dos discursos oficiais da gestão pública e privada e da sociedade regional em geral. Isso ocorre em função do discurso de sua provável riqueza cultural e natural e do relevo acentuado que delegou a essa região características específicas. Porém, a qualidade dessas características paisagísticas da região em uma

perspectiva turística é carente de pesquisas que comprovem cientificamente sua qualidade para o desenvolvimento do turismo. Nesse sentido a presente pesquisa levantou o seguinte questionamento: Qual o nível de qualidade da paisagem rural da estrada do Barreiro das Frutas até a comunidade de Boa Esperança na região de Campo Mourão segundo a perspectiva turística? Nesse sentido teve-se como objetivo geral de pesquisa analisar a qualidade visual da paisagem rural da estrada do Barreiros das Frutas até a comunidade Boa Esperança na perspectiva de sua qualificação turística. As imagens analisadas não foram inseridas nesse artigo em razão do número máximo de páginas a serem apresentadas, porém, elas podem ser consultadas com a autora da pesquisa.

2. O TURISMO E A REVALORIZAÇÃO DA PAISAGEM NO CAMPO

A complexidade apresentada hoje pelo espaço rural e as discussões que permeiam os conceitos de rural/urbano e campo/cidade resultaram em posicionamentos favoráveis e contrários às correntes que defendem a intensa urbanização do espaço rural, como apontam os estudos de Silva (1998). Esses posicionamentos díspares, para muitos pesquisadores, a exemplo de Marques (2002), ocorrem porque, apesar da complexidade delegada ao espaço rural, atualmente, em função do avanço da urbanização sobre esse espaço, o mesmo continua resistindo com suas especificidades e características próprias, as quais vêm sendo revalorizadas pela modernidade.

Os conceitos e as definições sobre o campo e a cidade, sobre o rural e o urbano e o avanço do modo de vida urbano resultam, para Marques (2002), ora na idealização do passado e na valorização do tradicional, ora na valorização do progresso da modernidade. A autora explica que, no final dos anos de 1970, as condições de vida insalubres da cidade fazem com que as discussões cidade e campo sejam retomadas, isso porque o campo passou, cada vez mais, a representar o local de reencontro com a natureza, com a vida tranquila e saudável. É preciso, porém, compreender que o campo não pode ser confundido com natureza, uma vez que ele é espaço que foi secularmente cultivado e artificializado pelo homem (MARQUES, 2002).

A disseminação de uma imagem bucólica do campo, tido como lugar onde é possível encontrar uma melhor qualidade de vida completamente oposta à vida estressante da cidade, aumenta a revalorização do modo de vida e produção rural em objeto de consumo. Essa revalorização do rural é disseminada como uma tentativa de reduzir a pobreza de áreas menos desenvolvidas, mas que possuem como objetivo principal a propagação das relações capitalistas no campo por meio da inserção de novas atividades agrícolas e não agrícolas nesse espaço (CANDIOTTO; CORRÊA, 2008).

Compreende-se, nesse sentido, que há gradativamente uma exaltação às características do rural em detrimento da vida conturbada e estressante da cidade. Assim, as ruralidades tornam-se mercadorias no avanço da urbanização no campo. A tentativa de utilizar as atividades de lazer, turismo, preservação ambiental, dentre outras, as quais buscam uma valorização do que é próprio do meio rural, mercantiliza esse espaço. Não apenas as paisagens bucólicas do campo e outros bens materiais são consumidos por meio dessa mercantilização, como também os bens imateriais são colocados à disposição desse mercado. Assim, as chamadas novas ruralidades são, na verdade, formas de apropriação e de mercantilização das ruralidades.

A noção de ruralidades vem sendo adotada por alguns teóricos, a exemplo de Carneiro (1998), em decorrência das dificuldades em delimitar o espaço rural do espaço urbano. Assim, ruralidades e urbanidades são compreendidas como fenômenos do rural e do urbano. Para a socióloga, a ruralidade não pode ser compreendida apenas pelo avanço da sociedade urbano-industrial no meio rural, mas também pelo consumo da mesma, dos bens simbólicos e materiais do mundo rural.

É necessário, segundo Carneiro (1998), mais do que redefinir fronteiras entre rural e urbano, pois é preciso buscar, a partir dos agentes sociais, os significados das práticas sociais que aumentam gradativamente no campo como na cidade. Importante ressaltar é que Carneiro (1998) compreende as ruralidades como a revalorização das características do campo pela urbanidade contemporânea.

Compreende-se, porém, que as ruralidades podem ser definidas como objetos e ações próprias do rural, fazendo parte da identidade de sua população (CANDIOTTO; CORRÊA, 2008). Tais características existem secularmente, independentemente da

busca atual pela população urbana dessas características. Consideradas arcaicas e atrasadas, as ruralidades são revalorizadas e recebem novas roupagens para o consumo.

Nessa perspectiva, a nova ruralidade não é algo construído socialmente pela população rural, mas mais uma idéia imposta por organismos concentradores do poder, cristalizada no discurso, porém muitas vezes não concretizada, que passa a ser utilizada e propagada por diversos pesquisadores como novos aspectos da realidade do espaço rural. Nesse sentido, há uma rápida incorporação e divulgação da retórica como se esta fosse fundamentada na realidade empírica, mostrando que teorias passam a orientar a prática sem necessariamente serem desenvolvidas com base em constatações empíricas (CANDIOTTO; CORRÊA, 2008, p. 232).

A demanda urbana exalta as ruralidades e o fazem pressupondo que, em pequenas cidades do interior, os laços de solidariedade aumentam. Marques (2002) explica, nesse quadro, que o campo ainda é um espaço com menos mediações que o espaço urbano e a intensidade mais próxima das relações “[...] verificados no primeiro depende, sobretudo, de como os grupos sociais que sobre ele atuam se relacionam com a terra, podendo implicar questões de territorialidade e sentimento de localidade” (MARQUES, 2002, p. 109). Para Marques (2002), isso tudo se dá em função da alienação do modo de vida urbano e da idealização do modo de vida rural, em que a imagem do campo remete ao passado, à tradição e a cidade remete ao futuro, ao moderno, faltando, nessa passagem, o presente marcado pelas tensões sociais. A idealização do campo e das ruralidades, e sua mercantilização, não permitem visualizar esse espaço com seus inconvenientes e sem o mínimo de conforto. Nesse sentido:

[...] os urbanos valorizam o rural como paisagem, e buscam um rural sem os inconvenientes tradicionais do campo (mau cheiro, insetos, sujeira, animais peçonhentos, trabalho pesado), e com o máximo de conforto das cidades (infra-estrutura, boas estradas, TV, internet, piscina, ar condicionado, etc.). É de se entender, portanto, que existe uma diferença entre as ruralidades “reais” e as ruralidades idealizadas pela mídia, pelos empresários e pelos políticos, que influenciam a percepção dos habitantes urbanos, atraindo-os para o consumo do espaço rural (CANDIOTTO; CORRÊA, 2008, p. 239).

É preciso, portanto, compreender a paisagem em seu sentido mais amplo que abrange toda a experiência de seu usuário sem tratar apenas de seu bucolismo na

divulgação do potencial turístico. Deve-se refletir a paisagem, proporcionando sua vivência totalizante, afinal, ela compreende uma combinação de elementos como formas, cores, sons, sensações naturais e construídas pelas relações sociais. Ela pode ser visível, sonora e sensível se colocando de maneira diferenciada de acordo com a realidade que se apresentam (BAGLI, 2006). Pode-se compreender, portanto, a paisagem como:

Uma qualidade estética que os diferentes elementos de um espaço físico adquirem apenas quando o homem surge como observador, animado de uma atitude contemplativa dirigida a captar suas propriedades externas, seu aspecto, seu caráter e outras particularidades que permitam apreciar sua beleza ou feiúra (BOULLÓN, 2002, p.120).

As paisagens da cidade e do campo, nesse sentido, possuem características específicas que lhes atribuem diferentes aspectos, fato esse, que pode colaborar para a criação de um imaginário bucólico da paisagem rural. Isso porque, a paisagem urbana comumente se relaciona mais intimamente por aquilo que está construído sobre o solo. Assim, a paisagem visível nesse espaço (que é construída por tamanhos, aparências, formatos coloridos) possui uma multiplicidade de formas: edifícios, casas, sobrados, ruas (largas e estreitas), avenidas, alamedas, praças, monumentos e etc. Tais formas apresentam tamanho, cores, e formatos em que as mais variadas funções se apresentam e onde a contradição está presente (BAGLI, 2006).

Já a paisagem rural se evidencia por outros elementos. Ela se caracteriza pela existência de vegetação, cultivo de alimentos e criação de animais. Em função de sua maior homogeneidade a paisagem rural mais esconde do que revela seus problemas, fato esse que colabora para a bucolização do rural. Com relação a paisagem sonora, no rural os sons são mais nitidamente percebidos: os sons dos animais, das águas, das árvores. Na cidade os sons se confundem, se sobrepõem ou não são encobertos. Assim, no campo, temos os sons naturais e na cidade os mecânicos. Por fim, a paisagem sensível pode ser apreendida, por exemplo, na maior temperatura da cidade e na menor temperatura no campo (BAGLI, 2006).

Assim, a paisagem idealizada do campo entra na pauta das ferramentas utilizadas como recursos de divulgação para o turismo devido a sua carga de bucolismo

e imaginário de uma vida tranquila. Utilizadas como imagem para a comercialização de destinos turísticos elas tem importância pois, os turistas não obedecem apenas a lógica do mercado mas a lógica do ideário social (CASTRO, 2002).

2. METODOLOGIA

Os procedimentos metodológicos levantados para a realização da presente pesquisa dividem-se em duas etapas fundamentais. A primeira delas refere-se ao levantamento e revisão da literatura disponível relacionada fundamentalmente aos temas: paisagem e turismo para a verticalização dos conteúdos teórico-metodológicos. O segundo momento da pesquisa relaciona-se a pesquisa de campo que terá como base a metodologia de análise da paisagem utilizando-se de ferramentas desenvolvidas por Pires (2005), ao avaliar a qualidade visual da paisagem do município de Porto Belo em Santa Catarina, para a execução do trabalho em uma perspectiva do turismo.

A análise da paisagem será realizada por meio de quatro indicadores os quais são: a diversidade; a naturalidade; a singularidade e os detratores. O indicador relacionado a diversidade representa o nível de variedade da paisagem, ou seja, quanto maior as partes diferenciadas com distintos componentes visuais e menos homogênea maior o valor da paisagem. A naturalidade da paisagem apresenta o maior nível de valor quanto maior for a formação de vegetação original e menor for a ação antrópica. A singularidade caracteriza as ocorrências de origem natural ou manifestações de origem humana (sítios arqueológicos, uso do solo) e os elementos visuais (unicidade, unidade, raridade, antiguidade, beleza, amplitude, excepcionalidade). Por fim os detratores da paisagem estão relacionados as ações humanas que modificaram a paisagem natural e, ainda, aos próprios processos naturais (erosão, sedimentação e outros) que atuaram na detração da qualidade visual da paisagem, por muitas vezes causados ou acentuados pela ação humana. É importante ressaltar que as ações antrópicas que proporcionaram aumento da qualidade visual da paisagem serão considerados a nível de diversidade e de singularidade da paisagem (PIRES, 2005).

O método de avaliação da paisagem será: a) independe dos usuários em que a análise é realizada por estudiosos a partir de fórmulas aplicáveis a realidade sem a

participação dos usuários; b) indireto de avaliação da qualidade visual onde a paisagem é dicotomizada em componentes diversos e há a análise dos mesmos ou das categorias estéticas de acordo com diferentes juízos de valor e segundo critérios de pontuação e classificação e c) de avaliação da paisagem por componentes centrando a avaliação na identificação, descrição e valoração da qualidade visual com a adoção de critérios de classificação e pontuação predefinidos (BERNÁLDEZ, 1981; IGNÁCIO *et al.*, 1984; CERRO, 1993 *apud* PIRES, 2005).

As ferramentas utilizadas para a coleta e análise dos dados são compostas de planilhas para a identificação dos indicadores de qualidade visual e cada planilha contém cabeçalho especificando as informações do ponto de coleta como: Ponto de observação; Coordenadas; Cena observada e número de fotografias obtidas:

Quadro 1 – Planilha de identificação do ponto de coleta

Responsável: _____		
Local/Data: _____		
Ponto de observação n: _____	Cena observada: _____	Foto n: _____
Coordenadas: _____		

Fonte: Pires, 2005.

Os pontos a serem observados em que serão coletados os dados serão os mirantes naturais ou construídos; pontos de estradas com vista panorâmica; locais potenciais de concentração de turistas e usuários da paisagem iniciando na estrada do Barreiro das Frutas, logo após o Parque Municipal Joaquim Teodoro de Oliveira e, encerrando-se no circuito utilizado nas Caminhadas na Natureza na comunidade Boa Esperança.

Os pontos de observação serão demarcados a partir de coordenadas geográficas obtidas com aparelho de GPS (Sistema de Posicionamento Geográfico). Para a determinação das cenas a serem observadas no processo de análise da paisagem e seu correspondente registro fotográfico devem ser considerados os seguintes critérios conforme Pires (2005):

- A máxima angulação horizontal permitida diante das vistas abertas ao observador, em alguns casos podendo chegar a 360°. Neste caso, a câmera perfaz um giro sequencial sobre seu eixo horizontal de forma a

compor um mosaico contínuo e, minimamente sobreposto, de registros fotográficos das cenas que se apresentam ao observador;

- O interesse por pontos focais ou dominantes contidos na cena proporcionada a partir do ponto de observação;
- Coerência e racionalidade na determinação de cenas a observar, considerando a configuração espacial e a localização dos pontos de observação, além do interesse turístico (PIRES, 2005, p. 420).

Os registros fotográficos obtidos nos pontos de observação devem utilizar o mesmo posicionamento e a mesma câmara fotográfica sobre tripé com altura constante de 1,17 metros sem a utilização do recurso de zoom. Após o cabeçalho de cada planilha seguem-se os campos relativos aos Indicadores de Qualidade Visual, a saber: DIVERSIDADE, NATURALIDADE, SINGULARIDADE e DETRATORES:

Quadro 2 - DIVERSIDADE VISUAL

COMPONENTES	ELEMENTOS VISUAIS (propriedades visuais)	NÍVEL DE DESTAQUE			
		GRANDE (PESO 6)	MODERADO (PESO 3)	POUCO (PESO 1)	NENHUM (PESO 0)
RELEVO	Forma/Volume				
	Linha				
VEGETAÇÃO	Textura				
	Cor/Tonalidade				
	Forma				
ÁGUA	Cor/Tonalidade				
	Linha/Forma				
ATIVIDADES HUMANAS	Forma				
	Cor				
	Linha				
SUB-TOTAL (Nº DE OCORRÊNCIA X PESO)					
ESCALA DE CLASIFICAÇÃO	DE 31 A 60 – Alta diversidade	CLASSIFICAÇÃO _____			
	DE 11 A 30 – Média diversidade				
	ATÉ 10 – Baixa diversidade				

Fonte: Pires (2005).

Quadro 3 - NATURALIDADE

GRADIENTE DE MODIFICAÇÃO DA PAISAGEM NATURAL	CLASSIFICAÇÃO
Paisagem natural sem alterações visíveis Paisagem natural pouco alterada	NATURALIDADE SUPERIOR (S)
Paisagem predominantemente natural com alterações pequenas a moderadas	NATURALIDADE MÉDIA-SUPERIOR (MS)
Paisagem tipicamente rural (campestre, cultivada, colonial). Paisagem urbana/peri-urbana com entorno predominantemente natural.	NATURALIDADE (N)
Paisagem peri-urbana misturada com elementos da paisagem rural. Paisagem urbana/peri-urbana com presença de elementos naturais em seu entorno Paisagem urbana com expressiva presença de áreas verdes (arborização de rua, bosques, parques/praças)	NATURALIDADE MÉDIA-INFERIOR (MI)
Paisagem urbana com poucos elementos naturais ou áreas verdes.	NATURALIDADE INFERIOR (I)

Fonte: Pires (2005).

Quadro 4 - SINGULARIDADES – Critérios de Identificação

<ul style="list-style-type: none"> - Presença na paisagem de componentes e/ou suas propriedades visuais com atributos tais como unicidade, raridade, grandiosidade, excepcional beleza; - Grande amplitude visual (paisagem extremamente panorâmica); - Ocorrência de fenômenos atmosféricos notáveis tais como nascer e pôr do sol, arco-íris, nuvens e nebulosidade, neve, geada; - Presença de fauna; - Paisagem natural sem alterações; - Presença na paisagem de ocorrências ou aspectos ecológicos, geográficos ou ambientais de relevância educativa ou científica; - Ocorrência de interesse histórico ou cultural que possua expressão visual.
<p>Critérios de classificação:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Grande potencial de atratividade turística em nível nacional e internacional (Gr) - Razoável potencial de atratividade turística em nível estadual e sub-nacional (Rz) - Limitado potencial de atratividade turística em nível sub-estadual (regional) (Lm)

Fonte: Pires (2005).

Quadro 5 - DETRATORES – Critérios de classificação:

<ul style="list-style-type: none"> - Pequena intrusão (PI) - Conjunto de pequenas intrusões (Cj-PI) - Média intrusão (MI) - Conjunto de médias intrusões (Cj-MI) - Grande intrusão (GI) - Conjunto de grandes intrusões (Cj-GI)

Fonte: Pires (2005).

Após o levantamento dos dados anteriores completa-se a Grade Final de Avaliação da Qualidade Visual da Paisagem que finaliza-se com o registro do Resultado Final.

Quadro 6 - QUALIDADE FINAL DE AVALIAÇÃO DA QUALIDADE VISUAL DA PAISAGEM

CLASSE DE QUALIDADE VISUAL	PARÂMETROS DE ENQUADRAMENTO
QUALIDADE VISUAL SUPERIOR (S)	Níveis superiores de diversidade e naturalidade Com singularidade grande a razoável Ausência de detratores ou, no máximo, pequenos detratores
QUALIDADE VISUAL MÉDIA-SUPERIOR (MS)	Nível superior de diversidade e médio-superior de naturalidade Com singularidade limitada a razoável Ausência de detratores ou, no máximo, pequenos detratores
QUALIDADE VISUAL MÉDIA (M)	Níveis médios de diversidade e de naturalidade Ausência de singulares Presença de pequenos a médios detratores
QUALIDADE VISUAL MÉDIA-INFERIOR (MI)	Média diversidade Naturalidade média-inferior Ausência de singularidades Presença de médio(s) detratores(s)
QUALIDADE VISUAL INFERIOR (I)	Níveis inferiores de singularidade e de naturalidade Sem singularidades Presença de médio(s) e grande(s) detratores(s)
RESULTADO FINAL - Qualidade visual: _____	

Fonte: Pires (2005).

Pires (2005, p. 422) determina que “Se as classificações dadas pelos indicadores não coincidirem totalmente com a seqüência de parâmetros estabelecidos para cada classe de qualidade visual, decidir pela classe de maior número de ocorrências”. Caso o empate persista deve-se optar pelo juízo de valor definido pelo pesquisador.

Para a aplicação da metodologia deve-se considerar toda a extensão das vistas observadas avaliando toda a amplitude das vistas acessíveis ao observador. Nesse sentido leva-se em consideração toda a experiência visual do observador.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

A pesquisa de campo realizou-se em duas etapas para a obtenção dos registros fotográficos. A primeira etapa caracterizou-se como levantamento exploratório em que as cenas foram selecionadas durante o trajeto observando-se os pontos mais adequados

para coleta levando-se em consideração sua localização, os indicadores a serem capturados, dentre outros aspectos, como horário mais adequado do dia para o registro. Os registros fotográficos foram coletados nessa primeira etapa totalizando mais de trinta cenas capturadas. Na segunda etapa o percurso foi realizado para a captura das cenas antes das dez da manhã e após as quatro horas da tarde, permitindo assim melhor luminosidade para o registro fotográfico. Os pontos de observação foram marcados por meio de GPS (*Global Positioning System*) em locais predefinidos durante a primeira etapa.

Após a realização da segunda etapa foram selecionadas onze imagens de um total de dezessete imagens capturadas. No Quadro 7 foram organizados os pontos de observação, as coordenadas e as vistas observadas.

Quadro 7 - Posicionamento dos pontos de observação e identificação das vistas observadas

PONTO DE OBSERVAÇÃO	COORDENADAS	VISTAS OBSERVADAS
1	24°2.753'S 52°20.494'O	Vista panorâmica da área urbana de Campo Mourão ao fundo. Vista parcial de área de vegetação do Rio do Campo e de área de agricultura na estrada do Barreiro das Frutas.
2	24°2.753'S 52°20.494'O	Vista parcial ao fundo de área de agricultura e de vegetação preservada. Vista da Estrada do Barreiro das Frutas com pequena propriedade a esquerda e a direita com produção de hortaliças. Em primeiro plano vista de produção de hortaliças.
3	24°3.397'S 52°12.681'O	Em primeiro plano a Estrada do Barreiro das Frutas. Em segundo plano propriedades rurais com áreas de agricultura, pastagem e área de vegetação preservada próximas ao rio da Várzea. Ao fundo relevo acentuado característico da região.
4	24°3.397'S 52°11.286'O	Vista parcial da Estrada do Barreiro das Frutas; propriedade com produção de hortaliças e áreas de vegetação preservada. Ao fundo vista do relevo.
5	24°2.182'S 52°16.422'O	Em primeiro plano área de pasto. Em segundo plano área com vegetação preservada e parte de produção de soja. Ao fundo reflorestamento de eucaliptos e vista do relevo da região.
6	24°2.182'S 52°16.422'O	Em primeiro plano área de pasto. Em segundo plano área com vegetação preservada e parte de produção de soja e barracão ao fundo. Ao fundo vista do relevo com vegetação preservada.
7	24°4.839'S 52°12.688'O	Em primeiro plano área de campos. Em segundo plano área de mata com pequenas intrusões e ao fundo vista do relevo da região com vegetação preservada em alguns pontos e com um conjunto de pequenas intrusões.
8	24°4.8858'S 52°12.739	Em primeiro plano área de agricultura. Em segundo plano conjunto de propriedades com áreas de agricultura e pasto e pequenas áreas de vegetação preservada. Vista do relevo ao fundo.
9	24°4.131'S	Entrada da Fazenda Boi Cotó onde ocorrem as Caminhadas

Anais do II Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas do Campus de Campo Mourão da Universidade Estadual do Paraná, Campo Mourão - PR, 25-27 de outubro de 2016. v. 1.

	52°12.681'O	na Natureza. Ao fundo relevo acentuado, vegetação e pequenas propriedades.
10	24°2.805'S 52°15.714'O	Mirante do Salto Boicotó com pequenas propriedades e conjunto de vegetação.
11	24°2.805'S 52°15.714'O	Mirante do Salto Boicotó. Área com relevo acentuado. Conjuntos de áreas com vegetação preservada. Pequenas propriedades com áreas de lagoas.

Fonte: Metodologia desenvolvida por Pires, 2005. Dados coletados e organizados pela autora.

Observando-se o indicador DIVERSIDADE foi possível constatar por meio da análise realizada que em sete dos onze pontos de observação atingiu-se a maior classificação na escala (Alta diversidade) dos três níveis existentes (Alta; Média e Baixa diversidade). Sabendo-se que a alta diversidade é resultado de uma paisagem que compõem partes diferenciadas com distintos componentes visuais (PIRES, 2005), em sua grande maioria, os componentes relevo, vegetação e atividades humanas na paisagem da região se colocam como os principais fatores que influenciam em sua qualidade visual. É necessário salientar que o componente água foi registrado em apenas uma das imagens em razão da captura de fotos panorâmicas, porém, esse componente é muito presente na região. A ocorrência de rios, quedas de água, lagos e outros elementos da hidrografia tornam a qualidade paisagística da região ainda mais qualificada. Embora esse componente não tenha sido capturado em todas as imagens os demais componentes elevaram a qualidade visual local. O resultado dessa alta diversidade é a somatória, portanto, de fatores como formas, linhas, cores, texturas que foram analisadas por meio da pesquisa, mas que porém, só possuem real significado paisagístico quando o observador surge para contemplar de maneira dirigida esses componentes físicos (BOULLÓN, 2002).

Referente ao indicador NATURALIDADE que a maioria dos pontos (nove entre onze) recebeu a classificação de Naturalidade. Conforme as análises, isso ocorreu, principalmente em razão do gradiente de modificação da paisagem natural que foi a: paisagem tipicamente rural (campestre, cultivada, colonial) ter sido identificada na maioria das imagens. Essa questão nos remete ao que foi discutido por Marques (2002), Bagli (2006), Candiottto e Corrêa (2008) quando trataram do bucolismo da vida no campo e que a paisagem rural mais tem a esconder do que evidenciar. A naturalidade dos aspectos campestres, coloniais tornam-se importantes para a construção da singularidade da paisagem e que torna-se ferramenta para o turismo (CASTRO, 2002).

O único ponto classificado com Média-Inferior de Naturalidade foi o ponto de observação 1, isso porque, compreende-se que a cena observada possui como gradiente de modificação da paisagem natural a: paisagem peri-urbana misturadas com elementos da paisagem rural e com elementos naturais em seu entorno. A cena observada, que apresenta como enfoque principal elementos urbanos, atribuiu uma média inferior relacionada a sua naturalidade. Por fim, o ponto de observação que recebeu Média-Superior foi o ponto de observação 7. Isso ocorreu pois trata-se de uma paisagem predominantemente natural com alterações pequenas a moderadas.

O indicador SINGULARIDADE obteve em todos os pontos de observação a classificação de: Limitado potencial de atratividade turística em nível sub-estadual (regional) (Lm) em que as demais classificações se tratavam de: Grande potencial a nível nacional e internacional e Razoável potencial em nível estadual e sub-nacional. Explica-se a classificação em Limitado nível sub-estadual (regional), pois, não foram identificados itens com grandiosidade ou raridade e paisagem natural totalmente sem alterações. Esses fatores acabam por limitar a singularidade da paisagem analisada a um potencial sub-estadual e regional em razão de presença de aspectos ecológicos, geográficos de relevância educativa; ocorrência de interesse histórico e cultural de expressão visual (como a organização das propriedades que refletem o modo de vida da região, a exemplo) e ocorrência de fenômenos atmosféricos como nascer e pôr do sol.

Para concluir, tratando-se do indicador DETRATORES identificou-se a ocorrência, principalmente dos Conjuntos de Pequenas intrusões (Cj-PI) nas cenas dois, três, quatro, cinco, seis, oito, nove e dez. Essas pequenas intrusões estão relacionadas as pequenas modificações atribuídas pelas atividades humanas mas que não influenciam de maneira negativa na paisagem. Identificou-se uma Pequena Intrusão (PI) na cena sete que apresentou alteração humana em pequena área em meio a vegetação. Foi possível identificar um Conjunto de Média Intrusão (Cj-MI) na cena onze em razão dessa cena ser tomada em grande parte por propriedade agrícola que lhe confere alteração humana média. Com relação a cena 1 houve uma Grande Intrusão (GI) pois essa cena trata da vista panorâmica da área urbana do município de Campo Mourão.

Para melhor organização dos dados e visualização do resultado final a qualidade visual da paisagem foi sintetizada no Quadro 9.

Quadro 9 - Classificação da qualidade visual da paisagem nos pontos de observação

PONTO DE OBSERVAÇÃO	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
NÍVEL DE QUALIDADE VISUAL	MI	MS	MS	MS	MS	M	MS	MS	M	MS	MS

Legenda: MS-Qualidade Visual Média-Superior; M-Qualidade Visual Média; MI-Qualidade Visual Média-Inferior

Fonte: Metodologia desenvolvida por Pires, 2005. Dados coletados e organizados pela autora.

Com base no Quadro 9 observa-se que a qualidade visual da paisagem no ponto de observação um, foi de Média-Inferior . Nos pontos seis e nove foi Média e na maioria dos pontos a saber: dois, três, quatro, cinco, sete, oito e onze a qualidade visual foi de Média-Superior. O ponto um teve uma qualificação visual de Média-Inferior pois há predominância de paisagem urbana. Nos pontos seis e nove o que conferiu a paisagem a qualidade Média foi a média diversidade somada com a naturalidade da paisagem. Na maioria dos mais pontos a diversidade foi o fator que qualificou a paisagem como Média-Superior.

4. CONCLUSÕES

Observou-se durante o presente estudo que a paisagem é uma construção social que define-se não só pelos elementos físicos mas também pela experiência do observador que, pode, portanto ser um potencial para o turismo. A paisagem pode sofrer no processo turístico uma idealização por parte de seus usuários que, muitas vezes, permeados pelo consumo compreendem a paisagem apenas a partir de seus pontos positivos sem considerar os aspectos negativos vividos, principalmente, pelos atores que participam da construção dessa paisagem assim como foi abordado nessa pesquisa pelo aspecto da análise de uma paisagem rural.

A paisagem da Estrada do Barreiro das Frutas localizada no município de Campo Mourão foi qualificada a partir dos indicadores DIVERSIDADE, NATURALIDADE, SINGULARIDADE e DETRATORES como Média Superior. Esse resultado se deu em razão da alta diversidade da paisagem que possui componentes relevantes como o relevo, vegetação e atividades humanas. Para além desses

componentes o componente água (que não apareceu nas paisagens) deve ser mencionado em razão da existência de rios, quedas de água, lagos na região que podem complementar a análise da paisagem em outros estudos e são importantes para a atividade turística.

Outro fator relevante identificado no estudo foi a naturalidade da paisagem da região que apresentou como componente fundamental a paisagem tipicamente rural somada a áreas de preservação de mata nativa. Como apontado no estudo, a paisagem rural possui apelo importante no processo de planejamento do turismo e do consumo da paisagem pelos turistas. O planejamento da paisagem, portanto, deve levar em consideração não apenas o bucolismo do ponto de vista do consumidor mas fundamentalmente os “inconvenientes” vividos pelos atores que constroem essa paisagem para atribuir aos mesmos uma construção verdadeiramente qualificada que refletirá no turismo.

Os detratores da paisagem se mostraram pouco intrusivos e não possuíam grande relevância para atribuir a essa paisagem uma qualificação inferior. Foram identificadas, na maioria, conjuntos de pequenas intrusões em razão da grande maioria estar relacionada ao modo de vida e produção no campo. Portanto não foram identificadas modificações que artificializam a paisagem de maneira significativa e que causam impacto visual relacionados principalmente a degradação do ambiente.

O indicador singularidade apontou um limitado potencial sub-estadual (regional) turístico da paisagem. Pode-se observar esse indicador como um ponto fraco na classificação e, portanto, no posicionamento da região no mercado turístico, porém, se analisarmos do ponto de vista do segmento de turismo a que se pretende desenvolver e, portanto, o público-alvo e a amplitude da atividade turística, pode-se compreender esse fator como ponto forte.

REFERÊNCIAS

- BAGLI, P. Rural e Urbano: Harmonia e Conflito na Cadência da Contradição. In: SPOSITO; M. E. B.; WHITACKER, A. M. (Org.). **Cidade e Campo – Relações e Contradições entre Urbano e Rural**. Expressão Popular; Coleção Geografia em Movimento, 2006.



Anais do II Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas do Campus de Campo Mourão da Universidade Estadual do Paraná, Campo Mourão - PR, 25-27 de outubro de 2016. v. 1.

BOULLÓN, R. C. **Planejamento do espaço turístico**. Bauru: EDUSC, 2002.

CANDIOTTO, L. Z. P; CORRÊA, W. K. Ruralidades, urbanidades e a tecnicização do rural no contexto do debate cidade-campo. **Campo-Território: revista de geografia agrária**, v. 3, n. 5, 2008.

CARNEIRO, M. J. Ruralidade: novas identidades em construção. **Revista Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 11, p. 53-75, 1998.

CASTRO, I. E. Paisagem e Turismo. De estética, nostalgia e política. IN: YÁZIGI, E. A. (Org). **Turismo e paisagem**. São Paulo: Contexto, 2002.

MARQUES, M. I. N. O conceito de espaço rural em questão. **Terra livre**, São Paulo, v. 18, n. 19, p. 95-112, 2002.

PIRES, P. S. A análise de indicadores da qualidade visual como etapa da caracterização de paisagens turísticas: uma aplicação no distrito-sede de Porto Belo-SC. **Turismo – Visão e Ação**, local, v. 7, n. 3, p. 417 -426, 2005.

SILVA, J. G. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. 2. ed. Campinas: UNICAMP, 1998.

TEIXEIRA, J.C. **O turismo e o mundo do campesinato na mesorregião Centro-Ocidental paranaense**. 2011. 135 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2005.

YÁZIGI, E. A. A importância da paisagem. In: YÁZIGI, E. A. (Org). **Turismo e paisagem**. São Paulo: Contexto, 2002.



Anais do II Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas do Campus de Campo Mourão da
Universidade Estadual do Paraná, Campo Mourão - PR, 25-27 de outubro de 2016. v. 1.

VIABILIDADE DE IMPLANTAÇÃO DE SOFTWARE PARA HOTELARIA NO HOTEL LISOT NO MUNICÍPIO DE CAMPO MOURÃO - PR

FERNANDO HENRIQUE FERRARI CANDIDO
Acadêmico do Curso de Turismo e Meio Ambiente
Universidade Estadual do Paraná - UNESPAR
fh.ferrari@live.com

ANNAMARIA ARTIGAS
Turismóloga, Especialista em Docência em Turismo e Hotelaria
Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI
artigas.anna@gmail.com

SIMONE VASSALLO MONTEIRO
Turismóloga, Mestre em Turismo e Hotelaria
Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI
monteironovo@gmail.com

67

RESUMO – A tecnologia tornou-se elemento presente nos setores econômicos, inclusive no setor hoteleiro, com a presença de *softwares* específicos para agilizar os mecanismos de gestão. Este trabalho, tem como objetivo geral estudar a viabilidade da implantação de um *software* no Hotel Lisot, localizado no município de Campo Mourão (PR). O Trabalho também propõe apresentar o modelo atual de gestão do hotel, evidenciar a importância do sistema de gerenciamento para o hotel, e apontar as vantagens de implantação de um *software* de gerenciamento hoteleiro. Como procedimentos metodológicos, optou-se por uma pesquisa exploratória, pesquisa em fontes secundárias e seguindo o método monográfico. A técnica de pesquisa foi participativa e priorizou-se a observação sistemática. A análise dos resultados se tem de forma descritiva obtendo-se, ao final, resultado positivo para a implantação do *software* no objeto de estudo.

Palavras-chave: *Software*, Hotel, Gestão.

ABSTRACT - The technology has become this element in the economic sectors, including the hospitality sector, with the presence of specific software to streamline the management mechanisms. This work has as main objective to study the feasibility of deploying software on Lisot Hotel, located in the municipality of Campo Mourão (PR). The work also aims to present the current model of hotel management, highlighting the importance of the management system for the hotel, and point deployment advantages of a hotel management software. As methodological procedures, we opted for an exploratory research, research on secondary sources and following the monographic method. The research technique was participatory and gave priority to systematic observation. The analysis has descriptively yielding in the end positive for software deployment in the study object.

Keywords: Software, Hotel, Management

1. INTRODUÇÃO

Muitos avanços foram obtidos em relação a tecnologia nos últimos anos, e isso pode ser aplicado a hotelaria também, o uso de *softwares* é muito comum em todos os tipos de hotéis para facilitar a gestão e atendimento ao hóspede. (SANTOS, 2013)

A Internet se tornou uma aliada dos hoteleiros para chegar de forma mais fácil e rápida até seu cliente, com o uso de redes sociais e sites específicos para buscas de hotéis, e que contam com avaliações de hóspedes; tornam mais transparentes as informações que chegam até o potencial cliente, o que exige mais qualidade no atendimento e estrutura, já que uma experiência negativa repercute desfavoravelmente.

Portanto, o uso da ferramenta digital, se torna facilitadora para um maior alcance de clientes e também o acesso à informação dentro do hotel, pelos funcionários, por meio de *softwares*, independente do porte do hotel, para satisfazer as necessidades de uma demanda que busca um serviço mais rápido e eficiente. O município de Campo Mourão conta com vários hotéis, entre eles o Hotel Plaza Lisot, um hotel de pequeno porte, porém com considerável fluxo de hóspedes principalmente em dias úteis, que atende em sua maioria o público de turismo de negócios. Fazemos, aqui entender que, o Hotel Lisot, objeto deste estudo, é composto por duas unidades que se localizam na Rua Brasil e outra na Avenida Goioerê, respectivamente, ambos pesquisados.

A tecnologia está ganhando mais espaço no cotidiano dos cidadãos e no setor da hotelaria não poderia ser diferente, pois como nos afirma Petrocchi (2007), os sistemas podem agilizar no atendimento ao hóspede e podem ser uma alternativa para a área contábil também. Diante disso, de acordo com o modelo de gestão atual das unidades do Hotel Plaza Lisot, questionou-se a viabilidade de implantação de um *software* para gerenciamento do hotel levando-se em conta que toda a parte de recepção e controle dos hóspedes é feita manualmente sendo necessária a comunicação via telefone entre das duas unidades para controle, gestão e operacionalização na/da empresa. Levantaram-se duas hipóteses, uma positiva, que para simplificar a gestão e operacionalização do hotel é viável a implantação de um *software* e outra negativa, que o modelo atual de gestão é suficiente para atender as necessidades de gerenciamento e operacionalização do hotel.

Portanto, o objetivo geral do estudo foi pesquisar a viabilidade de implantação de um *software* de gerenciamento hoteleiro que pudesse integrar as duas unidades empresariais, além de facilitar a operacionalização e gerenciamento, e para chegar aos resultados as ações realizadas foram: apresentar o modelo atual de gestão do hotel, evidenciar a importância do sistema de gerenciamento para o hotel, e apontar as vantagens de implantação de um *software* de gerenciamento hoteleiro.

Deixamos explícito que, este trabalho não pretendeu fazer uma pesquisa comparativa entre as unidades da Empresa, objeto deste estudo, mas a viabilidade de integração do mesmo via informatização, priorizando, portanto, a questão da sistematização por meio de *softwares* para a hotelaria.

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para realização desta pesquisa, foi utilizada a pesquisa exploratória que de acordo com Gil (2008) proporciona maior familiaridade com o problema, com finalidade de torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. Este tipo de pesquisa tem um planejamento flexível, que possibilita a consideração de aspectos variados em relação ao que está sendo estudado. Portanto, nesta pesquisa desenvolveu-se, no primeiro momento, revisão documental e revisão bibliográfica, ou seja, pesquisas em fontes secundárias que se referem ao material conhecido e organizado segundo um esquema determinado, conforme Dencker (1998); o Hotel Plaza Lisot e literaturas relativas a gestão do setor hoteleiro; artigos, com tema na área de sistemas informatizados na hotelaria. Quanto ao método, o escolhido foi o monográfico que segundo Marconi e Lakatos (2006, p.108) “deve examinar o tema escolhido, observando todos os fatores que influenciaram e analisando-o em todos os seus aspectos.”

No segundo momento, para que obtivéssemos melhores resultados, referentes às unidades hoteleiras, foi realizada a técnica de observação assistemática, que segundo Marconi e Lakatos (2006, p.194) se caracteriza em “(...) recolher e registrar os fatos da realidade sem que o pesquisador utilize meios técnicos especiais ou precise fazer

perguntas diretas. É mais empregada em estudos exploratórios e não tem planejamento e controle previamente elaborado”.

Tendo, o pesquisador participado do processo e, portanto, estando envolvido no processo, observou-se a presença de pesquisa ação onde, o pesquisador participa de forma ativa e cooperativa proporcionando a interação do pesquisador com o local, ajudando assim, a aprofundar conhecimentos pertinentes ao objeto de estudo, assim como todo seu funcionamento, operacionalização e gestão na busca de resultados para o problema (DENCKER, 1998). Ainda, para a autora, este é um tipo de “ Pesquisa empírica com estreita vinculação com uma ação ou resolução de um problema coletivo. (...). Não obedece a um plano rígido de pesquisa (...), utiliza critérios qualitativos, o pesquisador se integra no processo e seu objetivo é agir sobre a realidade imediata” (1998, p. 127-128).

A análise dos dados coletados foi feita de forma descritiva, interpretativa, pois apoia-se na observação feita durante a pesquisa de campo que busca traduzir a realidade observada fazendo as ligações entre o observado e o objetivo do estudo (DENCKER, 1998)

3. HOTEL PLAZA LISOT

O Hotel Plaza Lisot, foi fundado no ano de 2004, no município de Campo Mourão, Paraná, pelo empresário Hugo Lisot, e desde então oferece uma opção econômica para turistas e, principalmente, para os turistas que vem ao município por motivo de negócios.

A Empresa conta com duas unidades na cidade, sendo uma localizada na Rua Brasil nº1400 e outra na Avenida Goioerê nº1600, totalizando juntas, 46 UHs. Os apartamentos estão divididos entre individual, duplo, triplo e quádruplo, sendo 18 apartamentos na unidade da Rua Brasil e 28 na unidade da Avenida Goioerê.

A unidade da Rua Brasil, mais centralizada, permite acesso mais rápido a igreja matriz, terminal urbano, bancos, biblioteca municipal, restaurantes e outros locais no centro da cidade.

Os serviços disponibilizados em ambas as unidades são: recepção 24 horas, lavanderia e passadeira, estacionamento, internet sem fio, café da manhã e todos os apartamentos possuem ar-condicionado *Split*, TV a cabo, telefone. Contudo, somente no Hotel da Rua Brasil, os apartamentos possuem frigobar (não abastecido), com produtos para consumo disponíveis na recepção do hotel.

O café da manhã oferecido aos hóspedes proporciona frutas, bolos variados, pães diversos, opções de frios, sucos, iogurte, geleias além de café, leite, chás sendo bem avaliado pelos hóspedes e servido na sala de refeições do Hotel da Rua Brasil.

O objeto de estudo não possui salão para eventos, embora seu público seja, em sua maioria, voltado ao setor de negócios não possuindo espaço para academia (*fitness*). Como área de convivência, na unidade da Rua Brasil, há um espaço com sofás, televisão a cabo, computador disponível para uso dos hóspedes com acesso à internet, revistas e jornais.

4. HISTÓRICO E CONCEITOS DA HOTELARIA

Os serviços de hospedagem têm suas origens na antiguidade, no século VI a.C. já existia esse tipo de demanda e ocorria principalmente por motivo de intercâmbio comercial entre cidades na região mediterrânea da Europa (DUARTE, 1997).

No período do Império Romano começa se difundir hospedarias mais luxuosas, chamadas de *Hostellum* que era uma espécie de palacete onde os nobres costumavam se hospedar em suas viagens. Já no final da Idade Média, quando as cidades estavam crescendo, as estalagens se desenvolveram e além de alojamento passaram a servir refeições e bebidas, alimentação para cavalos e manutenção de charretes. Com isso os serviços de hospedagens passaram a ser cada vez mais comum e utilizados pelos viajantes. Na França por exemplo, em 1407 foi criada a primeira lei para registro de hóspedes visando uma maior segurança nas hospedarias (DUARTE, 1997).

Com as guerras, as estradas sofreram grandes prejuízos, assim as viagens à lazer apresentaram queda. Por outro lado, ganharam força as viagens motivadas pela fé, e a hotelaria passa assumir “características de negócio lucrativo diante do movimento

intenso de soldados, peregrinos e mercadores nos caminhos europeus” (CNC, 2005, p. 10), proporcionando também o aparecimento de diversos hotéis.

No Brasil, as primeiras formas de hospedagens surgiram com os bandeirantes; eram ranchos rústicos e improvisados à beira da estrada, e assim foram se formando hospedarias parecidas com as que existiam na Europa. Somente após a chegada da Família Real e milhares de imigrantes no Brasil que surge o termo “hotel” no Rio de Janeiro, embora muitos destes hotéis começaram como restaurantes e só depois passaram a oferecer quartos mobiliados para seus clientes (CNC, 2005).

Com o avanço e crescimento dos números de hotéis em todo o país, principalmente devido a evolução dos meios de transporte, na década de 1970 é construído o Hilton São Paulo, primeiro hotel de grande marca internacional, que atraiu outros hotéis de redes internacionais a construir seus hotéis no Brasil, como os hotéis da rede Intercontinental Hotel Corporation, Novotel, Clube Mediterranée, entre outros (CNC, 2005).

Portanto, o surgimento das grandes redes de hotéis no Brasil foi um marco importante para a história do turismo brasileiro, já que o país começou a ganhar visibilidade e passou a oferecer serviços de padrão internacional, o que motivou a construção de novos hotéis por todo o país e fomentar a cadeia produtiva do turismo.

4.1 Conceitos da Hotelaria

De acordo com Petrocchi (2007, p. 2), “a empresa hoteleira é a pessoa jurídica que explora ou administra meios de hospedagem, tendo como objetivos sociais o exercício da atividade hoteleira.”

Segundo Castelli (2002), “o hotel é um estabelecimento comercial de hospedagem, que oferece aposentos mobiliados, com banheiro privativo, para ocupação iminente ou temporária, oferecendo serviço completo de alimentação, além dos demais serviços inerentes à atividade hoteleira”.

Sendo a hotelaria prestadora de serviços, Petrocchi (2007) apresenta algumas características deste tipo de empreendimento que devem ser levadas em conta para sua

gestão e planejamento. Sendo eles: Intangibilidade, impossibilidade de fazer estoque, produção e consumo fisicamente unidos e influências externas.

A intangibilidade se deve ao fato que ao prestar serviços de hospedagem, é oferecido ao hóspede algo além de uma instalação física, embora esta influencie no fator, é oferecido também a hospitalidade, ou seja, o ato de bem receber, o hóspede deve se sentir confortável e bem acolhido, portanto, o ser humano é o principal recurso para a competitividade da empresa hoteleira. (PETROCCHI, 2007)

A impossibilidade de fazer estoque acontece em razão de que o consumo dos serviços é simultâneo a produção, ou seja, se algum apartamento fica vazio algum dia, não há possibilidade de se recuperar esta diária perdida. Portanto o número de Unidades Habitacionais deve ser coerente à demanda para que o hotel obtenha o maior aproveitamento possível e a sazonalidade também deve ser levada em conta para a estruturação do hotel. (PETROCCHI, 2007)

Já a produção e consumo fisicamente unidos é uma característica delicada da hotelaria, já que os serviços são entregues na hora ao hóspede, e qualquer detalhe esquecido, equívoco, ou falha de comunicação pode ser mal interpretado pelo cliente, que pode levar a uma experiência negativa a afetar a prestação de serviços. Portanto, uma equipe bem treinada e capacitada é primordial para um atendimento de qualidade no empreendimento. (PETROCCHI, 2007)

Quanto as influências externas, o gestor hoteleiro precisa se atentar a tudo o que acontece no meio ambiente de forma a se adaptar a mudanças que possam acontecer no cenário do turismo, que pode ser afetado de várias formas, já que a hotelaria está inserida no sistema de turismo, portanto, o cenário socioeconômico da região, mudanças tecnológicas, regulamentações governamentais, preços de insumos, concorrência, entre outros fatores devem ser sempre monitorados. (PETROCCHI, 2007)

Para fortalecimento de gestão, o empreendedor deve estar conectado com outras empresas do turismo e órgãos públicos para assim superar o desafio de uma cultura associativa do turismo. Para isso deve-se ter uma equipe bem qualificada, como aponta Crisóstomo (2004, p.120):

Deve-se colocar, no exercício da função, funcionários que tenham conhecimento efetivo dos produtos e serviços do hotel, mas que não se limitem a isso, pois o lugar exige domínio das nuances técnicas da hotelaria e

do mundo mágico do turismo. Só assim haverá consistência nas informações a serem passadas a todos aqueles que vierem a interagir com o setor e o seu hotel estará começando, e bem, a dar mostras de qualidade em atender.

Para confirmar a importância da qualidade de atendimento e a qualificação de mão de obra no setor hoteleiro, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) (2000, p.2) afirma que:

a qualidade do serviço prestado constitui uma questão de sobrevivência empresarial. Na atualidade, o profissional do setor de serviços, especialmente o de hotelaria, precisa se reciclar sempre, para acompanhar as mudanças de perfil dos hóspedes.

Portanto, na realidade vivida no turismo importa compreender o tipo da demanda, seu perfil e, com isto, suas necessidades específicas o que, em face da diversidade de segmentos que apresenta a atividade turística requer, dos seus profissionais, contínuo aperfeiçoamento e atualização para a satisfação desta demanda.

4.2 Importância da qualidade no atendimento às demandas do cliente

A demanda é a procura por um determinado produto ou serviço, e no turismo existem dois tipos: a demanda que satisfaz as necessidades humanas de viajar e a que procura por certos destinos ou atividades específicas (DIAS; AGUIAR, 2002). São diversos os fatores que influenciam um turista a buscar um determinado lugar, entre essas motivações, estão os negócios.

O turismo de negócios pode ser conceituado como “o conjunto de atividades de viagem, de hospedagem, de alimentação e de lazer praticado por quem viaja a negócios referentes aos diversos setores da atividade comercial ou industrial” (ANDRADE, 2001, p.73).

Em relação ao perfil do turista de negócios, principalmente o corporativo, segundo pesquisa do Ministério do Turismo, pôde-se constatar algumas características: geralmente é representante de organizações e empresas, tem uma maior exigência de praticidade, comodidades, atendimentos e equipamentos de qualidade e realização de gastos elevados se comparados a outros segmentos do turismo (BRASIL, 2010).

Portanto, a qualidade e agilidade no atendimento se torna algo expressivo para o empreendimento hoteleiro que atende este tipo de público, e se faz necessário buscar a excelência no atendimento ao cliente, atendendo às exigências, conforme citadas acima.

Quem tem contato direto com o hóspede é o colaborador da recepção, o que aumenta a relevância deste setor o que, de acordo com Vallen e Vallen (2003), isso se deve ao fato de que é neste setor de recepção que os hóspedes são recebidos e acolhidos e se despedem do empreendimento, sendo por meio dela que também fazem suas reclamações e esperam as soluções.

No atendimento ao hóspede a estrutura humana é que impulsiona e faz funcionar todos os dispositivos físicos da hotelaria e se compõe do conjunto de pessoas que exercem atividades de administração, de recepção, de prestação de serviços diretos e indiretos de atendimento aos hóspedes (ANDRADE, 2001).

Portanto, a gestão eficiente de pessoas e o treinamento adequado se fazem necessários para que o hóspede tenha uma boa experiência quanto à hospitalidade e supra todas as suas expectativas e necessidades quanto a utilização do meio de hospedagem.

Sendo de conhecimento e aceitação quanto à relevância da prestação do serviço por um profissional qualificado, a tecnologia também se faz presente como instrumento e ferramenta significativa para os setores de um equipamento hoteleiro otimizando tanto o trabalho dos seus colaboradores quanto os serviços prestados aos hóspedes.

4.2.1 A tecnologia a serviço da qualidade no atendimento na hotelaria

Em busca de uma melhor qualidade, a tecnologia entra na hotelaria a fim de agilizar o atendimento de otimizar a gestão do empreendimento. Para Crisóstomo (2004), a informatização é um processo de transformação obrigatório que deve estar em todos os setores de um hotel, já que a tecnologia é uma realidade e deve ser acompanhada.

Existem programas específicos de gerenciamento hoteleiro – *softwares* – que são oferecidos por diversas empresas no mercado que trazem muitas vantagens para hotéis, seja de pequeno, médio ou grande porte. Um *software* básico de fácil utilização, citando

Cândido e Vieira (2003), Santos (2013), descreve quatro módulos que atendem as maiores necessidades dos hotéis, são eles:

- 1) Módulo de reservas e hospedagem
 - Reservas;
 - Controle de agenda;
 - Reservas e bloqueio para grupos ou agências;
 - Previsão de chegadas;
 - Adiantamentos (pagamentos);
 - Check-in e check-out;
 - Registro de hóspedes com histórico e ficha;
 - Leitura rápida de ocupação e disponibilidade de apartamentos;
 - Identificação do hóspede;
 - Lançamentos de despesas em geral (frigobar, restaurante, lavanderia, etc.);
 - Telefonia – manual ou conectada a uma central – tarifador;
 - Busca inteligente de clientes e empresas cadastradas;
 - Cadastros em geral – empresa, clientes, salas, salões, etc.;
 - Relatórios diversos.

- 2) Módulo Caixa
 - Registro de receitas e de despesas;
 - Identificação e agrupamento dos lançamentos por tipo de conta, formas de pagamento e ou recebimento;
 - Geração de relatórios de fechamento diário.
 - Auditoria de contas;
 - Avaliação de desempenho relacionado a metas.

- 3) Módulo de Estoque
 - Controle de saída e entrada de produtos;
 - Acompanhamento automático de estoque mínimo e momento de compra;
 - Relatório gerencial de sazonalidade de consumo por produto ou grupos de produtos;
 - Análise de consumo por item;
 - Histórico de movimentação;
 - Emissão de lista de compras;
 - Sistema de controle e custo de pratos (ficha técnica).

- 4) Módulo tarifador
 - Total de integração com os principais tipos de centrais telefônicas;
 - Registro automático de todas as ligações;
 - Análise de ligações por apartamento em geral.

A vantagem de obter um *software* como esse é suprir todas as necessidades básicas de gerenciamento do hotel; uma delas é justamente a questão de mais agilidade ao atender o hóspede, que muitas vezes necessita de rapidez e eficiência. Além de

facilitar as funções para os funcionários do hotel, um sistema informatizado está menos susceptível ao erro do que um sistema manual.

Porém, ao instalar um programa como esse, alguns cuidados devem ser tomados, pois o *software* deve ser adaptado para o fluxo operacional do hotel, e não o contrário. Portanto, afirma-se que quase tudo e não tudo pode ser informatizado em hotelaria (SANTOS, 2013).

5. MODELO DE GESTÃO ATUAL DO HOTEL PLAZA LISOT

O Hotel conta com duas unidades na cidade de Campo Mourão, somando 46 UHs. Todos os apartamentos contam com Ar-condicionado, Televisão a Cabo, Internet sem fio, telefone, além dos serviços de café da manhã, recepção 24 horas, estacionamento, e serviços de lavanderia. As tarifas são consideradas econômicas de acordo com o que é oferecido pelo hotel. A estrutura física da unidade da Avenida Goioerê, conta com um amplo estacionamento que tem espaço para futuras expansões.

Quanto aos recursos humanos, a estrutura organizacional é simples conta com um número reduzido de funcionários, sendo o proprietário, quatro recepcionistas, duas camareiras e uma responsável pela lavanderia. O hotel não há nenhum projeto de qualificação dos funcionários, sendo geralmente os funcionários mais experientes que passam seus conhecimentos para os demais. O esquema de organização do hotel pode ser observado na figura 1:

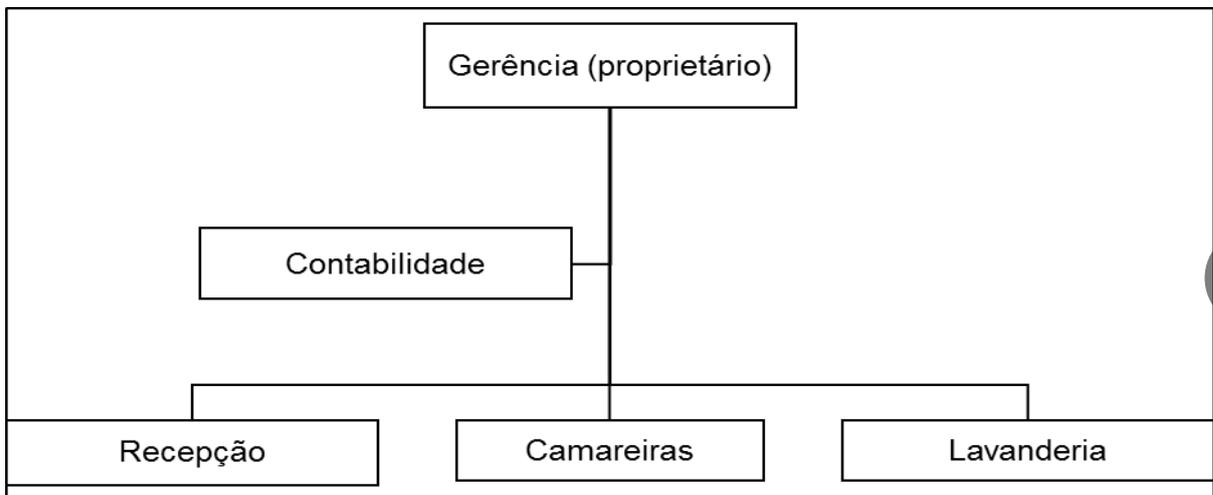


Figura 1 – Estrutura Organizacional no Hotel Lisot. Fonte: Organizado pelo Autor, 2015.

Sobre os métodos de trabalho, as funções são divididas entre os funcionários para que haja melhor rendimento, porém, devido ao reduzido número de colaboradores, alguns cargos podem trabalhar com mais funções, como por exemplo a recepção que além do *front-office*, fica responsável também pelo setor de reservas e serviços administrativos, como balanços, fechamentos mensais, etc. Isto pode atrasar e sobrecarregar alguns funcionários.

Em relação ao sistema de gestão do hotel acontece de forma manual, portanto o acompanhamento dos quartos ocupados, reservas, horários de *check-in*, consumo, valores a serem pagos pelos hóspedes é feito por meio de planilhas, feitas manualmente em cadernos, e como são duas unidades no município, necessita de sempre chamar no ramal telefônico da outra recepção para passar os dados dos cadernos a fim de não haver problemas de reservas duplicadas, conferir pagamentos dos hóspedes, etc. Para entender melhor as planilhas utilizadas como forma de gerenciamento do hotel, foram analisados os cadernos mais antigos com a finalidade de constatar se era um padrão antigo de planilha ou se veio sofrendo alterações com o tempo. Por fim constatou-se um padrão sem alterações.

O modelo atual consiste em um caderno, com planilhas feitas manualmente em que são colocados os números dos apartamentos, em uma margem lateral esquerda e, em frente o nome do hóspede, (se for reserva o nome é escrito a lápis, se o hóspede já realizou *check-in* o nome é escrito a caneta). Após o nome, é escrito o horário de chegada do hóspede ou previsão e, à frente, um espaço para anotar o consumo realizado,

finalizando com quatro colunas sendo um para o valor de serviços em lavanderia, um para o valor de consumo dos itens de conveniência, um para o valor da diária e por último o valor total da conta.

O empreendimento conta com um sistema de câmeras de segurança, com cobertura de imagens em todas as áreas comuns do Hotel e sistema para tarifar ligações feitas pelos hóspedes nos apartamentos.

Observando-se a gestão do hotel, vê-se na prática quais as dificuldades deste setor e como um *software* contribuiria para facilitar o atendimento e rotinas da recepção. Como as reservas são realizadas pelos recepcionistas e, muitas vezes as tarefas se acumulam, as chances de erro com este tipo de operação (sistema manual) são maiores do que com um sistema informatizado.

Os instrumentos de marketing são em sua maioria de forma digital, já que o hotel conta com *website* próprio e está presente também em plataformas de viagens, como o *Tripadvisor*, além de indicações por outros clientes, o que acontece frequentemente, segundo as observações.

O Lisot Plaza Hotel mantém alguns fornecedores de produtos de limpeza, lavanderia, TV a cabo, telefonia e internet, soluções em informática e alimentos e bebidas. Porém grande parte dos produtos que são utilizados para o café da manhã são comprados em supermercados locais e mantém uma panificadora para fornecimento dos pães.

Existem relacionamento também com outras empresas para hospedagem de funcionários e também com as universidades da cidade, que em caso de eventos acadêmicos na cidade, o hotel oferece um desconto para alunos e professores que necessitem de hospedagem.

As roupas de camas, colchões são comprados em empresas que atendem especificamente hotéis, porém também são comprados no comércio da cidade de Campo Mourão em alguns casos.

6. RESULTADOS

Após desenvolvimento das atividades na empresa, com participação e análise da atual forma de gestão do hotel, observou-se que é viável a implantação de um sistema de gerenciamento hoteleiro a fim de otimizar o atendimento e também facilitar o trabalho dos colaboradores, que em número reduzido enfrentam acúmulo de funções.

O modelo atual de gestão, apesar de funcionar por meio de confecção de planilhas manuais, face à análise das planilhas mais antigas até as mais atuais demonstrou, facilidade para erros porque ao mesmo tempo que ela é simples, com anotações de recepcionistas diferentes pode se tornar confusa,

Com as duas unidades do Hotel, se totalizam 46 UHs, o que é número razoável para ser administrado somente com gestão manual, mesmo por que estas unidades estão em diferentes endereços. Um sistema informatizado, interligando as duas unidades pode minimizar a possibilidade de erros no momento de reservas, evitando que a mesma UH seja reservada para hóspedes diferentes, visto que de acordo com a operacionalização atual, quando um hóspede entra em contato para reservar um apartamento, deve haver comunicação via telefone entre as unidades para que as duas recepções anotem que determinada unidade habitacional está reservada, conforme colocado por Santos (2013).

Outras vantagens que o *software* pode trazer em relação às reservas, segundo o mesmo autor, estão relacionadas a organização de dados, como o controle de agenda do Hotel, reservas e bloqueios para atender grupos - como acontece principalmente em caso de eventos no município - previsão de chegadas dos hóspedes, controle dos adiantamentos (pagamentos) realizados pelos hóspedes para efetivar a reserva, facilidade para realizar o *check-in* e *check-out*, já que o sistema faz registro dos hóspedes, inclusive com histórico caso seja um cliente que já tenha se hospedado no hotel e pode-se efetuar os lançamentos referentes as despesas de frigobar, lavanderia e telefonia.

Têm-se também com um sistema, uma leitura rápida de ocupação e disponibilidade de apartamentos, principalmente para facilitar o atendimento do hóspede que chega no balcão sem reserva, facilita a busca de dados de clientes ou

empresas que já estejam cadastradas e pode gerar diversos tipos de relatórios, que podem colaborar no controle e gestão do hotel em um modo geral.

Quanto ao módulo caixa, o *software* deve contribuir para maior agilidade e exatidão no momento de fechamento de caixa, porque possui o registro de receitas e despesas, e um sistema informatizado também pode emitir a nota fiscal automaticamente, com os dados do hóspede e os valores corretos, o que facilita o procedimento para os funcionários, já que a nota preenchida manualmente, como acontece, demanda mais tempo para preenchimento além de estar mais suscetível a erros no momento de inserir os dados na mesma.

As auditorias nas contas também podem se tornar mais visíveis e caso o hotel comece a trabalhar com metas, se torna mais fácil a avaliação de desempenho.

Ainda como apontado, referente aos módulos básicos necessários para atender a demanda de gestão, o controle de estoque também se faz importante para ter conhecimento das saídas e entradas de produtos, acompanhamento automático de estoque mínimo para saber o momento de nova compra, relatórios para análise de consumo por item ou grupo de produtos, histórico de movimentação, e emissão de lista de compras.

Referente à telefonia, o hotel já possui um sistema que tarifa as ligações realizadas nos apartamentos; portanto só necessitaria a integração com o *software* para que o lançamento na conta do cliente acontecesse de forma automática.

Santos (2013), afirma que as empresas não sobrevivem nos dias atuais sem o uso de um Tecnologia de Informação e Comunicação, dentro da qual se tem o uso dos computadores como ferramentas poderosas para auxiliar tanto no desenvolvimento das tarefas organizacionais rotineiras como no alcance da vantagem competitiva e/ou prestação de serviços ao cidadão.

Portanto, mesmo sendo uma empresa de pequeno porte, nota-se que existem produtos que atendem as necessidades específicas do hotel, e de forma simples e básica. Sistemas que compensam o custo-benefício, e além de facilitar, contribuem com o desenvolvimento e crescimento da empresa.

Outro fator importante, é que como apontado, o principal público do hotel é do setor de negócios, público esse que busca maior qualidade e agilidade no atendimento,

como apontado pelo Ministério do Turismo e, com isso, um *software* pode colaborar para que essa expectativa seja atendida, já que o tempo gasto no atendimento pode ser diminuído e a realização das reservas e tanto o *check-in* como o *check-out* se tornam mais ágeis.

Durante as pesquisas se detectou também, a necessidade de um aumento no número de colaboradores, no caso mais específico, auxiliar de escritório que consiga executar tarefas administrativas para que não haja sobrecarga para os recepcionistas.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando que o objetivo geral desta pesquisa foi pesquisar a viabilidade de implantação de um *software* de gerenciamento hoteleiro, cumpriu-se o estudo através das etapas preestabelecidas que foram apresentar o modelo atual de gestão do hotel, evidenciar a importância do sistema de gerenciamento para o hotel, e apontar as vantagens de implantação de um *software* de gerenciamento hoteleiro. Por fim, chegou-se ao entendimento de que é viável a implantação do *software* e que esse pode trazer vários benefícios no desenvolvimento e crescimento da empresa.

A metodologia adotada também se fez suficiente e a observação realizada nas duas unidades do Hotel contribuiu para o completo entendimento da gestão e operacionalização que são realizadas atualmente no empreendimento e com isso pôde-se levantar o sujeito desta pesquisa.

A bibliografia existente referente à turismo e hotelaria se fez satisfatória para o conhecimento da história e os principais conceitos relacionados ao setor.

Os hotéis se enquadram no tripé de serviços básicos do turismo que são: transporte, hospedagem e o atrativo da viagem sendo, por isso, significativo para o desenvolvimento do turismo regional que esses consigam atender adequadamente a demanda existente, que no caso da região de Campo Mourão, como apresentado anteriormente, é principalmente de turismo de negócios.

Quanto à tecnologia, essa se encontra em constante avanço e presente em variados setores, e na hotelaria se mostra essencial para uma operacionalização e gestão mais organizada e eficiente. Ela desempenha papel relevante na facilitação do trabalho



Anais do II Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas do Campus de Campo Mourão da Universidade Estadual do Paraná, Campo Mourão - PR, 25-27 de outubro de 2016. v. 1.

dos funcionários do *front-office* como também de outros setores do empreendimento e também geram mais segurança tanto para os próprios colaboradores como para os hóspedes que buscam mais agilidade e qualidade nos serviços prestados pelo equipamento hoteleiro.

Com mais ferramentas e informações à disposição, os turistas conseguirão mais facilmente escolher o hotel que desejam se hospedar, e com a popularização e facilidades de se realizar uma viagem, o senso crítico de quem utiliza estes meios de hospedagem também aumenta, sendo indispensável uma gestão de qualidade e eficiente para atender esta demanda.

Diante disso, o estudo no Hotel Plaza Lisot, evidenciou ainda mais que empreendimentos hoteleiros mesmo que pequenos devem sim ter sistemas de gestão informatizados, já que estes estão disponíveis no mercado das mais variadas formas e adaptados para todos os tipos de empreendimentos. Estas considerações nos permitem confirmar a hipótese de que para simplificar a gestão e operacionalização do hotel é viável a implantação de um *software*.

Após a implantação de um sistema informatizado no hotel, caberá uma análise comparativa para verificar se na prática o *software* atende as necessidades levantadas nesse estudo e se afeta positivamente na qualidade de atendimento ao hóspede.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, J. V. **Turismo: Fundamentos e Dimensões**. 8ª. ed. São Paulo: Ática, 2001.

BNDES, Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social. **Qualidade na hotelaria: O papel de recursos humanos**. Brasília, 2000.

BRASIL, Ministério do Turismo. 2010. **Turismo de Negócios e Eventos: Orientações Básicas**. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Turismo_de_Negocios_e_Eventos_Orientacoes_Basicas.pdf> Acesso em 02/09/2015

CASTELLI, G. **Administração hoteleira**. Caxias do Sul/RS: EDUCS, 2002.

CNC, Confederação Nacional do Comércio. **Breve História do Turismo e da Hotelaria**. Rio de Janeiro: [s.n.], 2005. Disponível em:



Anais do II Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas do Campus de Campo Mourão da Universidade Estadual do Paraná, Campo Mourão - PR, 25-27 de outubro de 2016. v. 1.

<<http://www.portaldocomercio.org.br/media/brevehistoricodoturismoedahotelaria.pdf>>. Acesso em: 11 Outubro 2015.

CRISÓSTOMO, F. R. **Turismo & hotelaria**. 1ª. ed. São Paulo: DCL, 2004.

DENCKER, Ada de Freitas Maneti. **Métodos e técnicas de pesquisa em turismo**. São Paulo: Futura, 1998.

DIAS, R.; AGUIAR, M. R. **Fundamentos do Turismo: conceitos, normas e definições**. 1ª. ed. Campinas/SP: Alínea, 2002

DUARTE, V. V. **Administração de Sistemas Hoteleiros: conceitos básicos**. 3ª. ed. São Paulo: Senac São Paulo, 1997.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa** 4ª. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LAGE, B. H. G.; MILONE, P. C. **Turismo: teoria e prática**. 1º. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

MARCONI, M. D. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5ª. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

PETROCCHI, M. **Hotelaria Planejamento e Gestão**. 2ª. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil Ltda, 2007.

SANTOS, D. P. D. **Sistemas Informatizados de Reservas na Hotelaria: Diagnóstico da utilização dos nos hotéis localizados no bairro Cerqueira César - São Paulo/SP**. UNESP, Rosana/SP, 2013.

VALLEN, G. K.; VALLEN J. J. **Check-in, check-out: gestão e prestação de serviços em hotelaria**. 6ª. ed. Porto Alegre/RS: Bookman, 2003.



Anais do II Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas do Campus de Campo Mourão da Universidade Estadual do Paraná, Campo Mourão - PR, 25-27 de outubro de 2016. v. 1.

A OBSERVAÇÃO DE PÁSSAROS: POTENCIAL ECOTURÍSTICO PARA O MUNICÍPIO DE MATO RICO – PR.

JULIANE CASSIA CORREIA

Acadêmica de Turismo e Meio Ambiente
Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR
jcassiacorreia@hotmail.com

JULIANA CAROLINA TEIXEIRA

Turismóloga, Mestre em Geografia
Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR
julianatma@gmail.com

85

RESUMO - O turismo é uma importante ferramenta de desenvolvimento social, ambiental e econômico, possui variados segmentos. O ecoturismo é um destes segmentos que procura se utilizar dos recursos naturais e culturais de forma sustentável e tem como uma atividade a observação de aves, a qual está em ascensão no Brasil devido à diversidade de espécies. A pesquisa possui como objeto de estudo a Reserva Particular do Patrimônio Natural Vale do Rio Cantú localizada no município de Mato Rico – Paraná. O objetivo da pesquisa é inventariar as espécies de aves existentes para posterior análise de estruturação da atividade no município. Foram realizadas pesquisas em campo e bibliográfica para formulação dos resultados e do embasamento teórico dos temas abordados. Os resultados demonstraram deficiência de infraestrutura na área estudada em contrapartida à reserva possui grande potencial para desenvolvimento da atividade de observação de aves, devido à diversidade de espécies existentes.

Palavras-chave: Unidades de Conservação, Reserva Particular do Patrimônio Natural, Ecoturismo, Observação de Aves.

ABSTRACT - Tourism is an important tool for social development, environmental and economic, has several segments. Ecotourism is one of those segments that seeks to use natural and cultural resources sustainably and is an activity birdwatching, which is on the rise in Brazil due to the diversity of species. The research has as study object Reserva Particular do Patrimônio Natural Vale do Rio Cantú localizada no município de Mato Rico – Paraná. The objective of the research is to identify the species of birds for analysis of structure of activity in the city. Surveys were conducted in the field and literature for the formulation of results and the theoretical basis of the topics covered. The results showed infrastructure deficiency in the study area in contrast to the reserve has great potential for development of bird watching activity, due to the diversity of species.

Keywords: Conservation Units, Private Natural Heritage Reserve, Ecotourism, Birdwatching.

1 INTRODUÇÃO

Nesta pesquisa as aves serão objeto de estudo através de um levantamento de espécies e de indivíduos tendo como campo prático a RPPN Vale do Rio Cantú situada no município de Mato Rico – PR, a qual é uma UC da categoria de Uso Sustentável, possui riqueza de biodiversidade por pertencer a um mosaico de UC o qual abrange duas RPPN, duas Estações Ecológicas e diversas reservas legais das propriedades nas imediações.

Partindo desta explanação alguns objetivos são de suma importância para a estruturação do projeto e desenvolvimento da pesquisa para tanto foi elencado como objetivo geral inventariar as espécies de aves ocorrentes na RPPN Vale do Rio Cantú no Município de Mato Rico – Paraná para análise de possível estruturação do segmento de observação de pássaros atrelado ao ecoturismo. E como objetivos específicos caracterizar a RPPN Vale do Rio Cantú; Levantar a atual situação de conservação da avifauna na RPPN Vale do Rio Cantú; Identificar as deficiências da RPPN para a observação de aves.

A observação de aves é uma atividade que necessita de espécies relevantes para contemplação dos observadores, seja essa relevância na quantidade de indivíduos, na espécie devido à cor, forma, tamanho, vocalização e demais fatores. A problemática levantada para a realização da pesquisa se estrutura no potencial da avifauna atrelado a infraestrutura básica necessária na RPPN em questão, sendo que para atrair visitantes para esta atividade alguns fatores são importantes para a satisfação do observador. Portanto, o problema de pesquisa levantou a seguinte questão: a Reserva Particular do Patrimônio Natural Vale do Rio Cantú possui espécies de aves de relevante interesse que propiciem a implantação da prática de observação de aves?

Duas hipóteses foram levantadas para responder ao problema proposto, a primeira sugere que a RPPN Vale do Rio Cantú é propícia à implantação da prática de observação de aves devido a sua localização dentro de um mosaico que abrange unidades de conservação (UC) e reservas legais, possibilitando ambientes naturais favoráveis à existência e reprodução de diversidade de espécies da avifauna. A segunda

hipótese levantada diverge da primeira, afinal, a RPPN Vale do Rio Cantú pode não ser atrativa aos observadores de aves devido à existência apenas de espécies comuns que podem ser encontradas em outros locais, somando também a não existência de infraestrutura básica aos visitantes, bem como ao difícil acesso para chegada a esta UC.

Através deste levantamento e da importância que as aves possuem no que se refere há indicadores de qualidade ambiental, a área estudada além das demais UCs poderão ganhar investimento financeiro e humano para um estudo mais aprofundado e um monitoramento que vise maior rigorosidade para os agressores ambientais, buscando como ideal uma área preservada para espécies da fauna e flora tornando-se assim um ambiente equilibrado. Desta maneira a área é um local estratégico de divulgação do município e suas ações ambientais.

A pesquisa ainda é preeminente para o turismo devido a RPPN Vale do Rio Cantú ser uma categoria de UC que possibilite a atividade turística. Após a realização do estudo e possível interesse de visitação de observadores de aves, iniciantes da prática, amantes da natureza e visitantes no geral, a área em questão poderá ser estruturada para a atividade turística.

A partir de uma compreensão da atividade turística e seus variados segmentos o município de Mato Rico poderá desenvolver o turismo, principalmente o ecoturismo, o qual possibilita que o praticante tenha contato com a natureza, mas que em contrapartida respeite o meio ambiente. Desta maneira os munícipes se beneficiarão como comunidade receptora turística podendo agregar valor a seus produtos e serviços. O município também através da divulgação positiva do mesmo e da aquisição de receita financeira.

2 METODOLOGIA

2.1 Objeto de Estudo

A observação de aves se dará na UC pertencente ao grupo de Uso Sustentável, sendo a área em questão a RPPN Vale do Rio Cantú, a qual possui 177 hectares está localizada na comunidade de Juquiri no município de Mato Rico, a área se encontra num mosaico de UC o qual abrange duas RPPN (cor verde), três Estações Ecológicas

(cor amarela) e diversas reservas legais de propriedades particulares (cor vermelha e azul), conforme figura abaixo. Esta reserva foi reconhecida através da portaria do Instituto Ambiental do Paraná (IAP) nº 64 do ano de 2001 (PARANÁ, 2015).



Figura 1: Localização da RPPN Vale do Rio Cantu. Fonte: Google earth, 2015.

A RPPN é de propriedade dos senhores Jovaldir Anselmini e Nelson Furlan Bagini, porém o poder público após instituí-la torna-se também responsável pela sua manutenção e conservação.

A área não possui tanto por parte do poder público e dos proprietários corpo de funcionários responsáveis exclusivamente pela manutenção da mesma, eventualmente há a disponibilidade de funcionários públicos para executar os trabalhos necessários na área. Assim a RPPN não possui nenhum tipo de estrutura física para atender trabalhadores e nem eventuais visitantes.

Desta maneira torna-se vulnerável a ação de pessoas que buscam benefício próprio através da utilização dos recursos naturais existentes neste local, como a caça para alimentação ou para comércio, a derrubada de árvores, a poluição da mata e das águas entre outros fatores que interferem negativamente na conservação da área.

2.2 Métodos de Pesquisa

A presente pesquisa se estruturou como caráter qualitativo o qual não se obriga a seguir uma ordem nas etapas, pois, o trabalho se estrutura conforme o desenvolvimento da pesquisa, porém é de suma importância um conhecimento teórico sobre o assunto abordado.

A pesquisa contou dois grandes momentos: o levantamento da literatura e de documentos necessários e o trabalho de coleta de dados em campo. Para o desenvolvimento do projeto foi importante o levantamento da literatura existente sobre os temas principais que são: unidades de conservação; reserva particular do patrimônio natural; ecoturismo e observação de aves.

O embasamento teórico sobre estes temas deram-se através de leituras em artigos científicos, sites institucionais, livros, periódicos, matérias em sites e demais fontes.

Para além do levantamento da literatura houve a necessidade de aprofundamento da leitura e conhecimento de documentos sendo estes as Leis nº 5. 197/67, 9.605/98, 9.985/00 os quais tratam sobre a conservação do meio ambiente tanto em áreas públicas e privadas, da fauna e da flora bem como as sanções que devem ser tomadas quando há atividades lesivas ao meio natural e o decreto do IAP nº 64/2001 o qual cria a RPPN Vale do Rio Cantú, e demais documentos relacionados à atividade ecoturística e a prática da observação de aves como caderno de orientação do ecoturismo, guias de campo entre outros.

Com relação ao levantamento de dados estes foram realizados tanto em campo como em gabinete, no que se refere à pesquisa de campo a área de estudo foi a RPPN em si e seus fatores, bem como os aspectos que podem influenciar futuramente a RPPN caso esta estruture-se para a atividade turística.

Para se estruturar o objetivo principal deste trabalho foram realizados levantamentos em campo que possuem como objetivo auxiliar na inventariação da avifauna já existente na RPPN Vale do Rio Cantú. Esta coleta também poderá colaborar para estudos de viabilidade da implementação da atividade turística com foco no ecoturismo.

Para levantamento de dados da avifauna nas áreas de estudo foram realizadas visitas de campo na UC a qual “consiste na observação de fatos e fenômenos tal como ocorrem espontaneamente” (MARCONI; LAKATOS, 2005, p. 188) este levantamento consistirá na inventariação das espécies através de observação visual e auditiva de forma quantitativa e qualitativa.

Para auxiliar na pesquisa foi utilizado um binóculo 8x40, duas câmeras fotográficas sendo uma CANON SX50 HS e outra CANON EOS T3i, duas lentes sendo uma 18-55mm e outra lente 70-300mm, além de uma caderneta que é de suma importância para anotação das espécies vistas e ouvidas.

Além dos materiais já citados foram utilizados guias de campo que se colocam como importantes materiais, pois estes contêm informações necessárias como: as espécies de aves existentes; o mapa de ocorrência destas; características das aves como cor da plumagem, tamanho, dimorfismo sexual (o qual caracteriza-se pela variação de cores entre o macho e a fêmea); entre outras informações. Os guias podem variar, pois, em determinado guia encontram-se dados sobre a alimentação das aves, já em outros podem ser observadas demais informações relevantes da espécie como nidificação (que é a construção de ninho), habitat, entre outras informações importantes para o conhecimento da ave.

Após o levantamento dos dados (literários, documentais e de campo) se realizou a análise qualitativa e quantitativa dos mesmos em que se observará a característica da avifauna local e a sua relevância para o estabelecimento da prática de observação de aves na RPPN de estudo.

3 RESULTADOS

Através do levantamento da literatura se pode constatar que diversas são as explicações para o atual quadro das UCs do Brasil e do Estado do Paraná, estes autores ressaltam que o processo de colonização no Estado do Paraná foi um ponto importante para o atual quadro das UCs, pois as terras que não foram utilizadas durante o processo de colonização e desenvolvimento da agricultura e economia originaram as atuais UCs paranaenses. Outro ponto citado para explicação do atual quadro de UCs é a localização

e as características físicas e geográficas do estado, originando assim diversidade de ambientes e de ecossistemas paranaenses (CAMPOS; FILHO, 2006).

Assim o município de Mato Rico possui em sua jurisdição cinco UC's as quais são pertencentes aos dois grupos do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) sendo estes o grupo de uso sustentável o qual possui como objetivo o uso sustentável dos recursos naturais de modo a priorizar a conservação da natureza e o grupo de proteção integral onde seu objetivo é a preservação da natureza permitindo somente o uso indireto dos recursos naturais existentes na área (SNUC, 2003).

As UC's podem ser utilizadas para variados fins, como para estudo e pesquisa de espécies da fauna e flora, auxiliam também no enfoque da educação ambiental, algumas podem ser destinadas somente a preservação ambiental e ainda existem aquelas UC's que possibilitam visitação para contemplação de sua beleza cênica. Estas UC's que são abertas a visitação possibilitam a prática da atividade turística nos mais variados segmentos, podemos citar entre outros o turismo em áreas naturais, turismo de aventura e o ecoturismo.

O segmento do ecoturismo possui um aspecto amplo de possibilidades porem o perfil de seu praticante é mais exigente que de outros segmentos. No ecoturismo a grande maioria dos praticantes busca maximizar o contato com o meio natural e minimizar os impactos ao meio ambiente, assim o ecoturismo ganhou adeptos em todo o mundo.

A atividade ecoturística possui algumas características que a diferencia das demais atividades do turismo, neste contexto pode-se citar que o ecoturismo possibilita a pratica de atividades como observação de fauna e flora, dos aspectos geológicos e contemplação dos aspectos naturais, além de ser um importante levantamento sobre a capacidade de carga de cada ambiente natural, é necessário gestão, proteção e conservação ambiental e uma interpretação da natureza por parte do visitante e da comunidade gestora, pois o ecoturismo se beneficia do consumo da paisagem (BRASIL, 2008).

Uma das atividades que pode ser desenvolvida no ecoturismo é a contemplação e observação de aves, atividade esta em ascensão no Brasil, pois o país é rico em espécies de aves facilitando e motivando a prática da mesma. A Sociedade Brasileira

para Conservação das Aves do Brasil elenca que o Brasil é um país rico em ambientes naturais, assim há enorme diversidade de habitat para as 1.872 aves brasileiras já identificadas, este dado torna o Brasil o segundo país em registro de espécies da avifauna, sendo que o primeiro é a Colômbia. Porém os dados levantados indicam que há cerca de 10.000 espécies em todo o mundo engrandecendo de beleza cada local do planeta terra (SAVE, 2015).

Assim a observação de aves no Brasil é motivada principalmente devido à diversidade de espécies de aves. Os praticantes priorizam por pequenos grupos de até cinco pessoas o que possibilita maior oportunidade de identificação de espécies devido ao menor barulho e movimento causado (FARIAS, 2007).

No que se refere ao levantamento em campo a RPPN em questão possui área de vegetação preservada, em poucos espaços há áreas em recuperação ou sem árvores e plantas menores, este fato torna-se importante no que tange a vida e reprodução animal e vegetal, estes indivíduos dependem de um ambiente equilibrado para sobrevivência e continuidade de espécies, assim esta área é de relevante interesse para a conservação da biodiversidade.

Deste modo vale ressaltar que a RPPN Vale do Rio Cantú possui aspectos singulares podendo citar os riachos límpidos que cortam o local, a imponente peroba, árvore esta que possui poucos exemplares no município devido à exploração de sua madeira em tempos passados para a utilização em variados fins e as trilhas bem delimitadas e limpas, porém sem utilização com fins de visitação.

Este fato pode ainda agregar mais valor a área se esta fosse utilizada para atividades de educação ambiental e turismo, pois a RPPN atualmente é uma área fechada para qualquer tipo de atividade de visitação ou contemplação, visa somente à conservação e preservação da natureza existente, a única atividade desenvolvida dentro da RPPN é a apicultura, ou seja, há vários apiários de abelha-africana (*Apis mellífera*) com a finalidade de extração do mel para comercialização, é necessário ressaltar que esta atividade não é proibida nesta categoria de UC.

A área possui deficiência de infraestrutura podendo levantar como motivo para tal fato a não abertura ou procura desta para uso público. Assim esta não possui local adequado voltado às necessidades do turista e visitante, a RPPN possui uma estrutura

ainda inacabada em formato de uma casa a qual inicialmente serviria como base de apoio aos serviços administrativos e de pesquisa, também não possui uma entrada estruturada e indicação da área, não há estruturas de banheiros e bebedouros, indicação de trilhas e grau de dificuldade das mesmas já que o local possui relevo declivo.

Para a implantação e desenvolvimento da atividade turística e de visitação é de suma importância estruturação física da área em questão, pois o visitante e o turista necessitam deste apoio para a qualidade da atividade e para o conforto e bem estar dos mesmos, a partir da estruturação a RPPN poderá se tornar um destino turístico, mas para que isto ocorra o visitante precisa ter uma experiência positiva neste local, isto possibilitará a divulgação da área a qual poderá ser utilizada para atividade de educação ambiental, contemplação da natureza, fauna e flora e caminhadas.

Devido a este grande potencial ainda inexplorado surgiu à necessidade e a vontade de se conhecer a área através da vida animal pulsante no seu dia a dia, para tanto a observação de aves foi à opção para o estudo da área e de seu potencial turístico.

As aves são excelentes indicadores ambientais, pois, há espécies que vivem em locais abertos outras em locais de vasta vegetação. A umidade, as espécies vegetais, o clima entre outros aspectos interferem na sobrevivência e na reprodução das aves, deste modo as aves foram inventariadas durante as visitas na RPPN, inicialmente o projeto previa no mínimo oito visitas de campo onde as aves seriam levantadas no decorrer das trilhas e em pontos estratégicos delimitado devido a localização e variedade de aves vistas ou ouvidas na visita de reconhecimento da área, porém foram realizadas três visitas de campo, este fato ocorreu porque houve grande incidência de chuvas no período, vale ressaltar que a área encontra-se a oito quilômetros da sede do município, a estrada é de chão e não possui cascalho em todo seu percurso, desta maneira as intempéries dificultaram as saídas de campo.

Durante estas três visitas com uma média de 12 horas de pesquisa o resultado da inventariação foi satisfatório contando com espécies importantes e de valor atrativo. Os observadores de aves buscam identificar e registrar aves não somente por sua beleza e fascínio, mas pela importância que possui na cadeia ambiental.

No quadro abaixo seguem as aves inventariadas e a quantidade tanto de indivíduos como de espécies durante os três dias de pesquisa de campo, estas se encontram no quadro ordenadas por ordem alfabética de nome popular.

Quadro 4 – Aves inventariadas. Fonte: Autora, 2015.

Nome Popular (<i>Nome científico</i>)	Dia 07/09/15 09:45 - 12:45		Dia 13/09/15 08:00 - 13:00		Dia 16/10/15 07:00 - 11:00	
	Qtde de indivíd.	Qtde de espécie	Qtde de indivíd.	Qtde de espécie	Qtde de indivíd.	Qtde de espécie
1 anu-branco (<i>Guira guira</i>)					7	1
2 anu-preto (<i>Crotophaga ani</i>)					1	1
3 alma-de-gato (<i>Piaya cayana</i>)	4	1			8	1
4 arapaçu-rajado (<i>Xiphorhynchus fuscus</i>)	4	1				
5 arapaçu-verde (<i>Sittasomus griseicapillus</i>)	1	1				
6 azulão (<i>Cyanoloxia brissonii</i>)	1	1			2	1
7 bacurau (<i>Hydropsalis albicollis</i>)			2	1		
8 bacurau-chintã (<i>Hydropsalis parvula</i>)			1	1		
9 beija-flor-de-veste-preta (<i>Anthracothorax nigricollis</i>)					1	1
10 bem-te-vi-rajado (<i>Myiodynastes maculatus</i>)					5	1
11 borralhara-assobiadora (<i>Mackenziaena leachii</i>)					1	1
12 caburé (<i>Glaucidium brasilianum</i>)	2	1			2	1
13 cabeçudo (<i>Leptopogon amaurocephalus</i>)					1	1
14 caracará (<i>Caracara plancus</i>)			1	1		
15 caneleiro (<i>Pachyramphus castaneus</i>)					2	1
16 caneleiro-preto (<i>Pachyramphus polychopterus</i>)					1	1
17 choca-da-mata (<i>Thamnophilus caerulescens</i>)	2	1	6	1	5	1
18 chocão-carijó (<i>Hypoedaleus guttatus</i>)					2	1
19 Coleirinho (<i>Sporophila caerulescens</i>)			1	1	1	1

Anais do II Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas do Campus de Campo Mourão da Universidade Estadual do Paraná, Campo Mourão - PR, 25-27 de outubro de 2016. v. 1.

20	choquinha-carijó (<i>Drymophila malura</i>)	2	1					
21	chupa-dente (<i>Conopophaga lineata</i>)	6	1	3	1	2	1	
22	curicaca (<i>Theristicus caudatus</i>)	1	1			2	1	
23	encontro (<i>Icterus pyrrhopterus</i>)			1	1			
24	enferrujado (<i>Lathrotriccus eulari</i>)	2	1			1	1	
25	estalador (<i>Corythopsis delalandi</i>)	2	1	1	1	1	1	
26	fim-fim (<i>Euphonia cholorotica</i>)	1	1	1	1	3	1	
27	gavião-carijó (<i>Rupornis magnirostris</i>)	2	1	1	1			
28	guaxe (<i>Cacicus haemorrhous</i>)			1	1	2	1	
29	Inhambuguaçu (<i>Crypturellus obsoletus</i>)	1	1			3	1	
30	irauna-grande (<i>Molothrus oryzivorus</i>)			1	1			
31	irré (<i>Myiarchus swainsoni</i>)					1	1	
32	jacuaçu (<i>Penelope obscura</i>)	4	1	1	1			
33	joão-teneném (<i>Synallaxis spixi</i>)	2	1	1	1	2	1	
34	juriti-gemeadeira (<i>Leptotila rufaxilla</i>)					1	1	
35	juriti-pupu (<i>Leptotila verreauxi</i>)	1	1	1	1	5	1	
36	juruva-verde (<i>Baryphthengus ruficapillus</i>)	2	1					
37	juruviara (<i>Vireo chivi</i>)	1	1	5	1	7	1	
38	macuru (<i>Nonnula rubecula</i>)			1	1			
39	mariquita (<i>Setophaga pitiayumi</i>)	1	1	3	1	3	1	
40	matração (<i>Batara cinérea</i>)	1	1					
41	neinei (<i>Megarynchus pitangua</i>)					1	1	
42	papa-lagarta-acanelado (<i>Coccyzus melacoryphus</i>)					2	1	
43	papa-taoca-do-sul (<i>Pyriglena leucoptera</i>)					1	1	
44	pariri (<i>Geotrygon montana</i>)					1	1	
45	pia-cobra (<i>Geothlypis aequinoctialis</i>)					1	1	
46	pica-pau-anão-barrado (<i>Picumnus cirratus</i>)	1	1					
47	pica-pau-branco (<i>Melanerpes candidus</i>)	1	1					
48	pica-pau-dourado (<i>Piculus aurulentus</i>)	1	1					
49	pica-pau-verde-barrado (<i>Colaptes</i>)					2		

Anais do II Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas do Campus de Campo Mourão da Universidade Estadual do Paraná, Campo Mourão - PR, 25-27 de outubro de 2016. v. 1.

	<i>melanochloros</i>)							1
50	pichororé (<i>Synallaxis ruficapilla</i>)	2	1	1	1	2	1	
51	pimentão (<i>Saltator fuliginosus</i>)			1	1	1	1	
52	pi-puí (<i>Synallaxis cinerascens</i>)	4	1	3	1	2	1	
53	pitiguari (<i>Cyclarhis gujanensis</i>)	2	1	2	1	1	1	
54	pomba-galega (<i>Patagioenas cayennensis</i>)	1	1	1	1	3	1	96
55	pombão (<i>Patagioenas picazuro</i>)	2	1	4	1	8	1	
56	pula-pula (<i>Basileuterus culicivorus</i>)	1	1	2	1	3	1	
57	pula-pula-assobiador (<i>Myiothlypis leucoblephara</i>)	1	1	2	1	1	1	
58	quero-quero (<i>Vanellus chilensis</i>)	1	1					
59	risadinha (<i>Camptostoma obsoletum</i>)	1	1			1	1	
60	sabiá-barranco (<i>Turdus leucomelas</i>)	1	1	1	1	4	1	
61	sabiá-ferreiro (<i>Turdus subalaris</i>)					3	1	
62	sabiá-laranjeira (<i>Turdus rufiventris</i>)	2	1	5	1	3	1	
63	sabiá-poca (<i>Turdus amaurochalinus</i>)					1	1	
64	saci (<i>Tapera naevia</i>)	1	1	4	1	4	1	
65	saíra-de-papo-preto (<i>Hemithraupis guira</i>)	4	1					
66	sanhaçu-cinzento (<i>Tangara sayaca</i>)	1	1			4	1	
67	saracura-do-mato (<i>Aramides saracura</i>)					4	1	
68	suiriri (<i>Tyrannus melancholicus</i>)					2	1	
69	surucuá-variado (<i>Trogon surrucura</i>)	1	1	4	1	1	1	
70	tangará (<i>Chiroxiphia caudata</i>)	1	1	3	1	2	1	
71	tico-tico (<i>Zonotrichia capensis</i>)			4	1	4	1	
72	tico-tico-do-campo (<i>Ammodramus humeralis</i>)			1	1			
73	tico-tico-rei (<i>Lanio cucullatus</i>)					2	1	
74	tiê-de-topete (<i>Lanio melanops</i>)	1	1	3	1	1	1	
75	tiê-preto (<i>Tachyphonus coronatus</i>)					2	1	
76	tiriba-de-testa-vermelha (<i>Pyrrhura frontalis</i>)	1	1					

Anais do II Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas do Campus de Campo Mourão da Universidade Estadual do Paraná, Campo Mourão - PR, 25-27 de outubro de 2016. v. 1.

77	tororó (<i>Poecilatriccus plumbeiceps</i>)	1	1	4	1	1	1
78	tuque (<i>Elaenia mesoleuca</i>)					4	1
79	trinca-ferro (<i>Saltator similis</i>)			5	1	4	1
80	urubu-de-cabeça-preta (<i>Coragyps atratus</i>)			4	1	1	1
	Total de espécies por dia:		43		37		60
	Total de indivíduos por dia:	75		86		149	

Após a tabulação do quadro pode-se notar que no dia 16/10 houve maior ocorrência de espécies isso se deve ao horário inicial da visita a campo, as aves são mais ativas nas primeiras horas do dia, algumas iniciam sua rotina de busca por alimento antes mesmo de o dia clarear, outras iniciam sua busca por comida quando o sol nasce e ilumina o ambiente. Porém as aves inventariadas nos dias anteriores possuem grande valor ambiental e atrativo aos observadores de aves, como é o caso azulão (*Cyanoloxia brissonii*), caburé (*Glaucidium brasilianum*) e pimentão (*Saltator fuliginosus*)

Algumas aves vivem solitárias outras em bando se nota neste trabalho claramente este dado quando observamos a ocorrência da borrarhara-assobiadora (*Mackenziaena leachii*) e do anu-preto (*Crotophaga ani*) respectivamente. Algumas buscam a companhia de um parceiro somente no período de reprodução que é na estação da primavera, outras a partir do momento que encontram um parceiro este permanece por toda a sua vida, fato conhecido como monogamia neste trabalho podemos citar o urubu-de-cabeça-preta (*Coragyps atratus*) e o pula-pula-assobiador (*Myiothlypis leucoblephara*).

A inventariação contou com um total de 80 espécies e 310 indivíduos dentre estas aves de fácil visualização como o quero- quero (*Vanellus chilensis*), alma-de-gato (*Piaya cayana*), anu-branco (*Guira guira*) entre outras. Uma espécie em especial foi importante sua visualização, pois é uma ave quase ameaçada de extinção na natureza esta ave é o pica-pau-dourado (*Piculus aurulentus*) ave que habita o interior e as bordas da mata atlântica (WIKIAVES, 2016).

Ver ave nem sempre é uma tarefa fácil porque algumas buscam abrigo em matas fechadas, assim conhecer o canto e os chamados destas é a maneira mais abrangente de

inventaria-las. Deste modo a pesquisa se estruturou com a avistagem e a escuta do canto das aves e obteve maior resultado devido a este método utilizado.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a realização de inventariação das aves na RPPN Vale do Rio Cantú considerou-se que esta UC é um ambiente equilibrado e com características importantes para a reprodução, crescimento e estadia permanente ou inconstante das aves identificadas.

Deste modo conclui-se que a primeira hipótese levantada é a que se adequa a UC, pois, a RPPN Vale do Rio Cantú é propícia à implantação da prática de observação de aves devido a sua localização dentro de um mosaico que abrange unidades de conservação (UC) e reservas legais, possibilitando ambientes naturais favoráveis à existência e reprodução de diversidade de espécies da avifauna.

Apesar da UC em questão ser um ambiente propício para as aves, esta ainda necessita de atenção e melhorias no que se refere à estruturação física para implantação de visitação científica e turística. Assim há que considerar que a RPPN Vale do Rio Cantú possui pontos e locais que podem ser implantadas infra-estruturas, considera-se ainda importante estruturação de placas indicativas no trajeto até a UC, estruturação no portal de entrada da mesma e dentro da UC já que existem variadas trilhas a serem percorridas. Outro ponto importante é a necessidades de colaboradores para manutenção e conservação da RPPN em questão.

Considera-se deste modo que a RPPN Vale do Rio Cantú é uma UC que precisa de investimentos financeiros e de pessoal, pois é uma reserva rica em biodiversidade e com enorme potencial para atrair visitantes em seus variados perfis com maior ênfase no perfil de ecoturista.

Através da pesquisa documental e literária realizada bem como a visita a campo pode-se considerar que a RPPN Vale do Rio Cantú é uma área com enorme potencialidade para a implantação de observação de aves, devido a sua localização, tamanho, características e aves atrativas identificadas.

A RPPN Vale do Rio Cantú depois de estruturada fisicamente é um ambiente

acolhedor e em potencial para a estruturação do segmento de ecoturismo e da prática de observação de aves devido a grande variedade de aves encontradas.

Percebeu-se que diversas espécies foram avistadas ou ouvidas nos três dias de campo, este dado torna-se importante para concluir que na RPPN Vale do Rio Cantú as aves encontram-se protegidas. Este fato também é relevante para a estruturação da observação de aves, pois, se esta é consequentemente vista ou ouvida em um local poderá atrair observadores para registrar e conhecer a espécie.

Portanto conclui-se que a RPPN Vale do Rio Cantú possui características e fatores de enorme potencial científico e principalmente turístico, agregando valor a conservação ambiental, deste modo o projeto possui viabilidade técnica.

Pode-se constatar através desta pesquisa que a RPPN Vale do Rio Cantú é uma unidade de conservação com enorme riqueza de biodiversidade devido a sua área e localização, possui um imenso potencial para o desenvolvimento da atividade turística principalmente para os visitantes com perfil de ecoturista, os quais buscam o contato com a natureza e a valorização e conservação desta.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério do Turismo. **Ecoturismo: orientações básicas**. Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. Brasília: Ministério do Turismo, 2008.

_____. **Lei nº 5.197, de 03 de janeiro de 1967**. Dispõe sobre a proteção à fauna e outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5197.htm>. Acessado em 12 de set. de 2015.

_____. **Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998**. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9605.htm>. Acessado em 12 de set. de 2015.

_____. **Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000**. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9985.htm>. Acessado em 12 de set. de 2015.



Anais do II Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas do Campus de Campo Mourão da Universidade Estadual do Paraná, Campo Mourão - PR, 25-27 de outubro de 2016. v. 1.

CAMPOS, J. B.; COSTA FILHO, L. V. Sistema ou conjunto de unidades de conservação? In: **Unidades de Conservação: ações valorização da biodiversidade**. João Batista Campos; Márcia de Guadalupe Pires Tossulino; Carolina Regina Cury Müller (Orgs). Curitiba: IAP, 2006.

FARIAS, Gilmar Beserra de. **A observação de aves como possibilidade ecoturística**. Revista Brasileira de Ornitologia. Volume 15 numero 03. 2007. Disponível em <http://www4.museu-goeldi.br/revistabornito/revista/index.php/BJO/article/viewFile/3026/pdf_517>. Acesso em: 21 de Abr de 2015.

IAP. **Decreto nº 64, de 23 de abril de 2002**. Reconhece, de interesse público, como Reserva Particular do Patrimônio Natural – RPPN, a área de 177,00 hectares. Disponível em <http://celepar7.pr.gov.br/sia/atosnormativos/form_cons_ato1.asp?Codigo=781>. Acesso em 31 de jul de 2016.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da metodologia científica**. São Paulo. Editora Atlas. 6º edição. 2005.

PARANÁ, Instituto Ambiental do Paraná. **Reservas Particulares do Patrimônio Natural Estaduais**. Disponível em <<http://www.iap.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=1260>>. Acesso em: 29 de abr de 2015.

SAVE, Brasil (Sociedade para a Conservação das Aves do Brasil). **Porque as aves?**. Disponível em <<http://savebrasil.org.br/wp/porque-as-aves/>>. Acesso em: 21 de Abr de 2015.

SNUC (Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza). **Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000; decreto nº 4.430, de 22 de agosto de 2002**. 3º edição. Ministério do Meio Ambiente e Secretaria da Biodiversidade e Florestas. Brasília. 2003.

WIKIAVES. **Pica-pau-dourado**. Disponível em <<http://www.wikiaves.com.br/pica-pau-dourado>>. Acesso em 31 de jul de 2016.



Anais do II Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas do Campus de Campo Mourão da Universidade Estadual do Paraná, Campo Mourão - PR, 25-27 de outubro de 2016. v. 1.

PERSPECTIVAS DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO RURAL A PARTIR DO PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO DO TURISMO

CARLA CAROLINE HOLM

Bacharel em Turismo e Mestre em Desenvolvimento Comunitário
Universidade Estadual do Centro-Oeste – UNICENTRO
karol_holm@hotmail.com

101

RESUMO – O presente artigo tratou de discutir teoricamente as perspectivas de haver desenvolvimento comunitário na área rural também via a prática da atividade turística planejada e para tanto, utilizou-se de autores das ciências humanas e sociais para embasar tal discussão. Neste sentido, a pesquisa teve caráter qualitativo e foi do tipo revisão bibliográfica e como parte dos resultados, chegou-se a conclusão de que o planejamento visa orientar para intervenções bem sucedidas e quando ele é operacionalizado de modo participativo há chances de todos os atores sociais envolvidos serem beneficiados pelas suas transformações. A partir disso, não acredita-se que o resultado aqui apresentado seja para findar as discussões, mas apenas fomentá-las para que cada vez mais possa ser possível pensar em contribuir positivamente com o turismo para o desenvolvimento das comunidades que desejam explorá-lo como uma alternativa econômica e social.

Palavras-chave: Turismo; Planejamento turístico; Planejamento participativo; Desenvolvimento comunitário; Comunidades rurais

ABSTRACT - This article tried to theoretically discuss the prospects of having community development in rural areas also through the practice of planned tourist activities and to this end, we used the authors of human and social sciences to support such a discussion. In this sense, the research was qualitative and was the type literature review and as part of the results, reached the conclusion that the plan is intended to guide for successful interventions and when it is implemented in a participatory manner chances of all social actors involved are benefited by their transformations. From this, it does not believe that the results presented here is for ending the discussions, but only foment them so that more and more may be possible to think positively contribute to tourism to the development of communities who wish to explore it as an economic and social alternative.

Keywords: Tourism; Tourism planning; Participatory planning; Community development; Rural communities.

1. INTRODUÇÃO

Estimular a prática do turismo para movimentar a economia das localidades tem sido uma prática constante, pois afirma-se que para que a atividade se desenvolva e traga benefícios para os empreendedores é preciso de pouco. Pouco investimento, pouca estrutura e, por sua vez, pouco planejamento. Que esta é uma afirmação baseada somente em ganhos econômicos e de curto prazo, ninguém duvida, todavia assim como qualquer outra atividade do mercado capitalista, para garantir a sustentação do turismo no mercado competitivo, fazendo com que este ofereça cada vez mais produtos e serviços de qualidade e que tragam outros benefícios também a médio e longo prazo é preciso investimento de tempo e recursos. Com isto, atesta-se que para o bom desempenho do turismo como atividade econômica e social faz-se necessário inicialmente um planejamento adequado.

Compreende-se por planejamento turístico a organização de ideias e ações orientadas para o futuro (PETROCCHI, 2002; DIAS, 2008) e a partir dele é possível conhecer uma realidade, suas potencialidades e limitações, para que sejam trabalhadas atividades que tragam benefícios para a localidade e moradores dela. Neste sentido, afirma-se que o planejamento é ferramenta essencial para a organização de uma localidade que deseja ter no turismo uma atividade econômica e que traga consigo benefícios em outras esferas, atingindo-se assim o ideal de desenvolvimento local/comunitário (RUSCHMANN, WIDMER *apud* ANSARAH, 2000).

Para que tal planejamento seja adequado para a implantação e/ou organização da atividade turística, faz-se preciso incluir nele todos os agentes que estarão relacionados com a atividade, sendo órgãos do setor, agências de fomento, empreendedores e comunidade, assegurando aos envolvidos participação efetiva no processo de desenvolvimento por meio do turismo (TONON, CARDOZO, 2011), dito isto, compreende-se que o planejamento participativo é uma ferramenta que garante avaliação macro dos impactos da atividade no meio em que ela se dá.

Se tais afirmações baseadas em estudos disponíveis na comunidade científica mostram a viabilidade do planejamento participativo como ferramenta para a prática do turismo e desenvolvimento comunitário, por que na prática o planejamento participativo

ainda é negligenciado? Por que muitas comunidades que possuem potencialidade para o turismo não conseguem organizar a atividade de modo que esta assegure benefícios para todos os que estão direta e indiretamente envolvidos? Estas são indagações primárias que comprovam a carência de um aprofundamento no que diz respeito aos benefícios do planejamento participativo do turismo como colaborador no processo de desenvolvimento comunitário.

Muito se fala da inclusão de agentes e sujeitos da sociedade para a discussão da temática, mas pouco se tem comprovado a eficiência deste modelo de planejamento e, tendo este cenário, aqui intenta-se estimular a reflexão acerca do planejamento e desenvolvimento comunitário de maneira plena. Para tal, utiliza-se como recorte de pesquisa comunidades rurais, que geralmente originaram-se para a prática de atividades agropecuárias, porém com a mudança da economia de maneira geral, se veem obrigadas a diversificar suas práticas; tendo a partir disto a inclusão do turismo como uma nova atividade no campo.

Sendo assim, **a problemática** que este trabalho busca responder é: como pode o planejamento participativo do turismo colaborar no processo de desenvolvimento de comunidades rurais?

O uso do espaço rural para a prática do turismo é relativamente recente, quando comparado a outros segmentos da atividade já consolidados, todavia tem se mostrado como um mercado em ascensão por oferecer aqueles que viajam uma experiência turística diferenciada e que aproxima o visitante da realidade do local visitado. Deste modo, percebe-se a necessidade de planejar estes destinos, de modo a garantir uma prática que contribua para o desenvolvimento destas localidades e dito isto, pode ser comprovado que dedicar-se ao planejamento turístico de comunidades rurais também é uma necessidade.

Quando elaborado um planejamento turístico adequado à realidade dos locais que desejam a atividade é possível avaliar os impactos desta para o meio e, mais que isto, é possível preparar-se para as transformações que ocorrerão, minimizando deste modo os impactos negativos e potencializando os benefícios agregados à prática do turismo. Com base nisso, o **objetivo geral** do presente trabalho consiste em descrever

de que modo o planejamento participativo pode contribuir com o desenvolvimento de comunidades rurais.

Compreender o fenômeno turístico e suas implicações no processo de desenvolvimento tem sido uma constante em pesquisas científicas de diferentes áreas do conhecimento, todavia tais pesquisas envolvendo as duas temáticas geralmente estão pautadas na apresentação de números que justificam a viabilidade da prática do turismo para garantir o desenvolvimento das localidades. Desta forma, a pesquisa aqui proposta vem na contramão do fluxo, uma vez que pauta-se numa discussão sobre o que é de fato o desenvolvimento comunitário e de que forma o turismo pode contribuir para tal.

Sabendo que o desenvolvimento não justifica-se apenas em números e cifras e que o turismo ocorrendo de maneira desordenada não traz benefícios para as localidades em que é praticado, este estudo foca no processo de planejamento da atividade, baseando-se no modelo de participação. Assim, a presente pesquisa é de caráter qualitativo, visando compreender a importância do planejamento turístico participativo no processo de desenvolvimento comunitário de comunidades rurais, para tanto a busca pela resposta do objetivo proposto deu-se por meio de uma revisão bibliográfica apoiada nas temáticas centrais da pesquisa, a saber, turismo e planejamento participativo; desenvolvimento comunitário; e comunidades rurais.

Nota-se que a discussão aqui proposta é apenas uma parte do que pode ser realizado com a temática do planejamento turístico participativo e desenvolvimento comunitário rural, haja vista as múltiplas oportunidades que o campo de pesquisa oferece, neste sentido, intenta-se com este trabalho estimular ainda mais a investigação do turismo como uma ferramenta que contribua para o desenvolvimento comunitário, colocando desta vez em evidência comunidades que podem e devem diversificar suas atividades no campo.

2. O ESTÍMULO AO TURISMO COMO UMA ATIVIDADE ALTERNATIVA PARA AS REALIDADES ECONÔMICA E SOCIAL DO MEIO RURAL

2.1. Planejamento turístico para a transformação de realidades rurais

A atividade turística é compreendida como um importante fator que traz significativos benefícios seja porque gera empregos ou porque fomenta o consumo transformando as realidades sociais onde ela se dá. O pensar em turismo, contudo, não deve levar em consideração apenas a geração de renda e o que esta pode proporcionar, é preciso analisar os impactos gerados pela atividade. Desta forma, é fato que estes locais que desejam desenvolver o turismo e que tenham condições para tal traçam metas e objetivos a fim de organizar a atividade buscando a maximização dos seus benefícios, fazendo deste modo uso do planejamento turístico para melhor prática da atividade.

Durante o planejamento do turismo é possível reconhecer as fragilidades e potencialidades locais e a partir disso corrigi-las ou melhor explorá-las. Assim, compreende-se que planejar uma localidade para que receba o turismo é um desafio, haja vista a necessidade preocupar-se com o já existente e/ou tornar este lugar apto para ser explorado por uma prática que utiliza-se do espaço e tudo aquilo que nele está inserido para sua execução. O planejamento do turismo deste modo consiste em

enquadrar os projetos no contexto da planificação geral, definindo-os não somente em suas relações com os critérios de rentabilidade de mercado, mas também levando em consideração os aspectos naturais, sociais e culturais (ASCARENZA, 1987 *apud* CÉSAR, 2011, p.83).

A finalidade do planejamento turístico é, portanto, avaliar a localidade em que será desenvolvida a atividade para que a execução de tal se dê da melhor forma.

Quando pensando em comunidades rurais nota-se que a organização destas não se deu prioritariamente em função do turismo, todavia ele vem compondo o cenário socioeconômico destas localidades e transformando a realidade dos moradores; o turismo desenvolvido em áreas rurais é parte relativamente recente da atividade, isto porque as comunidades rurais geralmente estavam voltadas para a prática de atividades agropecuárias. As comunidades rurais sempre foram responsáveis pelo desenvolvimento de atividades ligadas à agropecuária sustentando deste modo as necessidades da sociedade de modo geral; todavia percebeu-se que ficou cada vez mais difícil para pequenos produtores manterem-se no mercado com a oferta destes produtos do campo em virtude da existência de grandes proprietários que, com suas áreas produtivas, atendem às necessidades de consumo da sociedade de maneira satisfatória, assim a realidade do meio rural vem aos poucos mudando porque ser produtivo tem exigido a



Anais do II Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas do Campus de Campo Mourão da Universidade Estadual do Paraná, Campo Mourão - PR, 25-27 de outubro de 2016. v. 1.

concentração de grandes áreas e com isto os pequenos produtores não conseguem manter-se no mercado competitivo, sendo muitas vezes obrigados a vender suas terras e mudar-se para as áreas urbanas, alterando suas ocupações de atividades campestres para atividades relacionadas à indústria e comércio, apenas para exemplificar (ARAÚJO, 2010).

Diante de tal panorama, diversificar o uso do campo e as atividades a ele relacionadas fez-se um imperativo para os pequenos produtores rurais e com isto entra em cena como uma das alternativas na geração de emprego e renda a atividade turística, que tem o consumo do espaço e o que nele está inserido como o seu principal motor de funcionamento (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2003; ARAÚJO, 2010; TULIK, 2010). Deste modo, a crise sofrida pelos pequenos proprietários no agronegócio mostrou-se como uma oportunidade para a prática da atividade turística neste ambiente, fortalecendo a economia destas localidades e sendo um agente que contribui para a incoerência do êxodo rural.

O turismo ganhou espaço de desenvolvimento, utilizando-se da paisagem e o que nela está inserido para a sua prática e a partir disto a atividade tem contribuído para que pequenos proprietários de terras permaneçam no meio rural e iniciem uma diversificação na oferta de produtos e serviços relacionados ao lazer (ARAÚJO, 2010; TULIK, 2010). Para além disso, a prática do turismo em áreas rurais tem conferido benefícios sociais, econômicos e ambientais, haja vista a transformação menos agressiva ao meio em que se desenvolve (WANDSHEER E TEIXEIRA, 2010).

O desenvolvimento do turismo na atualidade oferece “novas possibilidades de trabalho para o conjunto de mão de obra familiar, contribuindo para o aumento de renda e para uma visível melhoria das condições de vida por parte da população local” (MIELKE, 2009, p. 20) e por isto mostra-se enquanto uma alternativa viável a ser melhor explorada nos cenários rurais. Com isto, faz-se necessário pensar que a prática do turismo nestas comunidades deve ser cuidadosamente planejada, de modo a garantir aos moradores o desenvolvimento comunitário atrelado a uma prática viável e que agregue valor ao meio e à cultura rural dos moradores.

2.2 Planejamento participativo com vistas ao desenvolvimento comunitário

Para que as transformações necessárias para a prática do turismo não impliquem na perda de características do rural faz-se necessário o engajamento do maior número de interessados na atividade, principalmente os moradores destas localidades, por serem eles os agentes que estarão em contato direto com o visitante; neste sentido, pode-se afirmar a importância de um planejamento eficiente para que o turismo atue em harmonia com o meio e com a sociedade que nele está inserido e sobre isto, faz-se necessário destacar que o planejamento do turismo em comunidades rurais deve dar-se de maneira participativa, de modo que os interesses de todos os envolvidos no processo sejam colocados em evidência, assegurando deste modo uma prática inclusiva e benéfica para estas localidades (CARDOZO *et al*, 2016).

Compreende-se pois que o planejamento participativo é uma alternativa que pode se enquadrar nas necessidades dos moradores de comunidades rurais, para Vignat (2008) ele é tido como “uma resposta da sociedade à necessidade de assegurar que as decisões políticas atendam a interesses públicos legítimos e que a continuidade não se veja afetada pelas mudanças do governo”. O autor afirma ainda que executar o planejamento do turismo de maneira participativa é um desafio, posto que é preciso que os interesses individuais abram espaço para a defesa de interesses coletivos, assegurando que o reflexo das ações possam ser sentidos por todos os envolvidos no processo de planejamento e execução da atividade. Para Mielke (2009, p.104) o planejamento participativo na atividade turística existe para que “todos os atores sociais, em algum momento, desempenhem um papel fundamental ao sucesso da estruturação e venda dos produtos turísticos regionais”.

Dito isto, nota-se que é possível existir êxito na prática da exploração do meio rural pelo turismo, entretanto é necessário o engajamento das esferas pública, privada e comunidade local para o planejamento e efetivação das ações com vistas ao sucesso da atividade e conseqüente desenvolvimento comunitário. Para Tonon e Cardozo (2011) o planejamento participativo é um exercício de cidadania, pois além das propostas lançadas para a transformação de dada localidade ele permite que todos os envolvidos sejam corresponsáveis pela prática das ações e supervisão dos resultados obtidos; além disso, é preciso tornar este tipo de estratégia uma prática mais cotidiana quando pensado

na melhora da qualidade de vida de todos, pois neste modelo de planejamento as decisões tomadas como essenciais para a transformação local são amplamente discutidas e só tomadas a partir do momento em que demonstram benefícios para a maioria dos envolvidos.

Reafirmando esta ideia, o planejamento participativo é entendido por Barretto (2005) como uma maneira de valorizar o saber e o ideal da comunidade que está buscando melhorar dada realidade; para Molina e Rodriguez Abitia (1987 *apud* BARRETTO, 2005), no caso específico do turismo, o planejamento participativo só é possível a partir do momento em que envolve todos os setores da sociedade e todos os indivíduos dela, pois isso reafirma o compromisso de todos os sujeitos na prática das ações previamente decididas em conjunto. Para Holm e Cardozo (2013, p.09)

é correto afirmar que não basta apenas desejar o turismo, mas faz-se necessário o planejamento e a integração de diferentes saberes e sujeitos para que o sucesso de sua execução seja atingido, tendo em vista que necessita do envolvimento não apenas dos gestores da atividade, mas também dos próprios membros da comunidade, bem como daqueles que da atividade irão fruir.

A partir da existência de um modelo de planejamento que considere as percepções de todos os que serão afetados pela atividade, é possível caminhar com mais foco rumo ao desenvolvimento da comunidade que vê no espaço em que habita a possibilidade de fomentar a prática do turismo e esta assertiva aplica-se adequadamente ao contexto rural, em que o espírito comunitário ainda prevalece para a tomada de decisões que impliquem em transformações para a coletividade.

2.3 Aplicação do planejamento participativo do turismo no meio rural para haver desenvolvimento comunitário

O turismo carrega consigo hoje um fardo de ser o salvador das economias locais, quando na verdade ele é uma parte do processo necessário para que tal fato ocorra. O engajamento coletivo é imperativo para que o turismo contribua no processo de desenvolvimento de comunidades rurais (e não rurais), deste modo, considera-se que o desenvolvimento de maneira plena só acontece quando há melhora na qualidade de vida dos sujeitos que vivem em determinada localidade, ele é visto como um processo no

qual encaixam-se as esferas econômica, social e ambiental em que a comunidade pode lograr dos benefícios em curto, médio e longo prazo (SOUZA, 2005).

Para o Ministério do Turismo (2010) quando o turismo é planejado adequadamente para a apropriação do espaço rural é possível que ele contribua para a reestruturação econômica e social, mas mais que isto, que ele fomente a valorização da cultural local e do ambiente em que os sujeitos estão inseridos. Desta forma, pode-se afirmar que a prática do turismo em áreas rurais é uma oportunidade para que haja melhora na qualidade de vida tanto do visitante quanto do visitado e atrelado a isto é possível promover o desenvolvimento de maneira plena, conforme apregoa Souza (2005).

Rodríguez, Fernández e Campos (2013) dizem que o turismo por si só não é capaz de transformar a realidade de dada localidade, contudo a atividade pode contribuir para que benefícios sociais, ambientais e econômicos sejam logrados pelas pessoas que nela habitam; no caso do rural, o turismo não mostra-se como o salvador da economia ou ainda como o gerador de fluxos de recursos tamanhos quando comparado à agropecuária, mas é possível que por meio de um planejamento adequado e participativo dele haja uma melhora na vida dos moradores que já possuem a matéria-prima para que a atividade aconteça.

Tal maneira de planejar e executar o turismo, embora seja um desafio, é uma das possibilidades que mais se aproxima de atingir o objetivo do desenvolvimento comunitário, uma vez que este é entendido como um processo de superação de problemas por meio da integração de diferentes saberes e sujeitos (RASTREPO, 2008; GUTIERREZ, 2009; HOLM, 2015). Para tais autores, o desenvolvimento comunitário só é possível a partir do momento em que objetivos comuns sejam alcançados e melhorem a realidade local. Dito isto, percebe-se que o planejamento turístico participativo pode contribuir para o desenvolvimento de comunidades rurais, sendo uma forma de alcançar benefícios coletivos e transformando uma realidade que ora estava vinculada somente a atividades campestres e que não necessariamente atendia as necessidades dos moradores locais.

Rastrepo (2008) e Gutiérrez (2011) são categóricos ao dizer que o desenvolvimento comunitário pode ser compreendido como uma busca constante de

melhoramento da realidade de agrupamento de pessoas, portanto, é notável a importância de envolver todos os atores sociais interessados na discussão do turismo, porque isto reforça a ideia de supervisão das ações desenvolvidas no local conforme dito anteriormente.

Para o BID (2009) o desenvolvimento comunitário é uma forma de promover o desenvolvimento harmônico de dada localidade. Rastrepo (2008) diz que o desenvolvimento comunitário se dá a partir da união de quatro elementos, a saber, *ser, fazer, participar e decidir*. Com tal assertiva é possível atestar que a ideia de planejamento participativo e desenvolvimento comunitário estão alinhados e podem ser aplicados na atividade turística, uma vez que ela é dependente de uma série de fatores e indivíduos que, pensando e agindo de maneira coletiva, conseguem trazer benefícios múltiplos para as localidades em que se desenvolve.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do exposto pode-se notar a importância de discutir o planejamento turístico participativo quando escolhida tal atividade para compor o cenário de comunidades rurais, pois o este tipo de planejamento mostra-se como uma alternativa viável para contribuir no processo de desenvolvimento comunitário, todavia devido aos desafios de sua execução, por dar voz e vez a todos os agentes sociais da comunidade, ainda é pouco utilizando, provando deste modo que ainda há carência de discussões que tornem sua prática uma constante.

É sabido que o turismo contribui para o desenvolvimento local, sobretudo no que diz respeito aos aspectos econômico e social, deste modo, passou-se a acreditar que se ele for pensado envolvendo a coletividade de indivíduos direta e indiretamente afetados pela sua prática pode-se garantir o desenvolvimento comunitário via planejamento participativo e/ou integrado.

Atestou-se por meio da revisão bibliográfica empreendida que as comunidades rurais ainda estão apoiadas no modelo participativo e/ou de cooperação, uma vez que são agrupamentos que abrigam pequenos produtores e que organizam-se de forma comunitária para manterem seus negócios (geralmente relacionados à agricultura

familiar e/ou criação de animais de pequeno porte); portanto para a exploração do turismo nestas localidades é possível que o modelo de planejamento participativo seja o mais adequado, por valorizar a coletividade, bem como a realidade do cotidiano desses sujeitos sociais.

Os autores utilizados como base para a realização da presente discussão permitiram fazer uma série de levantamento de possibilidades de atividades que podem ser exploradas pelo turismo nestas comunidades rurais, sendo por exemplo a vivência do cotidiano rurícola, oferta da culinária local, atividades no meio natural, tais como pesca, cavalgada, trilhas, lida com os animais, etc. Para além disso, a cultura das comunidades é um diferencial que pode ser utilizado na experiência turística; ela pode estar manifestada na crença, arquitetura, manifestações artísticas e saber fazer, somente para ilustrar, e isto se estiver em acordo com o desejo dos residentes e fizer parte das estratégias de ação definidas coletivamente para a exploração do turismo, podem por si só atrair a demanda e com isto ser uma possibilidade de desenvolvimento das comunidades rurais que veem no turismo uma alternativa de atividade para a diversificação da oferta do campo.

Deste modo, investir em descobertas teóricas e práticas acerca da viabilidade do planejamento turístico participativo com vistas ao desenvolvimento comunitário é uma necessidade para a produção do conhecimento, contribuindo assim para a implantação de novos modelos de gestão em comunidades rurais localizadas em distintos lugares. Implantar tal modelo de gestão buscando o desenvolvimento destas comunidades é uma maneira de assegurar a permanência dos moradores do campo envolvido em atividades econômicas que tragam ao seu turno benefícios também nas esferas social e ambiental, contribuindo deste modo que as localidades ofereçam produtos e serviços turísticos de qualidade, além de que permaneçam residindo em comunidades desenvolvidas e que contam com a oferta de uma qualidade de vida suficientemente boa.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, J. G. F. de. Potencialidades do turismo no espaço rural: desenvolvimento, conceitos e tipologia. In: SANTOS, E. de O.; SOUZA, M. de.. **Teoria e prática do turismo no espaço rural** (orgs.) Barueri/SP: Manole, 2010.



Anais do II Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas do Campus de Campo Mourão da Universidade Estadual do Paraná, Campo Mourão - PR, 25-27 de outubro de 2016. v. 1.

BANCO INTERAMERICANO DE DESARROLLO. La comunidad: motor de desarrollo en América Latina. In: **Revista Red de Gestores Sociales**. N.º. 48, octubre/noviembre, 2009.

BARRETTO, M.. **Planejamento responsável do turismo**. Campinas: Papyrus, 2005

CARDOZO, P. F.; FERNANDES, D. L.; SOARES, J. G. HOLM, C. C.. Cooperación y participación en el proceso de planificación y desarrollo turístico: un estudio de caso en comunidades étnico-rurales en el estado de Paraná – Brasil. **Revista Estudios y Perspectivas en Turismo**. Vol 25, p. 88-109, 2016. Disponível em <http://www.estudiosenturismo.com.ar/PDF/V25/N01/v25n1a06.pdf>. Último acesso em 18/09/2016.

CÉSAR, P. A. B.. **Turismo e desenvolvimento sustentável: análise dos modelos de planejamento turístico**. Série Turismo. Caxias do Sul: EducS, 2011.

DIAS, R.. **Planejamento do Turismo: política e desenvolvimento do turismo no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2008.

GUTIÉRREZ, Javier Camacho. Desarrollo comunitario. In: **Eunomía: Revista en cultura de la legalidad**. N.º.03, septiembre, 2012/febrero, 2013.

HOLM, C. C.; CARDOZO, P. F. De que maneira o turismo de base comunitária pode colaborar para o desenvolvimento comunitário? Uma proposta interdisciplinar de atuação em Colônia Witmarsum/PR. **Anais SIIPE SUL – Simpósio Internacional sobre interdisciplinaridade no ensino, na pesquisa e na extensão**. Florianópolis/SC, 2013. Disponível em http://www.siipe.ufsc.br/wp-content/uploads/2014/07/0-SIIPE_Capa-Apresentacao-e-Indice-v3-Web.pdf. Último acesso em 18/09/2016.

HOLM, C. C. **Desenvolvimento comunitário por meio do turismo étnico em Colônia Witmarsum, Palmeira/PR**. Dissertação (mestrado). Universidade Estadual do Centro-Oeste – UNICENTRO. Irati/PR, 2015. Disponível em: http://tede.unicentro.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=320. Último acesso em 18/09/2016.

MIELKE, Eduardo Jorge Costa. **Desenvolvimento turístico de base comunitária**. Campinas: Alínea, 2009.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Diretrizes para o desenvolvimento do turismo rural no Brasil**. Brasília, 2003.

_____. **Turismo rural: orientações básicas**. Brasília: 2010.

PETROCCHI, M.. **Planejamento e gestão do turismo**. São Paulo: Futura, 2002.



Anais do II Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas do Campus de Campo Mourão da Universidade Estadual do Paraná, Campo Mourão - PR, 25-27 de outubro de 2016. v. 1.

RASTREPO, R. C. **Desarrollo Comunitario:** Guía didáctica y módulo. Colômbia, 2008. Disponível em www.funlam.edu.co/.../DesarrolloComunitario.pdf. Último acesso em 18/09/2016.

RODRIGUÉZ, M. R.; FERNÁNDEZ, P.S.; CAMPO, M. L. R.. Nuevos pobladores rurales y turismo: la Ribeira Sacra como destino. In: SANTOS, M.; SERRA, F.; SANTOS, J.; ÁGUAS, P.. **Desenvolvimento e planejamento do turismo.** Universidade do Algarve, Faro/Portugal: 2013.

RUSCHMANN, D.; WIDMER, G. Planejamento turístico. In: ANSARAH, M. **Turismo:** como aprender como ensinar. Vol 2. São Paulo: Senac, 2000.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de. *et al* (orgs.). **Geografia:** conceitos e temas – 7 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

TULIK, Olga. Turismo e desenvolvimento no espaço rural: abordagens conceituais e tipologias. In: OLIVEIRA SANTOS, Eurico.; SOUZA, Marcelino de. (orgs). **Teoria e Prática do turismo no espaço rural.** Barueri, SP: Manole, 2010.

VIGNATI, Federico. **Gestão de destinos turísticos:** como atrair pessoas para os pólos, cidades e países. Rio de Janeiro: Editora Senac Rio, 2008.

WANDSCHEER, Elvis Albert Robe.; TEIXEIRA, Andressa Ramos. Novas ruralidades: demandas e potencialidades da sociedade contemporânea. In: OLIVEIRA SANTOS, Eurico.; SOUZA, Marcelino de. (orgs). **Teoria e Prática do turismo no espaço rural.** Barueri, SP: Manole, 2010.



Anais do II Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas do Campus de Campo Mourão da Universidade Estadual do Paraná, Campo Mourão - PR, 25-27 de outubro de 2016. v. 1.

O USO PÚBLICO NO PARQUE MUNICIPAL JOAQUIM TEODORO DE OLIVEIRA

KELLY MASI SOUZA

Turismóloga
Universidade Estadual do Paraná - UNESPAR
kellymasi@gmail.com

JULIANA CAROLINA TEIXEIRA

Turismóloga, Mestre em Geografia
Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR
julianatma@gmail.com

114

RESUMO – O Parque Municipal Joaquim Teodoro de Oliveira, localizado no município de Campo Mourão – PR, não possui um plano de manejo ou/e programa de uso público. Este trabalho, portanto, teve como objetivo geral investigar as deficiências e potencialidades do parque, apontando demandas gerais, que podem servir como subsídio para elaboração de um programa de uso público. Como metodologia, optou-se por uma pesquisa de caráter qualitativo, com revisão da literatura e documental. Posteriormente, desenvolveu-se estudo de campo, utilizando observação sistemática, a fim de avaliar a infraestrutura do local e entrevista estruturada com os visitantes do parque. Os resultados obtidos, mostrou a infraestrutura com grande deficiência para o uso. Em relação as demandas dos visitantes, observou-se que muitos possuem limitações em compreender quais as ofertas de uso público do parque. Como conclusão, foram identificadas potencialidades relacionadas a infraestrutura e espaços que podem ser aproveitados para o desenvolvimento de atividades culturais e de Ecoturismo.

Palavra-chave: Unidade de Conservação, Uso Público, Atividades de Ecoturismo.

ABSTRACT – The Municipal Park Joaquim Teodoro de Oliveira, in the municipality of Campo Mourao - PR, does not have a management plan and / or public use program. This study therefore aimed to investigate the weaknesses and strengths of the park, pointing general demands, which can serve as input for the preparation of a public use program. As methodology, we opted for a qualitative research, with a literature review and documentary. Subsequently developed field of study, using systematic observation in order to evaluate the infrastructure of local and structured interviews with park visitors. The results showed major deficiency with the infrastructure for use. Regarding the demands of visitors, it was observed that many have limitations in understanding which offers public use of the park. In conclusion, potential were identified related to infrastructure and spaces that can be used for the development of cultural activities and ecotourism.

Keywords: Conservation Unit, Public Usage, Ecotourism Activities.

1. INTRODUÇÃO

O Parque Municipal Joaquim Teodoro de Oliveira, criado pelo Decreto municipal n.º 568 de 21 de outubro de 1987, popularmente conhecido como Parque do Lago, encontra-se na parte urbana do município de Campo Mourão, no Estado do Paraná. Por estar dentro do perímetro urbano, é, portanto, o local de visitação, para a prática de lazer e esportes mais frequentado diariamente devido sua localização e fácil acesso. O parque é considerado uma Unidade de Conservação (UC) de esfera municipal, sendo uma área verde de uso intensivo¹.

Por se enquadrar neste contexto, e porque o local se encontra aberto a utilização da sociedade, considera-se de grande importância a elaboração de um programa de uso público, uma vez que o Parque do Lago, regula a utilização desse espaço e encaminha outras providências, dispondo do Decreto Nº 960 de 05 de dezembro 1994, que aprova o regulamento do local, e determina como deve ser desenvolvida a atividade de visitação pública. Entretanto, o local não dispõe de Plano de Manejo e de um programa de uso público, fato esse que pode acarretar no uso desordenado e resultar em fatores negativos para o espaço. O programa de uso público é um essencial instrumento que aproxima o visitante da UC visitada, o que favorece o envolvimento com as questões ambientais.

Observou-se, portanto, a relevância da elaboração de um programa de uso público para o Parque do Lago, visando potencializar a qualidade na utilização do local por meio de planejamento e gestão adequada. Com base no contexto exposto, questiona-se quais são as demandas do Parque do Lago que devem ser observadas pela gestão como subsídio para a elaboração de um programa de uso público.

O objetivo deste estudo, consiste em investigar as deficiências e potencialidades do Parque do Lago em relação ao seu uso público. Além de levantar informações gerais relativas ao local; caracterizar a infraestrutura existente e suas atuais condições de uso e

¹ Uso intensivo - Ambiente natural pouco alterado, oferecendo facilidades e serviços ao público (INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANÁ, 2015).

identificar as demandas de uso dos visitantes. Entende-se, portanto, que é de extrema relevância, que se aponte as demandas do parque relacionadas ao seu uso público e apresentar possíveis melhorias e adequações.

Quanto aos procedimentos metodológicos, em um primeiro momento, foram levantados dados pertinentes ao assunto e ao objeto de estudo do trabalho, por meio de revisão da literatura e análise de documentos. Posteriormente, foi realizado um estudo de campo, onde foi possível desenvolver uma pesquisa qualitativa, podendo então levantar as atuais condições do Parque do Lago, para a utilização pública. A técnica utilizada para o estudo de campo foi a de observação sistemática. Por último, com a finalidade de se saber a demanda de uso relação ao local, foram aplicadas entrevistas estruturadas com os visitantes.

Ao final, foram expostas algumas considerações quanto aos resultados obtidos com a pesquisa realizada, e as demandas do Parque, que devem ser observadas pela gestão como um aporte para elaboração de um programa de uso público para o Parque do Lago.

2. METODOLOGIA

Como procedimentos metodológicos, optou-se por uma pesquisa de caráter qualitativo. As pesquisas qualitativas caracterizam -se pela utilização de metodologias múltiplas, sendo as mais utilizadas a observação a entrevista em profundidade e a análise de documentos (DENCKER, 2001, p.103). Em primeiro momento foi desenvolvida revisão da literatura e documental. Para a coleta de dados, na revisão documental, foram utilizados documentos pertinentes ao Uso Público de áreas verdes protegidas. O uso destes documentos serviu como base para a observação da infraestrutura do local, e se as atividades que hoje são desenvolvidas, nas dependências do Parque do Lago, estão sendo realizadas dentro de normas e diretrizes. Para o levantamento da infraestrutura do local e suas atuais condições de uso, foi elaborado um roteiro para observação das instalações do Parque do Lago. Este roteiro teve o auxílio do documento do Ministério do Meio Ambiente (MMA), "Roteiro de elaboração de Plano de Uso Público para Unidades de Conservação da Natureza de proteção

integrada". Para isso, foi utilizado o método de observação sistemática, em que na visão de Schlüter (2005), para que uma observação seja científica, ela deve ser sistemática, deve ser planejada e controlada, com o objetivo de não constituir uma simples acumulação de dados.

Com os visitantes, tendo o objetivo de se obter informações sobre as atividades que são desenvolvidas no Parque do Lago, identificando as características gerais desses sujeitos e suas demandas com o local, foram aplicadas entrevistas estruturadas. Segundo Schlüter (2005, p.106), "As entrevistas estruturadas são uniformes e rígidas. O pesquisador tem uma lista de perguntas que têm de ser formuladas na mesma ordem e nos mesmos termos". Foram realizadas o total de trinta entrevistas com os visitantes, sendo feitas em horários e datas diferentes, para que se obtivessem variados pontos de vista e demandas.

Por fim, os dados levantados foram analisados para identificar as demandas do Parque em relação ao seu uso público.

3. UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E O PROGRAMA DE USO PÚBLICO

Com o objetivo maior e geral de preservar os espaços naturais, com atributos ecológicos importantes, (e não com o objetivo de servirem como produtos para o ecoturismo) são constituídas as áreas naturais protegidas. Algumas dessas áreas, como os parques, são estabelecidas para que a riqueza natural e sua paisagem sejam contempladas pelos visitantes (DIEGUES, 2001). O termo "Unidade de Conservação", é a terminologia usada no Brasil. Já em esfera mundial, o termo comumente utilizado é "áreas protegidas".

Antes da criação do conceito de UC, já existia o interesse pela preservação de áreas naturais. Nos Estados Unidos, no final do século XIX, como a primeira tentativa de implementar o enfoque de manejo de Unidades de Conservação, surge o Parque Yellowstone, a primeira área natural protegida. Alguns exploradores do rio Yellowstone tiveram a iniciativa de lutar pela preservação do espaço natural. Em 1º de março de 1872, tem-se a criação oficial realizada pelo Congresso Americano do "Yellowstone National Park", sendo considerado oficialmente a primeira Unidade de Conservação do

Mundo (COSTA, 2002). Com isso, criação dos parques nacionais ocorreu sucessivamente em diversas partes do mundo. Entretanto, não se tinha uma definição exata de seus objetivos. Cada espaço era utilizado de acordo com os conceitos locais, tendo alguns parques, por exemplo, cercados apenas para evitar a degradação local, mantendo-se fechado para o uso público. Já outros eram utilizados para lazer e recreação. Somente com a “Convenção para Preservação da Flora e da Fauna”, em 1933, em Londres, se estabelece características para os parques nacionais, sendo consideradas áreas que devem ser controladas pelo poder público, destinada à preservação da fauna e da flora, tendo áreas destinadas à visitação pública, ou possuírem interesses geológicos, arqueológicos e paisagísticos (DIEGUES, 2001).

No Brasil, as primeiras iniciativas para a proteção tanto de áreas ou de recursos naturais são datadas no período colonial, mais precisamente no ano de 1605, quando é editado o Regimento do Pau-Brasil, em que se observava a preocupação com a conservação da espécie, diante de sua extração em abundância. Em 1861, foram criadas as Florestas da Tijuca e das Paineiras, sendo uma iniciativa importante para a questão da preservação, no que diz respeito ao entendimento da população em relação a depender dos recursos naturais para a própria sobrevivência (PUREZA; *et al*, 2015).

Somente em 15 de setembro de 1965, depois da criação de várias UC's pelo Brasil, foi oficializado o Novo Código Florestal. Que trazia conceitos que separavam o entendimento de áreas de preservação, sendo áreas que permitiam a exploração dos recursos naturais, como Florestas Nacionais, Estaduais e Municipais e as áreas que eram extremamente proibidas a exploração dos recursos naturais, sendo classificadas como Parques Nacionais, Estaduais e Municipais e Reservas Biológicas (COSTA, 2002).

No ano de 1967, o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) foi criado, estando ligado ao Ministério da Agricultura. Por muitos anos era o órgão mentor das Unidades de Conservação de esfera federal no Brasil. Em 21 de setembro de 1979, a Legislação Ambiental Brasileira é enriquecida pelo Regulamento dos Parques Nacionais brasileiros, com o Decreto nº 82.017. Já em 1981, pela Lei nº 6.902, são criadas as Áreas de Proteção Ambiental e Estações Ecológicas. Na década de 1990, o foco de preocupação está direcionado a conservação da biodiversidade, deixando em destaque a relação das UC's com as sociedades que elas estão inseridas e com projetos econômicos

de desenvolvimento sustentável. Então pelo Decreto nº 98.914 são reconhecidas as Reservas Particulares do Patrimônio Natural (COSTA, 2002).

Para uma gestão adequada em uma Unidade de Conservação, é necessário que ela possua um plano de manejo, sendo um documento que toda UC deve conter. De acordo com a Lei Nº 9.985/2000, em seu Art. 27, as UC's, devem dispor de um plano de manejo que deve, "(...) abranger a área da unidade de conservação, sua zona de amortecimento e os corredores ecológicos, incluindo medidas com o fim de promover sua integração à vida econômica e social das comunidades vizinhas" (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2000).

Uma das ferramentas mais importantes do plano de manejo é o zoneamento da Unidade de Conservação, pois a "organiza espacialmente em zonas sob diferentes graus de proteção e regras de uso" (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2015). O plano de manejo pode conter também algumas medidas que devem promover a integração da UC com a vida econômica e social das comunidades vizinhas. Neste documento, também são definidos o tipo de visitação, delimitando o uso público da área protegida, por meio do programa de uso público.

Segundo o Ministério do Meio Ambiente (2000), o SNUC, é um conjunto de Unidades de Conservações federais, estaduais e municipais, com objetivos específicos de formas de uso permitidos e formas de proteção. Existem 12 categorias de UC's, onde algumas precisam de maiores cuidados, devido à fragilidades e particularidades, tendo também aquelas que podem ser utilizadas de forma sustentável sendo conservadas ao mesmo tempo.

Ainda pela definição do Instituto Sócio Ambiental (2012), o SNUC divide -se por categoria das UC's Federais em dois grupos os de Proteção Integral, que é formado por cinco diferentes categorias sendo composta por: Estação Ecológica, Reserva Ecológica, Parque Nacional (PARNA), Monumento Natural e Refúgio de Vida Silvestre. O objetivo deste grupo é preservar a natureza, evitando o máximo possível a interferência do homem. Nelas não são permitidas consumo, coleta, dano ou destruição, podendo ter exceções caso previsto na Lei 9.985/00 do Sistema Nacional de Unidades de Conservação. E o grupo de Uso Sustentável sendo composto por, Área de Proteção Ambiental, Área de Relevante Interesse Ecológico, Floresta Nacional, Reserva

Extrativista, Reserva de Fauna, Reserva de Desenvolvimento Sustentável e Reserva Particular de Patrimônio Natural. O objetivo deste grupo consiste em harmonizar a conservação da natureza, através do uso sustentável, de parcelas de seus recursos naturais. Neste grupo, visam-se conciliar a exploração do ambiente em garantia de continuidade dos recursos renováveis, considerando os processos ecológicos, sempre de forma socialmente e economicamente justa e viável.

Todas as categorias de manejo das Unidades de Conservação, tirando as estações ecológicas e as reservas biológicas, pelo seu tipo de uso, possuem a atividade de visitação pública, obedecendo a normas e regras que estão no plano de manejo e no programa de uso público da própria UC.

Algumas atividades são realizadas principalmente em Parques Nacionais. Porém, de acordo com Magro (1999), em alguns pontos dessas áreas, os ecossistemas podem ser mais frágeis, ocasionando danificação nos recursos naturais. Os impactos negativos mais comuns, que se originam do uso público, são a perda da vegetação, erosão do solo, presença de resíduos sólidos, contaminação da água, incêndios e distúrbio. Os impactos, também podem ser causados pelo manejo não adequado do local. Em alguns casos, esses impactos podem ser evitados ou minimizados, se este tipo de atividade for planejada.

O termo uso público, quando relacionado à áreas naturais, é utilizado para definir as atividades que podem ser desenvolvidas no local. Este termo é adotado pelos órgãos oficiais, ligados ao manejo das áreas naturais protegidas no Brasil, “[...] pode ser definido como usufruto gozado pelo público, quer seja recreacionista, educador, pesquisador ou religioso” (MAGRO, 1999, p. 2).

Conciliar o uso das áreas naturais com a conservação de recursos naturais e culturais, tornou-se um dos desafios mais urgentes do manejo dessas UC’s, que possibilitam o uso público. Essas áreas sofrem com uma demanda considerável de crescimento, principalmente por parte das populações urbanas, que buscam contato direto com a natureza (TAKAHASHI; MILANO; VASCONCELLOS, 2001).

O uso público em Unidades de Conservação deve ser realizado juntamente com a elaboração do plano de manejo, pois o programa de uso público define o que poderá ser realizado em na área. Se a visitação é permitida sem a área verde protegida obter um

plano de manejo e conseqüentemente um programa de uso público, pode gerar graves conseqüências para a UC (LEUZINGER, 2006). Diante disto, é de extrema necessidade que se estabelece em uma UC, este plano e programa, pois é primordial conciliar o uso do local com a preservação da biodiversidade e dos recursos naturais. Por isso, o uso público deve ser planejado e definido, pois existem pontos positivos com a visitação, como educação ambiental; lazer em contato com a natureza; geração de receitas para UC; e geração de renda para as comunidades ao entorno (LEUZINGER, 2006).

Segundo Takahashi *et al* (2001), estudos têm mostrado que não existe uma relação direta entre o número de visitantes e a qualidade de impactos negativos sobre as áreas naturais. Estes impactos negativos estão mais ligados ao comportamento dos usuários do que a quantidade deles. Isto mostra que não é pela quantidade de pessoas que frequentam uma área natural que se causa um impacto ambiental, e, sim, pela falta de conscientização de uso do espaço, sendo um grupo de pessoas, ou somente um indivíduo.

Para a elaboração de um programa de uso público, o Ministério do Meio Ambiente (MMA) criou documentos que contêm diretrizes como "Diretrizes para visitação em Unidades de Conservação" de 2006 e o "Roteiro para a elaboração de plano de uso público para unidades de conservação da natureza de proteção integral" no ano de 2001.

O uso público em áreas protegidas é uma das estratégias de aproximação entre a sociedade e o meio ambiente, pois é possível promover a conscientização dos visitantes sobre diversos temas ambientais (QUINTANILHA; VALLEJO, 2014).

4. O ECOTURISMO COMO ALTERNATIVA PARA O USO PÚBLICO

Diante de uma atividade turística desordenada, causando sérios impactos ambientais, sociais e culturais, começa-se a pensar em alternativas para um tipo de turismo que atuem na preservação desses aspectos. Sendo assim, tem-se a ascensão de

uma atividade turística que vise a sustentabilidade². Surge então o segmento da atividade turística denominada Ecoturismo.

A segmentação do turismo é definida, neste caso, pelas características da oferta, em relação a demanda, motivação do turista, considerando também a atitude do prestador de serviços e da comunidade receptora e do turista, sob os aspectos de utilização sustentável do patrimônio natural e cultural; incentivo à conservação desses patrimônios e a busca pela consciência ambientalista através da interpretação do ambiente; e promoção do bem-estar das populações envolvidas (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2008). O segmento de ecoturismo caracteriza-se no tripé de “interpretação, conservação e sustentabilidade”.

A partir de 1970, se iniciam conferências, como a Conferência de Estocolmo³, realizada em 1972 e a Rio 92⁴, que ampliam os debates em relação a ecotecnologia, requalificação do trabalho humano, desenvolvimento tecnológico e sustentabilidade, assuntos que já tinham sido tratados pela Agenda 21. A mesma aponta o segmento de ecoturismo “como uma prática conservacionista, comprometida com a natureza com a responsabilidade social e com o desenvolvimento local” (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2008, p. 15). Seria necessário, somente encontrar o equilíbrio entre a atividade turística e o meio ambiente, fazendo com que os recursos naturais não sejam um atrativo que sofram a degradação.

Algumas entidades /organizações ambientalistas começam a investir no ecoturismo como uma alternativa para defesa do meio ambiente, a proteção dos ecossistemas naturais e dos processos ecológicos, promovendo a expansão deste segmento, e o utilizando como alternativa de instrumentalização de ações voltadas à proteção de recursos naturais e desenvolvimento econômico de algumas regiões consideradas deprimidas. Passa-se a ter o interesse de países mais desenvolvidos economicamente por áreas naturais remanescentes. Este interesse parte de documentários que eram realizados sobre algumas áreas naturais, fazendo com que

² Sustentabilidade – capacidade de se manter, o que pode ser mantido. Ser utilizado de forma que irá durar para sempre (MIKHAILOVA, 2004).

³ Conferência de Estocolmo – A primeira grande Conferência organizada pelas Nações Unidas a concentrar-se sobre questões de meio ambiente, de 5 à 16 de junho de 1972 realizada em Estocolmo (LAGO, 2006).

⁴ Rio 92 – Conferência realizada dois anos após a publicação do Relatório de Brundtland. A Rio 92, consagrou o conceito de desenvolvimento sustentável e contribuiu para a conscientização ampla para os danos ao meio ambiente, sendo responsabilidade dos países desenvolvidos (LAGO, 2006).

peças fossem atraídas pelo local e aguçasse cada vez mais a vontade de desfrutar de novos destinos turísticos em todo o mundo, e que esses destinos proporcionassem um contato direto com a natureza (PIRES, 2002).

Em 1990, ocorre uma espécie de evolução do ecoturismo, trazendo com isto a necessidade de melhor atender ao público deste segmento e outros públicos que começam a se interessar por esse tipo de experiência. (PIRES, 2002).

Nas fases anteriores da ratificação ambientalista do ecoturismo, surgiram variadas denominações que tentavam em alguns momentos, designar o turismo praticado em áreas naturais. Já em outros momentos, em que a atividade turística utilizava ecologicamente, de maneira equilibrada, o meio ambiente, recebendo denominações como: turismo de descobertas, turismo suave, turismo de aventura, turismo verde, turismo responsável, e turismo ecológico. O termo “ecoturismo” é criado em 1983, pelo mexicano Hector Ceballos Lascuráin⁵. Porém, a assimilação da definição do termo não se deu de imediato. Foram necessários vários anos para a divulgação e para amadurecer este novo conceito (PIRES, 2008). Cria-se então, por Ceballos Lascurian, em 1987, primeira definição do termo ecoturismo, “A viagem a áreas relativamente preservadas com o objetivo específico de lazer, de estudar ou admirar paisagens, fauna e flora, assim como qualquer manifestação cultural existente” (LASCURIAN, 1987 *apud* CADERNO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL, 2010).

Já no Brasil, o termo Ecoturismo foi introduzido no final dos anos de 1980, quando se tem a valorização do meio ambiente como uma tendência mundial. Em 1985, O Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR) inicia o Projeto Turismo Ecológico. Dois anos mais tarde, a EMBRATUR cria a Comissão Técnica Nacional, que foi constituída com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), sendo a primeira iniciativa para coordenar o segmento de ecoturismo. No mesmo período, se inicia os primeiros cursos de guia especializados, porém somente com a Rio 92 que a atividade de ecoturismo ganha visibilidade e começa a ser uma tendência de mercado (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2008). O termo passou a ser popularizado, além de seus conceitos, começa a ser sinônimo de

⁵ Hector Ceballos Lascuráin – Primeiro autor a introduzir o termo ecoturismo (ZACCHI, 2008).

qualquer atividade em áreas naturais, desde o turismo educacional até na prática de esportes de aventura (CADERNO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL, 2010).

Além das definições do que é a atividade de ecoturismo e como deve ser praticada o Mtur, define quais são as atividades que se classificam como atividades de ecoturismo, levando em conta que se devem seguir premissas conservacionistas, sendo estruturadas conforme normas reconhecidas mundialmente. Este trabalho busca compreender o ecoturismo como uma das alternativas que mais se adequam como atividades realizadas em parques, pois favorecem o uso público.

5. O USO PÚBLICO DO PARQUE MUNICIPAL JOAQUIM TEODORO DE OLIVEIRA (PARQUE DO LAGO).

O Parque Municipal Joaquim Teodoro de Oliveira foi inaugurado oficialmente no ano de 1971, projetado pelo Engenheiro Feiz Farht. Antigamente, o Parque era conhecido como "Bosque Municipal, mas com o Decreto de Lei Municipal de 1987, passou a ser oficialmente Parque Municipal Joaquim Teodoro de Oliveira, sendo uma homenagem ao um ex-prefeito do município de Campo Mourão" (BOVO; CONRADO, 2012). O local do Parque do Lago é uma antiga captação de água para abastecimento público, passando a condições de Parque, sendo inaugurado oficialmente em 1 de maio de 1971 e, a partir de então tornou-se um espaço muito importante para a sociedade de Campo Mourão, pois se tornou o atrativo principal para o lazer da cidade, sendo considerado um cartão postal do município (AGENDA 21 LOCAL DE CAMPO MOURÃO, 2008).

O Parque Municipal Joaquim Teodoro de Oliveira fica localizado no Município de Campo Mourão –PR, na parte periférica da cidade, entre a Rua Andorinhas e a Rua Santa Catarina, no Jardim Gutierrez, como mostra na Figura 1.

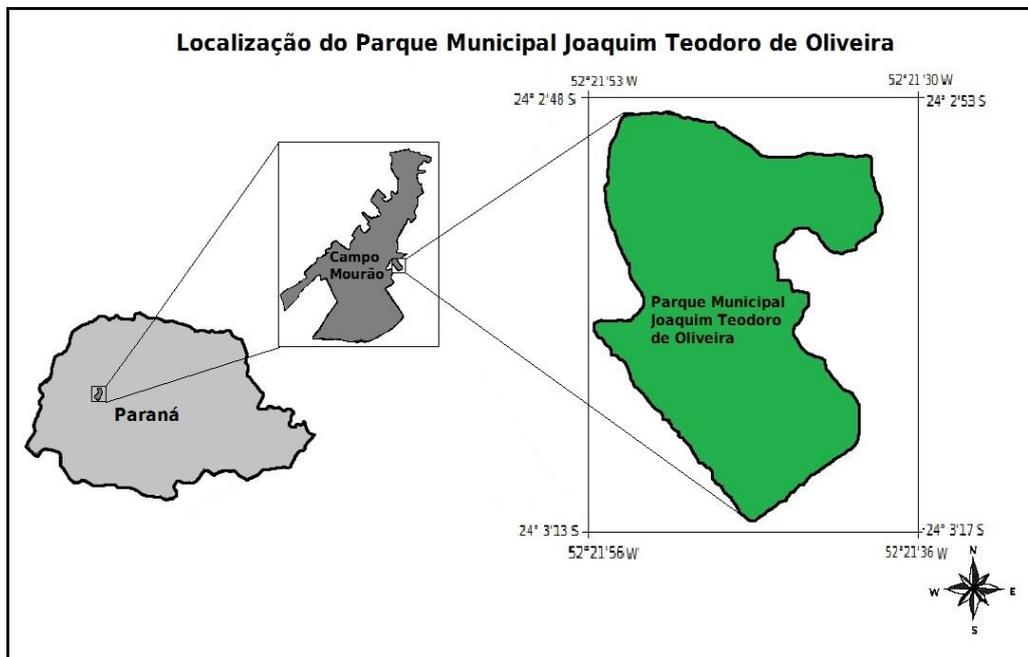


Figura 1. Localização do Parque Municipal Joaquim Teodoro de Oliveira. Fonte: Fabio Martins, 2015.

O Parque do Lago é uma Unidade de Conservação de proteção integral, sendo também uma área verde de uso intenso, devido às atividades que são desenvolvidas no local, como lazer, recreação, prática de esportes, contemplação da natureza, entre outros (BOVO; CONRADO, 2012).

O parque tem sua renda oriunda do ICMS Ecológico desde 1991, que de acordo com Dias (2015), é considerado um instrumento econômico, sendo utilizado para a proteção da cobertura florestal de uma Unidade de Conservação. “O ICMS Ecológico surgiu como incentivo fiscal intergovernamental, entre o Estado do Paraná e os municípios que possuem em seus territórios Unidades de Conservação” (DIAS, 2015, p. 37). Este incentivo fiscal tem por objetivo a compensação pela restrição de uso da terra em função da existência de UC's, incorporando objetivos de preservação e conservação, por meio de critérios quantitativos que se referem à área da UC em relação à área municipal; e qualitativo, que é medido no intervalo de escore que cada UC recebe. A pontuação do Parque do Lago é de 0 a 30, sendo que o local pode apresentar quedas nas avaliações, pelo fato de não conter um plano de manejo. Essas avaliações são realizadas

por um representante responsável do Instituto Ambiental do Paraná (IAP)⁶ (DIAS, 2015). A verba que vem do ICMS Ecológico é destinada pelo IAP para a o órgão público responsável pelo parque, no caso a Prefeitura Municipal de Campo Mourão, para que ela faça o repasse deste recursos. A verba repassada ao município não tem a necessidade obrigatória de estar vinculadas com despesas exclusivas na área ambiental, porém devem ser priorizadas para essas áreas, pois, segundo Dias (2015), assim, se fortalecem os fundos ambientais e viabilizam projetos e atividades que podem estar no plano de manejo da UC, sendo fundamentais para manutenção nas UC's.

Em 1993, o Parque do Lago passou por um processo de revitalização com a ampliação da lâmina d'água, delimitada com uma malha de rochas e tela no seu bordo, construção das duas pontes, fechando assim um circuito de uma pista de corrida pavimentada com 2.100m de extensão. Porém, em nenhuma das legislações do parque, consta a finalidade desta pista. Ainda em 1993, foram realizados serviços de drenagem e terraplanagem em uma antiga área de várzea com o plantio de grama, e instalados equipamentos de ginástica, *play-ground* e cancha de areia, concha acústica para apresentações artísticas ao ar livre, um orquidário, uma lanchonete com deck e trapiche (AGENDA 21 LOCAL DE CAMPO MOURÃO, 2008).

O Parque do Lago, acabou se tornando uma grande atração para a sociedade mourãoense, além de ser uma área muito requisitada pelos moradores devido aos benefícios que uma área verde em meio urbano pode proporcionar. Atualmente, o Parque do Lago é utilizado pela população de Campo Mourão e região, por turistas, para a prática de lazer e esportes de leve impacto, além de algumas atividades culturais que são realizadas por grupos específicos.

De acordo com o Decreto N° 960 de 05 de dezembro de 1994, que delimita o regulamento do Parque do Lago, em seu Art. 6º, ficando definido o horário de funcionamento, das 6 horas às 20 horas, de terça a domingo, incluindo feriados. Somente a lanchonete pode ficar aberta até as 22 horas. No Art. 7º, é definido que os horários de visitação podem ser alterados de acordo com a conveniência da Secretaria

⁶ O Instituto Ambiental do Paraná - órgão público estadual, tem por objetivo proteger, preservar, conservar, controlar e recuperar o patrimônio ambiental, buscando melhor qualidade de vida e o desenvolvimento sustentável com a participação da sociedade (INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANÁ, 2015).

de Planejamento (SEPLAN) e a Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente. No Art. 8º, é estabelecido que as segundas-feiras, ficam destinadas a limpeza do local, sendo permitida ao público apenas acesso à pista de caminhada.

No mesmo decreto, em seu Art. 11º, já se define a visitação pública, que se classifica como livre, respeitando as normas e diretrizes do Parque. Em seu Art. 12º, observa-se que as visitas escolares devem ser marcadas com antecedência, pois devem ser monitoradas pela SMAMA. O Art. 13º define que não é permitida a entrada de animais domésticos. O Art. 14º ao 17º tratam das atividades de recreação, do uso público do local, que consistem em passeios a pé, observação da fauna e da flora, interpretação da natureza e fotografia. Sendo permitidas essas práticas em locais definidos, se estabelece o limite de idade máxima de 12 anos para brincar no *playground*. A definição de uso para a concha acústica se encontra no Art. 43º e 44º, onde direciona a autorização para manifestações culturais no local, dada pela SMAMA.

De acordo com o Art. 5º do Decreto 960, o objetivo principal do Parque do Lago, consiste em: proteção integrada da fauna e da flora, além dos demais recursos naturais do local; assegurar as condições do bem-estar público; desenvolver educação ambiental; oferecer lazer e recreação ao ar livre; disponibilizar atividades de pesquisa científica, desde que esta pesquisa seja relevante para o manejo do parque. Em seu Parágrafo Único, fica definido que as atividades desenvolvidas ao ar livre, definidas no Art. 14º até o Art. 17º, devem ser incentivadas desde que não perturbem o ambiente natural e sem desvirtuar a finalidade do Parque.

6. RESULTADOS E ANÁLISES

Com as informações gerais levantadas sobre o parque é importante ressaltar que a legislação do local não condiz com o que ele apresenta e nem realiza. É de urgência, que se tenha um chamamento público para que reveja a legislação, pois não pode basear-se por ela para saber sobre o parque. Além disto, os meios de divulgação do atrativo como site da prefeitura, possui informações que também não condizem com o que o local apresenta, e não está atualizado, ponto este, que os visitantes apontaram

como uma das melhorias mais importante do local, nas entrevistas realizadas. É necessário atualizar as informações para que se melhore a divulgação do atrativo.

Diante do relatório de observação sistemática elaborado com classificações de “excelente” a “péssimo” nos equipamentos e infraestrutura do parque, percebeu-se que é necessário melhorias, para estar em uso, pois não se teve nenhuma classificação “excelente”, tendo somente dois equipamento classificados como “bom”, sendo as pontes e a iluminação, porém, ambas necessitam de manutenção. A maioria dos equipamentos teve as classificações “ruim” e “regular”. Isso fornece indícios que a capacidade gestora do parque tem limitações que vão desde falta de planejamento até a alocação de recursos para a manutenção dos equipamentos que são para uso público. Os equipamentos que receberam a classificação “péssimo”, é devido à estarem sem uso, interditados a muito tempo, sendo que um deles, o Ecomuseu, somente foi instalado e nunca se teve a utilização do espaço.

Outro ponto importante, é em relação a fiscalização, que não seria somente nos equipamentos, mas também nas atitudes de alguns usuários, em relação a degradação do patrimônio, pois como observado, boa parte da infraestrutura do parque e seus equipamentos se encontra danificada pela ação antrópica. Se o parque dispõe do serviço de vigilância, o papel deste profissional precisa ser realizado, e possíveis providências devem ser tomadas para que minimizem essas degradações do local. Além do que, as atividades de educação ambiental e interpretação, que são atividades de ecoturismo, são ferramentas que podem trazer a sensibilidade e conscientização da conservação do espaço natural, diminuindo assim possíveis degradações. Nas duas trilhas que o parque dispõe, pode-se perceber que, no momento elas não estão promovendo atividades que integrem a população, deixando a desejar na questão de valorização do local, pois, o local não está devidamente apto para o uso, deixando de ser aproveitadas para atividades turística como já apontado.

Foi observado que nenhum dos equipamentos e instalações do Parque do Lago estão recebendo os devidos reparos, além de divergências na legislação do local, o que mostra a falta de planejamento da gestão. Melhorar os equipamentos, implementar ações de preservação e desenvolver atividades turísticas a fim de valorizar o local, e deixar em uso os equipamentos que ele possui é fundamental. Essas ações podem servir

como subsídio para que a gestão pública, responsável pelo parque, estabeleça um programa de uso público.

Em relação aos visitantes, seus apontamentos são de extrema importância para que se saiba a real demanda, mostrando no que o Parque pode melhorar em sua oferta. De acordo com Takahashi (1998), conhecer as características dos visitantes permite compreender melhor quem, quantos, quando, onde e de que modo as pessoas recebem os benefícios dos espaços naturais, fazendo com que melhore a qualidade da oferta do local e diminua impactos negativos.

Diante disto, foram realizadas entrevistas estruturadas de vinte questões, com trinta visitantes. Em primeiro momento as questões eram referentes a dados simples, como idade, sexo, ocupação e município de residência. Em seguida, foram realizadas perguntas referente as atividades que eles realizam no local; que desejariam realizar; tempo que permanecem no parque; e a quanto tempo frequentam. E por último, foi pedido que os visitantes atribuíssem notas para as dependências do parque e suas atividades.

Pode-se perceber que é de extrema necessidade realizar um programa de uso público no Parque do Lago. Pois, de acordo com as entrevistas realizadas com os visitantes, teve-se a percepção que eles não sabem as atividades que o parque pode dispor, tendo a visão que somente a prática de atividade física, contato com a natureza e lazer e recreação podem ser praticadas. Além disso, percebeu-se que alguns visitantes não tem o conhecimento do que são atividades com temas ambientais, sendo necessário a implementação dessas atividades, a fim de sensibilizar os visitantes em reação a conservação da natureza. Com o programa de uso público definido, os visitantes podem praticar atividades planejadas, e podendo ser ofertadas atividades que o parque dispõem de infraestrutura para realização, por exemplo atividades de ecoturismo, como trilhas interpretativas, observação da fauna e da flora, observação astronômica e oficinas de educação ambiental.

Porém, alguns percepções dos visitantes, foram positivas, como por exemplo em apontarem que o parque deve oferecer em primeiro lugar a conservação da natureza, além da frequência de visitas serem favoráveis ao uso público do parque.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos dados que foram levantados para que se obtivesse o objetivo de levantar as deficiências e oportunidades do uso público do Parque do Lago percebeu-se que em razão da inexistência de um programa de uso público as áreas destinadas as atividades ligadas à utilização pública não atendem às demandas necessárias para o parque, como melhorias de infraestrutura, manutenção dos equipamentos, planejamento de atividades e funcionamento do parque, bem como divulgação destas atividades e ofertas.

O parque, possui um grande potencial para que se estabeleça um produto turístico de qualidade, onde se pode realizar atividade de ecoturismo. Sugere-se melhorias e adequações por meio de uma gestão participativa, a fim de melhorar a qualidade do que se é ofertado ao visitante, tendo em vista que esta é uma problemática levantada atualmente em relação ao parque. A elaboração de um programa de uso público é de extrema necessidade, a fim de se definir os locais do parque que estão aptos para uso, bem como planejar e definir possíveis atividades que os visitantes possam realizar no local, indo de encontro com o SNUC, o qual pressupõe que todas as Unidades de Conservação de categoria Parque disponham de um programa de uso público. Além disso, estabelecer atividades que estejam dentro de documentos que servem como auxílio para elaboração deste programa, como o caderno do MMA (2006). Talvez, também possibilitar uma forma de *feedback* dos visitantes e funcionário, com os gestores do parque, a instalação de uma “casa dos visitantes” seria um possível local para ocorrer esta relação dos funcionários com os visitantes, a fim de saberem diariamente quais são as demandas dos visitantes em relação aos serviços que o parque oferece. Pois, devido ao local ser público, os usuários podem ter participação em apontamentos para melhorias do local, assim como a gestão, planejar ações para que a comunidade participe de melhorias para o parque.

Sugere-se que se elabore oficinas de educação ambiental, como outras UC's realizam, pois é de extrema importância que os usuários do parque saibam a relevância de preservar e conservar aquele e outros locais que dispõem de contato com a natureza, aplicando o que está definido no Decreto 960/94 sobre educação ambiental, fazendo parcerias com escolas, e dispondo de espaços para a realização dessas oficinas.

REFERÊNCIAS

BOVO, Marcos Clair; CONRADO, Denner, O parque urbano no contexto do espaço da cidade de Campo Mourão (PR), Brasil. **Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente**, v.1, n. 34, p. 50-71, Jan/Jul. 2012.

BRASIL. Ministério do meio ambiente. **Áreas Protegidas**. 2015. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/unidades-de-conservacao/plano-de-manejo>> Acesso em: 17 de setembro de 2015.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **O Sistema Nacional de Unidades de Conservação da natureza**. Brasília: MMA, 2000. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/250/_publicacao/250_publicacao30082011035301.pdf>. Acesso em 19 de julho de 2015.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Ecoturismo**. Orientações Básicas. Brasília, 2008. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Livro_Ecoturismo.pdf> Acesso em: 24 de setembro de 2015.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Diretrizes para visitação em Unidade de Conservação**. Brasília: MMA, 2006. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/ascom_boletins/_arquivos/livro.pdf>. Acesso em 13 de abril de 2013.

BRASIL. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Dispõe sobre o sistema nacional de unidades de conservação da natureza e dá outras providências. Diário Oficial da União, 19 jul. 2000. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=322>> Acesso em: 27 set. 2015.

COSTA, Patrícia Côrtes. **Unidade de Conservação. Matéria - prima do Ecoturismo**. 1.ed. São Paulo: Aleph, 2002.

DENCKER, Ada de Freitas Maneti. **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Turismo**. 5.ed. São Paulo: Futura, 2001.

DIAS, Ricardina. Instrumento Econômico de Proteção da cobertura florestal e o ICMS Ecológico em Campo Mourão: Interfaces, Contribuições e Limites. 2015. 253 p. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá. 2015.

DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana. **O mito moderno da natureza intocada**. 3.ed. São Paulo: Hucitec, 2001.



Anais do II Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas do Campus de Campo Mourão da Universidade Estadual do Paraná, Campo Mourão - PR, 25-27 de outubro de 2016. v. 1.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. **Planos de manejo, 2015.** Disponível em <<http://www.icmbio.gov.br/portal/biodiversidade/unidades-de-conservacao/planos-de-manejo.html>> Acesso em: 28 de Agosto de 2015.

LEUZINGER, Márcia Dieguez. **O uso público em unidades de conservação.** 2009. In: Núcleo Interdisciplinar de Meio Ambiente. Disponível em: <http://www.nima.puc-rio.br/aprodab/artigos/uso_publico_em_unidades_de_conservacao_marcia_leuzinger.pdf> Acesso em: 28 de Agosto de 2015.

MAGRO, Teresa Cristina. **Impacto do uso público em uma trilha no Planalto do Parque Nacional do Itatiaia.** São Carlos: EESC-USP, 1999.

MIZOTE, Lidia T.M. **Agenda 21 Local de Campo Mourão: do projeto ao processo.** 1.ed. Campo Mourão, 2008.

SCHLÜTER, Regina G. **Metodologia da Pesquisa em Turismo e Hotelaria.** 2.ed. São Paulo: Aleph, 2005.

PUREZA, Fabiana; PELLIN, Angela; PADUA, Claudio. **Unidades de Conservação: Fatos e personagens que fizeram a história das categorias de manejo.** São Paulo: Matrix, 2015.

RODRIGUES, Adyr. A. B. **Ecoturismo no Brasil: possibilidades e limites.** Contexto, 2003.

QUINTANILHA, Lanúzia; VALLEJO, Luiz R. Uso público em áreas protegidas: Um roteiro de atividades para fortalecimento de vivência e conscientização através da Educação Ambiental. **Universidade Federal de Fluminense**, Niterói, RJ, v. 2, n. 2, 2014.

TAKAHASHI, Leide Yassuco. Caracterização dos visitantes, suas preferências e percepções e avaliação dos impactos da visitação pública em Unidades de Conservação no Estado do Paraná. 129 f. Tese (Doutorado em – Ciências Florestais) – Pós-Graduação em Engenharia Florestal, Setor de Ciências Agrárias. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, Paraná. 1998.

TAKAHASHI, L, Y; MILANO, M. S; VASCONCELOS, J. M. O. O uso recreativo e perfil dos visitantes no Parque Estadual Pico do Marumbi e Reserva natural Salto Morato. **Revista Turismo em Análise.** São Paulo, v. 12, n. 2, p. 60-74, 2001.